



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**

---

**TATIANE FEITOSA DOS SANTOS**

**RECONFIGURANDO A IDENTIDADE EM “NOVOS” ESPAÇOS DA ESCOLA: A  
REALIDADE DA READAPTAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL  
DE CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientadora: Profa. Dra. Aline Saddi Chaves

---

Campo Grande/MS  
2017

S239r Santos, Tatiane Feitosa dos.

Reconfigurando a identidade em “novos” espaços da escola: a realidade da readaptação docente na rede pública municipal de Campo Grande-MS/ Tatiane Feitosa dos Santos. Campo Grande, MS: 2017.

**118 p.; 30cm.**

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, 2017.

**Orientadora: Profa. Dra. Aline Saddi Chaves.**

**1.**Readaptação docente. **2.** Análise do discurso. **3.** Identidade. **4.** Historicidade. **I.** Título.

CDD 23.ed. 370.71

SANTOS, TATIANE FEITOSA DOS. *Reconfigurando a identidade em “novos” espaços da escola: a realidade da readaptação docente na rede pública municipal de Campo Grande*. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

## RESUMO

O objeto de análise desta pesquisa de mestrado é constituído pelo(s) discurso(s) do/sobre o sujeito-professor readaptado na rede pública de ensino da cidade de Campo Grande - MS. A realidade da readaptação estabelece novos espaços e reconfigura a(s) identidade(s) daquele profissional. Como causas relacionadas a essa realidade, temos, inicialmente, a transformação da sociedade, do sistema de ensino e aprendizagem e as relações sociais no âmbito da prática pedagógica. Nesse cenário, observa-se um número expressivo e crescente de professores adoecidos, que não conseguem exercer sua função, passando a ocupar cargos e funções em bibliotecas, salas de leitura, atuando como inspetores e coordenadores. Como estão esses professores na escola? Qual o posicionamento desse sujeito readaptado nas práticas cotidianas escolares? A metodologia parte da análise de um *corpus* construído pelo uso de questionário, cujos enunciados-respostas são interpretados pela perspectiva da Análise de Discurso Francesa. Por meio da descrição e de análises dos sentidos que permeiam a história desse profissional, um ponto é a reconfiguração de sua identidade em novos espaços de trabalho. Essa pesquisa responde a uma demanda social a respeito do que vem se tornando um caso de saúde pública nesse meio profissional. Outro ponto importante da pesquisa é que a análise do discurso pode contribuir para a realização de um diagnóstico, como forma de prevenção ao alto número de atestados médicos e de readaptações ocorridos nos últimos anos, segundo dados estatísticos oficiais. Diante dessa situação-problema, o objetivo maior dessa pesquisa é conhecer os sentidos do discurso dos professores readaptados da rede pública municipal de Campo Grande (MS). Por meio de pesquisa exploratória de caráter descritivo, verificamos que há uma dificuldade em definir o que é a prática discursiva da readaptação para uma posição sujeito-professor, devido à posição social que esse sujeito ocupa no ambiente escolar e social. Verificamos que, no decorrer da história, o sujeito-professor perde a identidade de “autoridade”; que o significado de controle e domínio sobre o outro é praticado nos discursos que vêm da escola e que a atravessam por meio da sociedade. Constatamos que o professor alinhou o significado de readaptação a outros sentidos para que ele não fosse desestabilizado em sua posição-sujeito; que, em sua prática discursiva, o professor busca convencer a comunidade escolar para que ele consiga sentir-se útil, pois o espaço social da escola está em constante movimento de tensão e resistência entre as instâncias: “resistência ao discurso do outro”. Observou-se, também, que, na sociedade capitalista, a subordinação vem “disfarçada” de independência, sendo uma prática discursiva da própria escola que serve de aparelho ideológico de estado. Enfim, com esse estudo, procurou-se depreender as causas profundas da readaptação e analisar a identidade constituída a partir dessa condição, buscando, na produção de sentido, os mecanismos que se estabelecem no entremeio da língua e a história.

**Palavras-chave:** Readaptação docente. Análise do discurso. Identidade. Historicidade.

**TATIANE FEITOSA DOS SANTOS**

**RECONFIGURANDO A IDENTIDADE EM “NOVOS” ESPAÇOS DA ESCOLA: A REALIDADE DA READAPTAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Aline Saddi Chaves (Presidente)  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Profa. Dra. Stella Sanches de Oliveira Silva  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS

---

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Profa. Dra. Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi - Suplente  
Centro Universitário da Grande Dourados/UNIGRAN

---

Prof. Dr. João Fábio Sanches - Suplente  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2017.

A Deus.  
Ao meu esposo, Ailton, pela compreensão, paciência e apoio nos diversos momentos em que precisei.  
Ao meu filho Samuel (*in memoriam*) pelo pouco tempo que esteve comigo, e me ensinou o amor de mãe.  
À minha família pelo incentivo dedicado a mim nessa caminhada de estudos.  
Aos meus amigos, pelo apoio.

## AGRADECIMENTOS

A Deus. Agradeço pela vida e pelas diversas vezes em que eu precisei manter o controle das situações e Ele estava lá.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por me proporcionarem a oportunidade de continuar o caminho da pesquisa.

A minha orientadora, Professora Doutora Aline Saddi Chaves, mulher sábia, minha maior gratidão pela generosidade, por ter recebido o desafio de me ensinar a reler e reescrever os meus textos quantas vezes fossem necessárias. Sinto-me muito honrada em poder dizer que sou orientada pela Professora Aline, que propõe a Análise do Discurso para o trabalho com as múltiplas questões voltadas à Educação.

Ao Professor Doutor Marlon Leal Rodrigues, por me apresentar a Análise do Discurso pela primeira vez, me incentivando a estudar para o processo seletivo e nessa caminhada de estudos.

Ao Professor Doutor João Fábio Sanches Silva, por ensinar, com seu jeito autêntico, as bases da pesquisa em seu plano epistemológico e metodológico.

Ao Professor Doutor Ruberval Franco Maciel, por apresentar o ensino de linguagem e as produções mediadas pela tecnologia digital.

A minha amiga Raysa Luana, que acreditou em mim e me incentivou aos estudos rumo ao mestrado.

Aos meus colegas de mestrado Dieny, Marcelo e Gabriela, por trilharem comigo essa caminhada de estudos e conhecimento, árdua, porém, magnífica.

Ao meu esposo, pela compreensão, paciência, apoio e por acreditar que o caminho da pesquisa é importante para mim.

A todos que, de alguma forma, me incentivaram e contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

“Sabia que você é a primeira pessoa que senta e conversa comigo?”  
Fala de uma professora readaptada que motivou essa pesquisa

SANTOS, TATIANE FEITOSA DOS. *Reconfigurando a identidade em “novos” espaços da escola: a realidade da readaptação docente na rede pública municipal de Campo Grande*. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

## RESUMO

O objeto de análise desta pesquisa de mestrado é constituído pelo(s) discurso(s) do/sobre o sujeito-professor readaptado na rede pública de ensino da cidade de Campo Grande - MS. A realidade da readaptação estabelece novos espaços e reconfigura a(s) identidade(s) daquele profissional. Como causas relacionadas a essa realidade, temos, inicialmente, a transformação da sociedade, do sistema de ensino e aprendizagem e as relações sociais no âmbito da prática pedagógica. Nesse cenário, observa-se um número expressivo e crescente de professores adoecidos, que não conseguem exercer sua função, passando a ocupar cargos e funções em bibliotecas, salas de leitura, atuando como inspetores e coordenadores. Como estão esses professores na escola? Qual o posicionamento desse sujeito readaptado nas práticas cotidianas escolares? A metodologia parte da análise de um *corpus* construído pelo uso de questionário, cujos enunciados-respostas são interpretados pela perspectiva da Análise de Discurso Francesa. Por meio da descrição e de análises dos sentidos que permeiam a história desse profissional, um ponto é a reconfiguração de sua identidade em novos espaços de trabalho. Essa pesquisa responde a uma demanda social a respeito do que vem se tornando um caso de saúde pública nesse meio profissional. Outro ponto importante da pesquisa é que a análise do discurso pode contribuir para a realização de um diagnóstico, como forma de prevenção ao alto número de atestados médicos e de readaptações ocorridos nos últimos anos, segundo dados estatísticos oficiais. Diante dessa situação-problema, o objetivo maior dessa pesquisa é conhecer os sentidos do discurso dos professores readaptados da rede pública municipal de Campo Grande (MS). Por meio de pesquisa exploratória de caráter descritivo, verificamos que há uma dificuldade em definir o que é a prática discursiva da readaptação para uma posição sujeito-professor, devido à posição social que esse sujeito ocupa no ambiente escolar e social. Verificamos que, no decorrer da história, o sujeito-professor perde a identidade de “autoridade”; que o significado de controle e domínio sobre o outro é praticado nos discursos que vêm da escola e que a atravessam por meio da sociedade. Constatamos que o professor alinhou o significado de readaptação a outros sentidos para que ele não fosse desestabilizado em sua posição-sujeito; que, em sua prática discursiva, o professor busca convencer a comunidade escolar para que ele consiga sentir-se útil, pois o espaço social da escola está em constante movimento de tensão e resistência entre as instâncias: “resistência ao discurso do outro”. Observou-se, também, que, na sociedade capitalista, a subordinação vem “disfarçada” de independência, sendo uma prática discursiva da própria escola que serve de aparelho ideológico de estado. Enfim, com esse estudo, procurou-se depreender as causas profundas da readaptação e analisar a identidade constituída a partir dessa condição, buscando, na produção de sentido, os mecanismos que se estabelecem no entremeio da língua e a história.

**Palavras-chave:** Readaptação docente. Análise do discurso. Identidade. Historicidade.

SANTOS, TATIANE FEITOSA DOS. *Reconfigurando a identidade em “novos” espaços da escola: a realidade da readaptação docente na rede pública municipal de Campo Grande*. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

## RÉSUMÉ

L'objet d'analyse de cette recherche est constitué par le(s) discours du/sur l'enseignant en réadaptation dans le réseau public d'enseignement de la ville de Campo Grande-MS. La réalité de la réadaptation fonde de nouveaux espaces et reconfigure l'identité de ce professionnel. Comme causes profondes liées à cette réalité, l'on trouve tout d'abord la transformation de la société, du système d'enseignement et apprentissage et les rapports sociaux autour de la pratique pédagogique. Dans ce contexte, l'on voit apparaître un nombre important et croissant d'enseignants souffrants, incapables d'exercer leurs métiers, obligés d'occuper des postes et des fonctions dans les bibliothèques, les salles de lecture, en tant qu'inspecteurs, coordinateurs ou autres. Quelle est la situation de ces professeurs dans l'école ? Quel est leur positionnement dans les pratiques scolaires quotidiennes ? La méthodologie de la recherche se fonde sur l'analyse d'un corpus construit à partir de questionnaires, dont les énoncés-réponses sont interprétés sous la perspective de l'analyse du discours française. À travers la description et les analyses des sens qui traversent l'histoire de l'enseignant, il en ressort la reconfiguration de son identité dans de nouveaux espaces de travail. Cette recherche répond à une demande sociale concernant ce qui, depuis les derniers temps, devient un véritable problème de santé publique dans ce milieu professionnel. Pour tenter d'expliquer ce phénomène, nous faisons l'hypothèse que l'analyse du discours peut contribuer à en faire le diagnostic, comme une manière de prévenir le taux élevé d'attestations médicales et de réadaptations depuis les dernières années, selon des chiffres officiels. Face à cette situation-problème, l'objectif général de cette recherche consiste à prendre connaissance des sens du discours des enseignants en réadaptation dans le réseau public de Campo Grande-MS. À caractère descriptif et exploratoire, cette recherche fait état de la difficulté de définir ce qu'est la pratique discursive de réadaptation pour un enseignant, compris en tant que sujet, dû à la position sociale qu'il/elle occupe dans le milieu scolaire et social. Nous constatons également que, au cours de l'histoire, l'enseignant a peu à peu perdu son identité d'"autorité" ; que le sens de maîtrise et de contrôle de l'autre est pratiqué dans les discours émanant de l'école et la traversant à travers la société. Par ailleurs, l'enseignant affine le sens de réadaptation à d'autres sens, pour de ne pas se déstabiliser dans sa position de sujet enseignant. Dans sa pratique discursive, il cherche à convaincre la communauté scolaire de son rôle, car l'espace social est en mouvement permanent de tension entre résistance et discours de l'autre. En outre, nous avons pu constater que, dans la société capitaliste, la subordination se « déguise » d'indépendance, ce qui est une pratique discursive de l'école elle-même en tant qu'appareil idéologique d'état. Enfin, nous avons essayé de dégager à travers cette étude les causes profondes de la réadaptation, par la quête du sens à travers les mécanismes qui s'établissent aux limites de la langue et de l'histoire.

**Mots-clés:** Réadaptation. Analyse du discours. Identité. Historicité

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1- A Análise do discurso.....</b>	<b>18</b>
1.1. Definição dos dispositivos da análise do discurso.....	21
1.1.1. Discurso.....	23
1.1.2. Interdiscurso .....	26
1.1.3. Memória.....	27
1.1.4. Polissemia e paráfrase .....	32
<b>CAPÍTULO 2- A realidade da readaptação: reconfigurando a identidade do sujeito professor .....</b>	<b>35</b>
2.1. O sujeito professor e a educação no Brasil.....	37
2.2. Surgimento da readaptação.....	47
2.3. Sujeito professor readaptado .....	49
<b>CAPÍTULO 3- Os sentidos de readaptação no discurso dos sujeitos envolvidos .....</b>	<b>54</b>
3.1. Relato de campo: a aplicação dos questionários .....	55
3.2. Readaptação: o sentido de recomeço.....	57
3.3. Readaptação: capacidade e incapacidade .....	58
3.4. Readaptação: sentidos de “mil e uma utilidades” sobre o professor readaptado.....	59
3.5. Readaptação e a estrutura física da escola.....	60
3.6. Readaptação e relacionamento interpessoa .....	62
3.7. Readaptações: reconfiguração da identidade.....	64
3.8. Representação discursiva sobre o papel e o lugar do professor readaptado.....	66
3.9. Os sentidos do termo "readaptação" para/sobre o sujeito readaptado .....	68
3.10. Readaptação: a posição discursiva do sujeito professor readaptado e sua representação no ambiente escolar .....	70
3.11. Readaptação: os discursos de autoridade do Estado que dita os direitos e deveres da posição sujeito professor readaptado .....	73
3.12. Readaptação: a influência da escola e da família como causa do processo da readaptação .....	75
3.13. Readaptação: sentidos de “práticas sociais” sobre o professor readaptado.....	77
3.14. Readaptação: sentidos de “brincadeira” sobre o professor readaptado .....	81
3.15. Readaptação: a relação de “gênero” e o sujeito professor readaptado .....	85
3.16. Readaptação: sentido de “doente” sobre o sujeito-professor readaptado .....	87
3.17. Readaptação: sentidos de “autoridade/autonomia” exercida pelo professor.....	90
3.18. Readaptação: representação discursiva sobre “profissional da saúde” e o professor readaptado.....	92
3.19. Readaptação: representação discursiva sobre a “quantidade” de professores readaptados na escola .....	96
3.20. Readaptação: representação discursiva de “minimizar” o número de professores readaptados .....	97
3.21. Readaptação: sentido de "atuar na escola" po "gerar mais frustrações" ao professor readaptado.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>107</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>112</b>
<b>Anexo I.....</b>	<b>112</b>
<b>Anexo II.....</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação é analisar o discurso do/sobre o professor readaptado, diante da reconfiguração de sua identidade, ocasionada pelas funções que passa a assumir em “novos” espaços da escola, em decorrência de seu afastamento por motivos de saúde física ou mental, conforme classificação médica internacional (CID).

O interesse pelo tema deu-se devido a uma situação vivenciada na sala dos professores de uma escola municipal de Campo Grande-MS. Cheguei para mais um dia de trabalho e sentei-me ao lado de uma professora e, como prática habitual, cumprimentei-a. Por sua vez, ela me disse “Sabia que você é a primeira pessoa que senta e conversa comigo?”. Fiquei paralisada com essa fala. Então, procurei a direção da escola para saber a respeito da professora, e foi quando descobri que, nessa escola, havia outros professores readaptados. Comecei a conversar com os professores readaptados e senti a necessidade de escrever sobre suas dificuldades e angústias.

A escolha do objeto de pesquisa se justifica, assim, pela necessidade de reflexão sobre “acontecimentos discursivos” que permeiam a posição sujeito do professor readaptado (PÊCHEUX, 1988, p. 163- 164), diante de fatos históricos constituídos na linguagem.

Desse modo, o discurso e o sujeito vão se (re)configurando, ou seja, a prática discursiva da readaptação do professor do Ensino Fundamental do município de Campo Grande Mato Grosso do Sul, em como consiste o fenômeno da readaptação no ambiente escolar e como são construídos os “sentidos” referentes ao professor readaptado.

Esclarecemos que a readaptação consiste no desvio de função, após averiguação da (in)capacidade física ou mental, por meio de inspeção médica oficial, segundo a Lei n. 1102/90 – art. 42, que estabelece que “a readaptação é a investidura em cargo compatível com a capacidade física ou mental do funcionário, verificada em inspeção médica oficial.

Tal fenômeno termina por reconfigurar a identidade desse professor, na medida em que, uma vez readaptado, ele passa a ocupar “outros” espaços dentro da escola, como biblioteca, sala de leitura, secretaria, entre outros. Nesse contexto, efeitos de sentido acerca da readaptação vão se configurando, entre, de um lado, os atores diretamente envolvidos no espaço escolar – diretores, professores –, e, de outro lado, as instâncias políticas, jurídicas e médicas.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a escola é um espaço que deve ter toda a atenção dos órgãos públicos responsáveis pela educação, pois a readaptação no ambiente escolar é um

acontecimento discursivo inerente à historicidade, sendo a história, de acordo com Pêcheux (1988, p.152), “um imenso sistema natural humano em movimento, cujo motor é a luta de classes.” As relações dos sujeitos, no meio escolar como: gestor, coordenador, professor, alunos, pais e demais colaboradores escolares são relações circunscritas em espaços sociais regidos por leis, ou seja, o dever e a posição de cada sujeito dentro do ambiente escolar, delimitando-se certas condições de poder.

Nesse sentido, pode-se considerar que o poder é um dos efeitos de sentido da posição sujeito em determinadas condições de produção, sob as representações discursivas em que são constituídas, por meio da(s) discursividade(s) que remete(m) ao efeito de poder nas relações dos sujeitos. Assim, a escola, trabalha como “aparelho ideológico de Estado” (ALTHUSSER, 1985).

É notório que em algum momento, na história da vida do aluno, o discurso de um professor influencia-o de forma decisiva, porém, nas práticas discursivas em que são apresentados fatos ocorridos na escola, como a falta de respeito ao professor, a questão da autoridade é relevante, pois pode causar uma futura readaptação. Com efeito, no cotidiano da vida escolar, percebe-se a angústia do professor em relação a sua força de trabalho, que é intelectual; e por força das circunstâncias, hoje, também é física. Devido à baixa remuneração, surge a necessidade de se trabalhar em vários turnos, o que exige o exercício intelectual, imaterial que, com a historicidade do sujeito, passou a ser uma força de trabalho material.

Com a sala de aula lotada e heterogênea, surge o problema da disciplina e, com isso, o discurso de autoridade do professor é colocado em condição de negociação entre o professor e o aluno, produzindo certa “sensação” de autonomia tanto para o aluno como para o professor. Essa “autonomia”, considerando-se a posição do sujeito<sup>1</sup> (PÊCHEUX, 1988), deixa uma pressuposição de sentidos que as “palavras” sustentam, dependendo da posição do sujeito que as enuncia.

Quando o sujeito enuncia, seu discurso está de acordo com sua posição, assim, o sujeito professor, que vem sendo constituído através da história, também se faz pela linguagem. Nesse sentido, a escola é um ambiente de prática discursiva, pautada pela disputa de poder. Conseqüentemente, surge o discurso de repúdio ao controle, onde a violência muitas vezes se faz presente no discurso de resistência. Com efeito, em outros tempos não se expressava com tanta evidência, no cotidiano escolar, a questão da violência entre professor/aluno/pais.

---

<sup>1</sup> Significar e significar-se, a linguagem como mediação entre o homem (sujeito) e a realidade natural e social.

Devido à historicidade dos sujeitos, a relação (professor/aluno) circunscritas em espaços sociais, estabelecem relações que se mantêm entre o simbólico e o político. Por conta da heterogeneidade do cotidiano escolar, o sujeito professor vive em tensão e constante conflito, como, por exemplo, “o conflito de gerações”, demarcando assim, um espaço onde as relações discursivas dos sujeitos constituem-se nas relações de produção: “a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto” (PÊCHEUX, 1988, p.147-148). Nessa perspectiva, a luta de classes é decorrente de um sistema capitalista em que, segundo Althusser (1985, p. 78), os “aparelhos ideológicos de estado” moldam as formas das práticas sociais.

O sentido de readaptação é constituído a partir dos discursos que permeiam os espaços sociais e se articula entre poder e saber que formam os discursos. Esse saber nem sempre garante efeito de poder. A título de exemplo, um professor formado detém o conhecimento, mas, na prática da sala de aula, frequentemente, tem dificuldade em ministrar suas aulas, pelos motivos como: lidar com muitos alunos ao mesmo tempo, conseguir se comunicar e fazer-se ouvir por todos que estão na sala de aula, aplicar seu planejamento, além da estrutura física da sala, que, frequentemente, comporta muitos alunos em um espaço pequeno, dentre outras dificuldades. Tal situação pode gerar frustração, levando esse professor a uma readaptação, para a qual é necessário o acompanhamento e apoio da gestão escolar (direção e coordenação pedagógica). A esse respeito, é interessante notar o significado dicionarizado do termo readaptação:

1. Ato ou efeito de readaptar ou remodelar (uma coisa) para ajustá-la a uma nova finalidade.
2. Aproveitamento de funcionário em função ou cargo mais compatível com sua capacidade física ou intelectual. Aquele que tem esse direito ou poder.
3. Influência, prestígio (BECHARA, 2011, p. 1070).

Como efeito de sentido estabilizado, sobre a posição sujeito professor readaptado, ser aquele que tem o direito ou poder discursivo, pode-se citar um “efeito” de violência discursiva que se transformou em caso de doença psicológica para o sujeito, trazendo uma futura readaptação. A necessidade de se refletir sobre a violência discursiva nas escolas surge mediante acontecimentos pois, pensar no sujeito professor readaptado remete também à violência que ocorre na escola entre professor e aluno. Conforme o jornal Correio do Estado<sup>2</sup> uma pesquisa realizada pela BBC Brasil, confirma que:

---

<sup>2</sup> Notícia veiculada no jornal Correio do Estado em 29 de agosto de 2014, página 13, Campo Grande/MS.

O Brasil está no topo do ranking, de violência contra os professores. Na enquete da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana. O Brasil está entre os dez últimos da lista nesse quesito, que mede a percepção que o professor tem da valorização de sua profissão. A pesquisa ainda indica que, apesar dos problemas, a grande maioria dos professores no mundo se diz satisfeita com o trabalho. A conclusão da pesquisa é que os professores gostam do seu trabalho, mas, “não se sentem apoiados e reconhecidos pela instituição escolar e se veem desconsiderados pela sociedade em geral”, diz a OCDE”. (CORREIO DO ESTADO, 2014, p. 13).

Pode-se ponderar que a posição do professor, tal como aparece na citação anterior, está relacionada a um sentido de desvalorização. Soma-se a isso o fato de que esse profissional se sente ameaçado por não conseguir desempenhar seu trabalho com garantias de integridade física, mental, profissional e moral.

A partir dessa problemática, o objeto de estudo desta dissertação são os discursos que formulam a prática discursiva de readaptação do/sobre o professor, produzidos por diferentes instâncias da escola, ou ainda, posições-sujeitos.

No tocante à metodologia de constituição e tratamento do corpus, esses discursos foram coletados pelo método de questionário, aplicado a dezesseis (16) entrevistados, sendo duas gestoras, duas coordenadoras, quatro professores, quatro professores readaptados, duas auxiliares de serviços diversos, uma farmacêutica e uma médica psiquiatra.

O tratamento dos dados consistiu em selecionar os enunciados-respostas mais representativos do(s) sentido(s) de readaptação, em torno de 20 (vinte) categorias temáticas, como, por exemplo, a relação entre readaptação e (i) estrutura física da escola; (ii) discurso de autoridade escolar; (iii) identidade; (iv) doença; (iv) gênero, entre outras.

Como objetivos específicos, a pesquisa propõe-se a: a) Observar o caráter material do discurso da readaptação acerca do trabalho de professor readaptado atribuído pelo outro; b) analisar como acontece o funcionamento das condições de produção do discurso da readaptação dentro e fora da escola; e c) Analisar o discurso sobre a posição da readaptação e seu funcionamento político, econômico, social e ideológico e suas formações discursivas (práticas discursivas).

Entender alguns aspectos da realidade escolar, ou efeito de sentido do discurso da readaptação sobre o professor, justifica-se pela possibilidade em promover discussões para que se observem outras perspectivas sobre a função da escola, nesse caso, representada pelo discurso do/sobre professor readaptado, vivendo e compartilhando desafios na retomada das atividades escolares. Quando o professor readaptado encontra muitas barreiras, como

procede? Onde permanece? E como se posiciona diante do colega de trabalho? Essas são algumas questões que fizemos para poder compreender os sentidos da readaptação enquanto “trabalho simbólico” (ORLANDI, 2013, p. 13).

Desse modo, estando o professor readaptado inserido na sociedade e no conjunto das práticas cotidianas, refletir sobre o acontecimento discursivo da readaptação que está implicado diretamente no acontecimento discursivo da vivência escolar, também se justifica pela necessidade de compreender alguns sentidos que passam pela readaptação docente.

Considerar que a prática discursiva da readaptação traz o sentido de “significar e significar-se” (ORLANDI, 2013, p. 13) então, se constitui em cada “formação discursiva” (PÊCHEUX, 1988, p. 161). As condições sócio-históricas que ideologicamente atravessam essa posição sujeito de professor readaptado e reconfigura sua prática discursiva de autonomia na escola onde atua em outras áreas sem ser a sala de aula. Os sentidos da palavra readaptação na escola vêm marcados pelas considerações das Leis que amparam o professor readaptado, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 1996), o Estatuto do Servidor de Mato Grosso do Sul, o Estatuto do Servidor do Município de Campo Grande e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Dessa forma, a aplicação das leis, como garantia de permanência do professor readaptado na escola, o direito de se encaixar em uma função que esteja de acordo com suas condições físicas e mentais, entre outras, só será cumprida se a escola estiver em condições para tal. De outro modo, as leis podem ficar apenas no plano da enunciação, mas sem real aplicação. Assim, as leis existem para amparar o professor, mas muitas vezes isso não acontece, e esse professor fica doente, aumentando os discursos de “impotência” na escola.

Por considerar necessário compreender os sentidos da importância do papel social do professor, quando o mesmo está bem de saúde, convivendo diariamente com uma rotina exaustiva como: dois a três turnos de trabalho, meio de transporte, baixa remuneração entre outros é que se justifica a análise do discurso da readaptação, ou seja, quando o professor já está doente. Com as Leis que garantem o direito de readaptação ao professor, bem como o número considerável de professores nessa condição e a carência de pesquisas nessa área, levam o trabalho de análise do objeto por um caminho diversos e de várias retomadas de metodologias e de leituras sobre como analisar o *corpus*.

Para fundamentar a pesquisa, recorreremos ao discurso jurídico (as leis) que ampara o professor readaptado, mas, do ponto de vista teórico e analítico, embasamos nossa proposta na análise do discurso francesa, que toma o discurso por objeto de estudo, propondo um

dispositivo interpretativo de questionamento e problematização; o discurso não é transparente, motivo pelo qual o quadro metodológico não é de tranquilidade.

Dessa maneira, a análise dos enunciados é conduzida sob o olhar do analista daquilo que está posto na escrita dos sujeitos para, então, procurarmos mostrar os vários efeitos de sentido nos dizeres. Sob esse olhar, em primeiro lugar, os dizeres das condições de trabalho, das práticas sociais; as várias posições-sujeito para enunciar e como são produzidos os sentidos da readaptação do professor na escola, cuja posição implica em que circunstâncias o sujeito professor readaptado produz os enunciados sobre a readaptação: o professor regente, a posição-sujeito gestor, a posição-sujeito auxiliar de serviços diversos discursivizando sobre a posição sujeito professor readaptado e, por fim, a posição-sujeito médico, que não pertence às mesmas condições de trabalho da escola, denotando origens distintas para os enunciados sobre os sentidos da posição-sujeito professor readaptado. Com todos os dizeres que foram construídos ao longo da história pelo hábito dos sujeitos, isto é, pela prática social em relação ao processo de readaptação da escola, esperamos poder sinalizar os sentidos imaginados. Em segundo lugar, há os discursos institucionalizados por meio de documentos de controle, formulados pelo Estado, que regem os espaços sociais.

Nesse aspecto, o discurso sempre se rompe e nessa “ruptura” (PÊCHEUX 1988, p. 163), a língua é opaca, é nas fissuras do discurso do sujeito que se depreendem os elementos para analisar o discurso, a posição sujeito e uma possível identidade constituída a partir da readaptação, tendo como fundamento que a relação linguagem, pensamento e mundo não são unívocos, e que a produção do sentido encontra-se no entremeio da língua com a história. Para isso, analisamos enunciados que partem da definição dos “sentidos” da palavra readaptação, observando como a posição sujeito que construiu o enunciado atribui os “sentidos” dessa palavra ao professor.

A dissertação está dividida em três capítulos. O capítulo 1 trata do histórico da Análise do discurso francesa e apresenta o aparato conceitual e analítico mobilizado, com base nos conceitos de discurso, interdiscurso, memória discursiva, polissemia e paráfrase.

O capítulo 2 aborda a realidade da readaptação do professor ao longo da história. Propomos uma reflexão sobre a história do sujeito professor e sua importância para a sociedade, reconfigurando a identidade do sujeito professor, no contexto educacional com o surgimento da readaptação no Brasil bem como o sujeito professor readaptado no ambiente escolar.

O capítulo 3 versa sobre os sentidos de readaptação no discurso dos sujeitos envolvidos, os discursos do/sobre o professor readaptado e suas novas posições na

comunidade escolar, revelando a submissão da escola e seus sujeitos aos discursos documentados de controle do Estado.

## **CAPÍTULO 1.** **A ANÁLISE DO DISCURSO**

A Análise do Discurso (doravante, AD) propõe uma teoria interdisciplinar, no cruzamento da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico. Seu ponto de partida é dicotomia língua x fala (*parole*), como explica Brandão (2004, p. 7): “distinguindo o valor da revolução linguística, Saussure logo descobre os limites dessa dicotomia pelos efeitos advindos da ausência da fala (*parole*) do campo dos estudos linguísticos”. Consequentemente, a língua é um valor simbólico e, assim, somos seres (sujeitos) simbólicos.

Na década de 1960, começam a se desenvolver, na França, estudos em torno de um novo objeto: o discurso, sendo Michel Pêcheux a figura central desta empreitada. A Análise de Discurso (AD) torna-se, ao longo de uma década, uma teoria, bem como uma disciplina universitária que pretende romper com a tradição de interpretação de textos. Conforme Briones, Cunha e Zadinello (2013, p.2), a ADF se apresenta “como uma teoria de leitura, rompendo com as tradicionais práticas que eram voltadas para a interpretação, tais como a Hermenêutica e a Análise de Conteúdo”. Nesse caso, na história, a totalidade dos enunciados de uma sociedade é “apreendida na multiplicidade de seus gêneros, é convocada a se tornar um objeto de estudo” (ZADINELLO; BRIONES; CUNHA, 2013, p. 2).

Nesse contexto, alguns princípios da linguística estrutural vão ser interrogados, ainda mais porque, como explica Maingueneau (1997, p. 10), ainda na década de 1960, na França, a linguagem era motivo de discussão não só de linguistas como também de psicólogos e historiadores, sob a perspectiva de que “o estruturalismo não era transdisciplinar para interpretar a partir da ideologia”, servindo de base juntamente com o marxismo e a psicanálise para adquirir esse estatuto da transdisciplinaridade.

Na tradição filológica, herdada dos gregos, a interpretação de textos era predominantemente histórica e interna, tendo por finalidade retrair a história da língua por meio dos textos, em uma perspectiva diacrônica. Mas, em se tratando de AD, a língua não é vislumbrada diacronicamente, nem tampouco sincronicamente, ou seja, seu funcionamento não é explicado sem levar-se em conta o lugar social de onde emanam os discursos.

Na sociedade, os sujeitos, em suas contradições, não ficam imunes à linguagem, que reflete o processo histórico no qual estão inseridos. Desse modo, a Análise do Discurso situa-se entre a língua e o social, e, de acordo com Ferreira (2004, p. 42), “percorrer os caminhos da

análise do discurso (...) deixa no modo de pensar as questões relacionadas à linguagem, ao mundo, ao sujeito. É difícil ficar imune a esse caminhar”. Nesse sentido, quando se trata de experiência relacionada à língua e ao social em uma perspectiva de AD, segundo Orlandi (2002, p. 17), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia (...)”. Essa tríade se completa com o fato de que, segundo Pêcheux (1975), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Consequentemente, o discurso remete ao sentido de “palavra em movimento”, “o homem falando”.

Essa fala remete esse homem às sujeições como, por exemplo, da realidade em que vive, e a Análise do discurso vem, assim, ao encontro dessa problemática, concebendo a mediação entre o homem e sua realidade natural e social. Então, o discurso é o espaço no qual tem-se a oportunidade de observar a relação entre a língua e a ideologia. Como afirma Orlandi (2002, p. 17), “a língua produz sentido por/para os sujeitos”.

No que respeita ao materialismo histórico, Orlandi explica que “a Análise do Discurso organizou-se como uma significação da linguagem no decurso de condições de produção. Perceber os sentidos produzidos na relação e na parte externa do sujeito” (ORLANDI, 2002, p. 30). Ainda para Orlandi (2002, p. 17), como a língua reflete a relação “materializada” da história do sujeito, “existe no cotidiano uma relação da língua com o exterior”, pois ao falar, o homem é “impulsionado” à posição ideológica e política. Esse enunciar está “transposto” pelos/nos discursos diversos como discurso religioso, discurso machista, discurso feminista, entre outros.

Segundo a autora, é preciso orientar-se por esses dois aspectos para conceituar a Análise do Discurso: primeiro, o funcionamento da língua com seu exterior, segundo, o fato que resulta na formação das relações sociais. Conceituando a AD, naquilo que respeita ao sentido de análise, surge, prontamente, a seguinte questão: o que o texto quer dizer? Concordando com Orlandi (2002, p. 17), “diferentemente da análise de conteúdo, a Análise do Discurso (AD) considera que a linguagem não é transparente”.

Nesse sentido, a pesquisadora nos assegura que a AD “não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado”. A questão que Orlandi (2002, p. 17) coloca sobre a AD é: “como este texto significa?”, estabelecendo-se, então, uma mudança que exige uma resposta sobre o que se busca com relação ao sentido. Segundo Orlandi (2002, p. 18), “não era o quê, mas, o como”, trabalhando o discurso, o interdiscurso e a discursividade. Nessa percepção, Possenti afirma:

A AD não é, portanto, o acréscimo de uma pitada histórica, cultural, ideológica, psicológica ou psicanalítica ao que diz a Linguística, (...) a AD rompe com a Filologia em três domínios: a concepção de língua, a relevância do papel do autor e a forma de caracterização dessa conjuntura. (POSSENTI, 2004, p. 357)

Assim, a AD rejeita a ideia de que um mesmo termo ou discurso tenha os mesmos sentidos, em todas as circunstâncias nas quais sejam produzidos. No universo dos estudos sobre a língua/linguagem, a Análise do Discurso se demarca ser uma ciência que analisa o(s) discurso(s) nas fissuras da língua, buscando no *outro* a relação que existe e produz o contexto do discurso. Nessa perspectiva, de acordo com Possenti (2004, p. 355), a AD busca relação com todas as outras ciências. Para Pêcheux (1988, p. 172), a AD trata da “relação do sujeito ao outro”.

Desse modo, é o discurso, que se constitui em sociedade, que o analista toma como materialidade; por meio da formação discursiva, a Análise do Discurso interpreta a sociedade; a partir do “como” (ORLANDI, 2002, p. 18), o discurso se apresenta e reflete sobre como a “conduta” do sujeito expressa, de forma opaca ou “evidente”, a ideologia do grupo social a que pertence, e que será objeto do analista. Assim, o discurso reflete como o “comportamento” do sujeito expressa, de forma obscura ou “óbvia”, a ideologia desse grupo social.

Desse modo, para a AD, a língua não é transparente, e “a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca” (ORLANDI, 2002, p. 19); não se passa diretamente de um para o outro, pois os sujeitos são afetados pela história, logo, os seus discursos também o são.

Pela ótica da AD, o discurso não é um objeto pronto. De acordo com Malidier (2003, p. 19) “nele se ligam (...) todos os fios constitutivos”, sendo assim, o discurso é primeiramente definido como “máquina” estruturada, fundamental para questões sobre a leitura, a identidade, os sentidos e a ideologia. Nos termos de Orlandi (2002, p. 46), é a “condição para a constituição” do sujeito e dos sentidos. Também para Pêcheux (1988, p. 162), (o) fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, remete à dominação do complexo das formações ideológicas da objetividade material da língua.

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade

nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. (ORLANDI, 2002, p. 9)

Nesse sentido, o discurso remete ao simbólico que, por sua vez, é permanente na opacidade da língua, refletindo o sentido e o político. Para compreender os dispositivos de interpretação da AD a partir da prática simbólica, “o sentido é história, o sujeito, as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa” (ORLANDI, 2002, p. 95). Então, pode-se dizer que, para isso, tem-se como condições básicas: a língua, o processo, que é o discurso, sendo possível à “relação entre pensamento, linguagem e o mundo” (ORLANDI, 2002, p. 96), ou, seja, une-se “sujeito e sentido”.

Assim, o sujeito se forma, e o mundo onde ele vive significa por meio da ideologia. Na perspectiva da psicanálise, pode-se considerar, então, que o inconsciente se estrutura como uma linguagem; para a AD, a ideologia se materializa na língua(gem). A linguagem oferece um “lugar de descoberta, o lugar do discurso” (ORLANDI, 2002, p. 96). Esse lugar remete também ao posicionamento do papel social do sujeito.

Para Pêcheux (2002, p. 44), é exercício do analista interpretar os discursos em suas “condições de produção”, tendo a história como base, pois o sujeito é histórico. Assim, as condições de produção não remetem a apenas um discurso, pois, as formações discursivas são compostas por vários discursos.

No interior dos vários discursos, tem-se a prática social que os (re)constitui, de acordo com a posição que o sujeito ocupa, as práticas sociais ligadas aos fatos históricos, sociais, econômicos e políticos. Em uma sociedade gerida pelo sistema capitalista, a representação e o acontecimento discursivo do papel do sujeito professor se (re)configurou, devido aos acontecimentos da própria história. Os sentidos produzidos pela prática discursiva da docência, na sociedade contemporânea, influenciam todas as camadas sociais.

Nesse contexto, a escola é tomada como aparelho ideológico de estado (AIE), assim definido pelo filósofo francês Louis Althusser (1985, p. 68): “designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”.

Os Aparelhos ideológicos de estado são classificados em ideológicos e repressivos. Segundo Althusser (1985), os AIE ideológicos são representados pelas seguintes esferas sociais:

AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e privadas), AIE familiar, AIE jurídico, AIE político (o sistema político dos diferentes partidos), AIE sindical, AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.), AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.). (ALTHUSSER, 1985, p. 68)

Essas instituições ideológicas têm por função manter a ordem e a disciplina; são mecanismos existentes para manter e reproduzir as condições materiais e ideológicas da sociedade.

Os Aparelhos Repressivos de estado (ARE) compreendem, segundo Althusser, a polícia, o exército, os tribunais, as prisões. Eles pertencem inteiramente ao estado e são únicos. O aparelho de estado colabora para a sua própria reprodução e também assegura pela repressão as condições políticas do exercício dos aparelhos ideológicos de estado. Althusser afirma que “não existe aparelho unicamente repressivo ou ideológico”. O aparelho repressivo de estado está ligado a política da luta de classes dominantes que detém o poder do estado, e os aparelhos ideológicos de estado são múltiplos e a maioria autônomos. Assim, o AIE religioso é um aparelho que funciona pela ideologia e, secundariamente, pela repressão, pois se os membros não seguirem o caminho determinado pela igreja, sofrerão repressão por meio de sanções ou exclusão.

A polícia, por exemplo, pode agir pela violência física, porém, secundariamente, age pela ideologia, visando a manter a ordem e a segurança dos indivíduos. Na Idade Média, a Igreja era o aparelho ideológico de estado dominante da sociedade, considerada a principal instituição do estado comandando, ditando regras e educando os cidadãos de acordo com os princípios morais da Bíblia.

Historicamente, a AIE escolar passou a ocupar um espaço de dominação, em razão de agregar crianças de diversas idades e classes sociais, que são educadas tanto em aspectos morais e cívicos, quanto em sistemas de estudo (cálculos, leitura, escrita). Portanto, a escola, juntamente com a família, desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos, que, desde pequenos até adultos, são educados para uma formação intelectual, psíquica e moral orientada pelo conjunto de crenças e valores dos educadores.

Assim, a escola, como Aparelho Ideológico de Estado, tenta desempenhar perante a sociedade o papel de educação a todos, educação intelectual, moral e cívica, igualdade social. Mas age pela repressão, como por exemplo: se o aluno não fizer toda a atividade proposta, não ganha pontos, dentre outras sanções que acontecem no espaço escolar. Nesse sentido, o discurso escolar reflete os meios e as condições de produção dos sujeitos na sociedade.

Feitas essas considerações, dissertaremos a seguir sobre os dispositivos teóricos e analíticos da análise do discurso.

### **1.1 Definição dos dispositivos da análise do discurso**

A análise do discurso estabelece dispositivos de análise necessários, na tentativa de estabilizar sua perspectiva metodológica. No entanto, apresentar e discutir os dispositivos analíticos da AD faz-se necessário, promovendo a sua compreensão e as suas maneiras de aplicação. Pois, de acordo com Orlandi:

A proposta é a da construção de um dispositivo da interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2002, p. 59)

Em relação ao dito e ao não dito, tem-se a formação imaginária, como explica Gomes nesta citação:

Na constituição dos discursos, é imprescindível compreender, ainda, a formação imaginária. Essa formação imaginária apresenta-se como base constituinte das condições de produção do discurso, em função da organização mental que estimula o dito, ao mesmo tempo em que permite a construção do que não pode ou não deve ser dito, ou seja, o não-dito. (GOMES, 2006, p. 624)

Nesse contexto, os dispositivos da AD são: o discurso, o interdiscurso, a memória, a polissemia e a paráfrase, a metáfora e a formação imaginária, sendo esta composta pela antecipação e também em relações de força e de sentido. A articulação entre a paráfrase e a polissemia proporciona uma matriz de sentido em relação à discursividade e ao interdiscurso, representando, assim, a memória discursiva. Seguindo o pensamento de Orlandi (2002, p. 31), “as características da memória pensadas em relação ao discurso, remetem ao interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar independente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva”.

A metáfora significa a substituição de uma palavra por outra, explicitando o sentido de ambas, e a formação imaginária liga-se às condições de produção do discurso. Nesse sentido, o sujeito traz consigo a formação imaginária sobre si e o outro, e essa formação mostra o social a subordinação às leis por exemplo. Então, os dispositivos da AD, segundo Gomes,

Permitem, como pode ser observado, superar as ilusões que o analista constrói ao entrar em contato com o material empírico, descortinando a literalidade da discursividade e explicitando o que, normalmente, se enuncia sem a noção de abrangência do dito ou não se pronuncia o que se quer dizer. Por isso, há necessidade de sua compreensão e utilização como instrumental útil para o desenvolvimento de uma análise de discurso, conferindo o rigor necessário ao processo científico e evitando que o pesquisador se limite a descrever os resultados encontrados. Considera-se que os dispositivos analíticos não são opcionais, ou seja, não se pode escolher alguns em detrimento de outros, mas necessita-se mergulhar na discursividade que se quer analisar para perceber como a constituição de sentido se deu e quais os dispositivos que estiveram presentes nesse processo. De forma circular, ao utilizar esses dispositivos e explicitar os mecanismos de produção de sentido, eles permitem observar a presença de outros dispositivos que expõem, em uma profundidade e complexidade crescentes, o processo de constituição de sentidos utilizado pelos sujeitos. (GOMES, 2006, p. 625)

Assim sendo, em um incessante procedimento de vai e volta entre o *corpus*, os dispositivos e os métodos de construção de sentido, nesse entremeio ligados e sem nenhuma condição de separá-los, o analista vai pesquisando e realizando as etapas imprescindíveis à análise do discurso, fazendo sua pesquisa e escrevendo seu trabalho com o embasamento teórico necessário para as análises. E para Gomes tem-se a necessidade do reconhecimento da complexidade da AD.

Essa dificuldade está relacionada a não identificação precisa dos dispositivos (expressa pelas questões: onde surge realmente a polissemia, o que é interdiscursividade e a sua diferenciação com a paráfrase, como identificar a metáfora, como precisar a formação imaginária e as suas diversas facetas?), bem como em conseguir determinar o percurso que o analista deve percorrer sobre estes elementos, como um trem sobre o trilho que segue em direção à formação ideológica, uma vez que as técnicas de análise e os seus procedimentos não estão, no presente momento, devidamente definidos. (GOMES, 2006 p. 625)

Portanto, esses dispositivos são fundamentais para a compreensão do mecanismo de produção de sentido e podem colaborar para a compreensão de fenômenos discursivos que interessam à análise do discurso do/sobre o professor readaptado.

A seguir, exploramos em maiores detalhes as noções de discurso, interdiscurso, memória, polissemia e paráfrase.

### 1.1.1 Discurso

Quando se fala em discurso, diferentes acepções podem ser encontradas para o conceito, nos estudos linguísticos. De acordo com Maingueneau (2006, p. 168), a noção de discurso “já estava em uso na filosofia clássica, na qual, o conhecimento discursivo, por encadeamento de razões, opunha-se ao conhecimento intuitivo”. O discurso, entra, assim, em uma série de oposições clássicas: discurso x frase, discurso x enunciado, entre outras. (MAINGUENEAU, 2006, p. 168).

Para Pêcheux (1988), o discurso constitui o objeto privilegiado da análise do discurso, disciplina iniciada por ele e seus colaboradores, no final dos anos 1960, na França. Etimologicamente, a palavra discurso tem em si o conceito de percurso, de correr por, de movimento. Trata-se, portanto, de estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos” (ORLANDI, 1999, p. 17). Isso permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto.

A Análise do Discurso analisa e considera que a linguagem não é transparente, mas opaca. Procura, então, detectar, num texto, seu modo de significação. Sendo assim, é por meio da AD que os textos/discursos são vislumbrados como concretização de uma materialidade simbólica própria e significativa. Com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o sujeito falando; além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que constitui o homem e sua história.

Por meio da linguagem, o sujeito altera a realidade em que vive e a si mesmo. Esse sujeito constrói a existência humana e social, ou seja, confere-lhe sentido. E é essa habilidade do sujeito de atribuir sentidos que possibilita permanentemente significados distintos. Portanto, a AD leva em conta o sujeito e a língua em suas concretudes, não enquanto formas abstratas. Ou seja, considera os métodos e as condições por meio dos quais se produz a língua e a linguagem. Desta forma, insere o sujeito, a língua e a linguagem na sua exterioridade e historicidade.

Para Malidier (2003, p. 15), “o discurso me parece um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam, literalmente, todos os seus grandes questionamentos sobre a língua, a história, o sujeito”. Daí o sentido de poder nos acontecimentos discursivos, constituídos a partir dos discursos que circulam nos espaços sociais, como a escola, por exemplo, que se articula entre poder e saber. Ainda para essa especialista da análise do discurso, “o discurso é a história na língua. Temos então a tríade língua, sujeito e história na constituição de discurso. Por tratar-se de uma materialidade

linguística e histórica, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia Malidier (2003 , p. 16).

E para visualizar esse sujeito e seu discurso como influenciador/influenciado por sua ideologia, língua e história, o campo teórico articula conhecimentos dos campos das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, buscando transpô-los e movê-los de seus lugares de saber, forçando-os a refletir sobre “o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (ORLANDI, 1999, p. 16).

A AD faz alusão à autonomia do objeto da Linguística, ou seja, a língua como sistema abstrato, fechada em si mesma, e impõe-lhe a ideia de discurso, que é um objeto sócio-histórico. Também não considera a história e a sociedade, objeto das Ciências Sociais, como livres de suas significações, isto é, como se não tivessem transcorridas pela linguagem. Desta forma, a AD busca conceber como a linguagem se materializa na ideologia<sup>3</sup> e como esta última se manifesta na língua. De maneira distinta, a AD busca apreender como a ideologia se materializa no discurso, e como o discurso se materializa na língua, procurando, ainda, entender como o sujeito, atravessado pela ideologia de seu lugar social, de seu tempo, lança mão da língua para significar (-se) e (re)significar (-se).

O sujeito para Orlandi (2002, p. 51), “ao mesmo tempo livre e submisso” pode ter a liberdade, porém, é submisso às leis, por exemplo, “pode tudo dizer, contanto que se submeta a língua para sabê-la”. A língua tem seu valor e por isso é simbólica, logo somos seres simbólicos.

O sujeito apresenta uma incompletude na condição da linguagem pois, de acordo com Orlandi (2002, p. 52) “nem sujeito nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento”. Por estar preso à história, o sujeito torna-se um sujeito-histórico. Para Orlandi (2002, p. 53) “no discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade”, esse movimento constitui o discurso do sujeito.

Sujeito a falhas, ao jogo, ao acaso, e também às regras, ao saber, à necessidade. Assim o homem (se) significa. Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras. (ORLANDI, 2002, p. 53)

---

<sup>3</sup> Segundo Chauí (citada por Brandão, 1968, p.19), [...] o termo ‘ideologia’, criado pelo filósofo Destutt de Tracy, em 1810, na obra *Elements de Idéologie*, nasceu como sinônimo da atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as idéias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente.

Nesse sentido, a linguagem não é transparente, “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2002, p. 42). Essa noção de formação discursiva “permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia”, dando a possibilidade de se estabelecerem regularidades no funcionamento do discurso, o que remete esse sujeito às condições de produção, que, segundo Orlandi (2002, p. 30), “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. Como no contexto imediato que incluem o “contexto sócio histórico, ideológico” a ruptura nesse contexto se faz presente diante do “dizer do sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, a travessando as evidências do imaginário” (ORLANDI, 2002, p. 54), rompendo, assim, o já estabelecido.

Tem-se então, o sujeito que emite em seu discurso aquilo que ele pensa que é seu, porém que foge ao seu controle, pois, toda sua historicidade se faz presente em seu discurso. Se considerarmos o processo de enunciação como uma atualização temporal e espacial do sujeito em seu discurso, a AD relaciona a linguagem ao seu contexto e, para este fim, recorre à realidade da enunciação como dialógica e como centro organizador de um significante externo, localizado no bojo da ideologia.

Portanto, ao descrever o próprio discurso, a AD coloca-o em um espaço particular entre a língua, que por sua vez é social, e envolve a história e a fala. Assim, separa a centralidade do sujeito falante e integra-o ao funcionamento dos enunciados, que são amparados por formações ideológicas. Nesse sentido, pode-se definir o discurso como sendo o enunciado formulado em certas condições de produção, gerando um certo processo de significação. O discurso não é somente a transmissão de informação, mas efeito de sentido entre interlocutores (sujeitos); e a análise de discurso é a análise desses efeitos de sentidos.

Enfim, para Orlandi (2002, p. 21), a respeito do discurso, “não se trata apenas de transmissão de informação”, mas também é um “processo de significação e não estão separados de forma estanque”. O discurso não é somente uma mensagem, mas “um complexo processo de constituição” de “produção de sentidos” do sujeito que professa o discurso. Então, o discurso é “efeito de sentidos entre locutores” e assim, é através dele que os sentidos tomam corpo, em sua formação vinda do “equívoco”, da “falha da língua” que se inscreve na história, onde os sentidos “atravessam os discursos”. Sendo assim, o discurso traz consigo toda a carga histórica do sujeito, refletindo sua posição social e seus sentidos.

### 1.1.2 Interdiscurso

A respeito das relações entre os textos, é preciso distinguir, em uma perspectiva de análise do discurso, intertexto de interdiscurso. Ao passo que o intertexto designa as relações entre textos localizáveis no tempo e na cultura, o interdiscurso refere-se a um princípio da linguagem: o de que todo discurso (texto) entra em relação, de afinidade ou de polêmica, com outro discurso (texto). Nesse sentido, o conceito de interdiscurso é mais amplo do que o de intertexto, como explica Orlandi:

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, fala uma voz sem nome. (ORLANDI, 2002, p. 34)

Parafraseando Orlandi (2002, p. 34), quando nós falamos, estamos integrados às “redes de sentidos”, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente; procurando “escutar o não-dito naquilo que é dito”, como presença de uma ausência necessária. Isso porque, só uma parte do “dizível” é acessível ao sujeito, pois, mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes o sujeito desconhece), significa suas palavras.

Há tanto no interdiscurso como no intertexto a mobilização do que Orlandi (2002, p. 34) chama de “relações de sentido” no interdiscurso, que advêm da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer; já o intertexto restringe-se à relação entre os textos, explorando a “relação de sentido”, porém, o “esquecimento não é estruturante” como é para o interdiscurso.

Sendo assim, quando o discurso se torna possível de ser analisado em sua materialidade enunciativa, pode-se dizer que abre uma nova vertente para observar a língua e a linguagem, bem como seu funcionamento.

### 1.1.3 Memória

Quando se fala em memória, salientamos o seguinte, de acordo com Michel Pêcheux:

A certeza que aparece, em todo caso, (...) é que uma memória não poderia ser concebida como esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo

de um reservatório: é necessariamente um espaço, móvel de divisões, disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização.... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2015, p. 10)

Essa memória a que Pêcheux refere-se está ligada às condições sociais, históricas e cognitivas de produções de discursos, as curvaturas da história são lugares onde a memória é considerada a partir da linguagem do sujeito.

Como as sociedades se lembram? (...) de que a linguagem é o tecido da memória, isto é, sua modalidade de existência histórica essencial – quem não vê que uma questão como essa se direciona diretamente às ciências da linguagem? Que ela demanda a análise dos modos de existência materiais, linguageiros da memória coletiva na ordem dos discursos? (COURTINE, 1994, p. 10 apud PAVEAU, 2013, p. 91)

Assim, nos espaços em que se constitui a linguagem, existe também a matéria, aqui, tecido da memória, sob a perspectiva da análise do discurso, na medida em que vivenciamos e registramos fatos e acontecimentos, dando sentido às palavras e expressões; sendo assim constituídos os discursos dos sujeitos, por meio dos saberes e da história sobre a significação das palavras e conhecimentos sobre o mundo, transparecem em seu bojo os conceitos históricos, geográficos, sociais, entre outros.

Diante dos conceitos que constituem a memória, Maingueneau (1997, p.125) afirma que o “discurso supõe mais que uma memória das controvérsias que lhe são exteriores; à medida que aumenta o *corpus* de suas próprias enunciações, com o passar do tempo e com a sucessão das gerações de enunciadores, vê-se desenvolver uma memória polêmica interna”.

Dessa forma, quando se descreve o conceito de memória em seus vários prismas, Maingueneau (1997, p.125) ainda diz que “o discurso é mobilizado por duas tradições: a que o funda e a que ele mesmo, pouco a pouco, instaura. Ao cabo de certo tempo, é-inevitável que parte da tradição interna atinja o mesmo estatuto da primeira, ganhando a ‘autoridade’ necessária para as produções de seus enunciadores”. Assim, toda formulação estaria posta, de alguma maneira, no encontro de dois eixos: o eixo "vertical", do pré-construído, do domínio de memória, e o eixo "horizontal", da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo, já que o sujeito enunciator é visto como se interiorizasse de forma “ilusória o pré-construído na sua formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997).

Há assim, uma utópica sensação de “domínio de memória” que o sujeito sente ter sobre o que pensa e o que diz. Já para Orlandi (2002, p. 9), os cuidados necessários para

manter a ordem social atual passam pelo discurso e “não há como não interpretar”, e saber como funcionam os discursos na instituição e na memória.

Para a estudiosa da AD, Marie-Anne Paveau (2013, p. 98), tradicionalmente, a memória “distingue-se em três subsistemas” e por meio deles o sujeito é submetido à língua, pois esta é um reflexo da realidade vivida por ele. Tem-se, então:

O registro sensorial (memória visual breve), a memória a curto prazo ou memória de trabalho (é uma memória do tipo “arquivo” que registra somente poucos itens e muito brevemente, alguns segundos apenas, sob forma verbal) e a memória a longo prazo ou memória de armazenamento, que se parece mais com uma enciclopédia. Na memória a longo prazo, faz-se a distinção entre memória episódica (aquela dos acontecimentos) e memória semântica (aquela dos conhecimentos) de uma parte, memória implícita (ou procedural, aquela das competências) e memória explícita (ou declarativa, aquela das informações) de outra parte. (PAVEAU, 2013, p. 98)

Pensar em memória semântica remete à análise do discurso, pois, para Paveau (2013, p. 98), a memória semântica “que registra o que dá sentido às palavras e expressões contém saberes sobre a significação das palavras e conhecimentos sobre o mundo (histórico, geográfico, sociais, etc.)”. Então, a memória remete a uma viagem nas dobras discursivas da história do sujeito. A transformação do sujeito faz parte da história que o constitui, assim, parafraseando Paveau (2013, pag. 99), essa “transformação faz parte da economia discursiva da memória”, por conta do princípio da similaridade.

Nesse aspecto, Paveau (2013, p. 100), traz o termo e a noção de memória discursiva, introduzida na análise do discurso político por Jean-Jacques Courtine, em 1981, tratando então, na análise do discurso herdada das teorias de Pêcheux, as formas de pensar “o real da língua” em relação ao “real da história”. Por meio do conceito de memória discursiva, a análise do discurso reconhece a “existência histórica do enunciado” considerando, portanto, a relação do sujeito na compreensão discursiva da linguagem e posição sociocultural.

O sujeito desenvolve-se com o meio social e cria uma ligação entre história e memória. Segundo Courtine (1981, p. 56 apud PAVEAU, 2013, p. 100) compreende-se, pelo termo “memória discursiva, a existência histórica do enunciado no âmbito das práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos”. Assim, corroborando com o postulado de Courtine (1981, p. 52-53): “discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”.

Transpondo essa situação discursiva de referência, é possível parafrasear Courtine (1981, p.56), destacando as maneiras e formas que aparecem nas sequências discursivas do

“domínio de memória”; entrelaçados, os discursos dos sujeitos serão analisados a partir dos “feitos que produzem no âmbito de um processo discursivo, a enunciação de uma situação discursiva de referência determinada (efeitos de lembrança, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimentos, de ruptura, de negação, do já-dito)”. A partir desse domínio de memória,

A possibilidade de delimitar um domínio de formulações-origens. O domínio de formulações-origens não assinala de modo algum um “começo” do processo discursivo, mas constitui a ligação onde se pode identificar, no desenvolvimento do processo discursivo, a emergência de enunciados que figuram como elementos do saber próprios a uma formação discursiva. (COURTINE, 1981, p. 56)

Há, na memória discursiva, uma seleção de atributos que ela opera; uma referência que permite circunscrever objetos para a análise do discurso. Considerando, assim, o sujeito e seu pensamento, não como um processo individual, mas social, desvendado o discurso e nos entremeios, nas falhas da linguagem, a memória traz o real sujeito, uma vez que o sentido não existe em si, pois “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2002, p. 42).

Nesse sentido a memória, também para a análise do discurso, vai além da psicologia; ou seja, da “memória individual”; está nos “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória constituída do historiador”. Então, caminhamos nos campos da pesquisa, “da referência explícita e produtiva à linguística”, e adentramos uma disciplina de interpretação, “logo a ordem da língua e da diversidade, e da ‘linguagem’, a da ‘significância’ (PÊCHEUX, 2015, p. 44), do simbólico e da simbolização...” que adentrar na ordem da língua e em sua diversidade não é de se admirar, já que nessas condições, é possível pensar que exista uma ideia de fragilidade, de uma tensão contraditória em relação ao processo de inscrição do acontecimento, no espaço da memória, e que isso tenha sido constantemente presente.

Nesse ponto, como a questão da memória é tratada na estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização, a memória discursiva seria aquilo que, mediante um texto que surge como acontecimento, vem restabelecer os “implícitos”, ou seja, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos. De acordo com Pêcheux (2015, p. 50) de fato, um ponto interno em toda memória é, “a marca do real histórico como remissão necessária ao exterior, quer dizer,

ao real histórico como causa do fato”; assim, “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

Remetendo à história e à política, não há possibilidade em não considerar o fato de que a memória é feita, também, de esquecimentos; e, de acordo com Orlandi (2015, pag. 53), de silêncios: “de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncio e de silenciamentos. Os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos”. A sociedade é marcada pelo silenciamento quando a referência é política e histórica. Assim, são os sentidos que impõem os limites.

Quando um acontecimento discursivo gera um fato desencadeador de um processo de produção de sentidos, Orlandi (2015, p. 53) reflete “que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso”. Abre-se uma nova discursividade, que muitas vezes, produz efeitos metafóricos, que “afetam a história e a sociedade, de maneira explosiva, em várias direções: politicamente, culturalmente, moralmente”.

Orlandi (2015, pag. 54) retorna e traz questões abordadas por Michel Pêcheux, nas quais “ele procura compreender, junto com linguistas, semioticistas e historiadores, a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória (...)” e que jogam em dupla, sendo primeiramente: (a) “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se”; em segundo lugar, (b) “o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido”. Ao relacionar o primeiro e segundo (fatos) citados anteriormente, Orlandi (2015, p. 54) mostra que “é como se não tivesse ocorrido (b), não porque foi absorvido, mas ao contrário, justamente porque escapa à inscrição na memória (a)” explorando a relação entre a “memória e a censura” em geral.

Assim, “é o saber discursivo que faz com que, quando o sujeito fala, as palavras façam sentido”. Orlandi (2015, p. 58) com essa reflexão, evoca o jogo discursivo que atravessa os enunciados e, remetendo à memória, em meio a esse contexto, há o sujeito. Dessa forma, a autora propõe que o sujeito é “historicamente determinado, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independente. Palavras já ditas e esquecidas ao longo do tempo de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu esquecimento” (ORLANDI, 2012, p. 59).

Então, a memória também é constituída pelo “esquecimento” afirma Orlandi (2015, p. 59) “daí ocorre que a ideologia de acordo com Pêcheux (1982) é um ritual com falhas, sujeito a equívoco, de tal modo que, do já dito e significado, possa irromper o novo, o idealizado”. Nesse sentido, o movimento contínuo do discurso se constitui nos sentidos que o sujeito traz consigo, sua identidade que reflete sua história.

Uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase. A ideia de memória como um espaço móvel de divisões, disjunções de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (ORLANDI, 2015, p. 59)

Pois bem, a falha, para Orlandi (2015, p. 59) “é constitutiva da memória, assim como o esquecimento”. Dependendo do acontecimento histórico, os sentidos são censurados, silenciados, excluídos para não haver um “já-dito”. A memória discursiva do sujeito pela prática social domina o poder do discurso, esse discurso representa poder diante da posição que naturalmente é aceita pelo outro se for “de cima para baixo”. E quando essa prática discursiva é exceção, tenciona as relações, gerando os conflitos, pois o sujeito é submisso perante o poder de hierarquia, ou seja, o aluno não aceita sua submissão em relação ao professor, pois tem uma imagem do professor, como empregado de sua família, já que o professor recebe um salário pago pelos impostos do sistema vigente, etc. Desse modo, coloca fora do discurso o que poderia ser significado a partir deles e do esquecimento produzido por eles para que novos sentidos aí signifiquem. Remetendo, assim, aos “furos, buracos na memória que são os lugares, não em que o sentido se cava, mas ao contrário em que o sentido falta por interdição”.

A memória é, nela mesma, a condição do que se pode dizer, ou seja, do “dizível”, e esses sentidos que se apresentam na memória não podem ser lidos. Para isso, Orlandi (2015, p. 60) leva a reflexão sobre o que os sujeitos vivem, inclusive em seus silêncios. Muitos acontecimentos históricos estão fora, na margem que nos aprisiona, nos limites dos sentidos que compõem a memória. Dessa forma, Orlandi (2015, p. 60) entra nas veredas da memória, pois, de acordo com a autora “o que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado”.

Em virtude disso, a discursividade política tem seus pontos de tensão nos indícios desses silenciamentos. Então, o real histórico faz pressão, e Orlandi (2015, p. 60) diz que isto faz algo irromper; e nessa objetividade material contraditória (a ideologia) materializa-se em prática social: “o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer”.

### 1.1.4 Polissemia e paráfrase

À medida que o discurso é analisado, não existe uma fronteira entre o que é idêntico e o que se diferencia na língua. Para Orlandi (2002, p. 36) o que se tem ao analisar, é um “deslocamento, ruptura de processos de significação”, ou seja, a polissemia “joga com o equívoco”. Em contraponto, tem-se a paráfrase, que “representa assim o retorno aos mesmos espaços do que se diz”. Então, podemos dizer que o completo funcionamento da linguagem se ajusta no conflito entre procedimentos parafrásticos e polissêmicos.

Ainda para Orlandi (1998, p.15) existem outros sentidos nessa contradição, que necessitam ser compreendidos. Em termos discursivos, teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção da diferença. Então, no vaivém do discurso entre a paráfrase e a polissemia, temos o ‘já dito’ e o ‘a dizer’ nos quais os sujeitos e os sentidos se deslocam; o igual e o diferente fazem seu caminho e significam diante da historicidade de cada sujeito.

Em suma, a paráfrase é o mesmo, o constante, a produtividade, a base do sentido. A polissemia é o díspar, a ruptura, a criatividade, a nascente da linguagem. Nessa consonância, a incompletude é a circunstância da linguagem. A língua é sujeita à falha e à ideologia, é um ritual com irregularidades. Sendo assim, se o significado real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não consistisse em uma instabilidade e ruptura, não existiria transformação. Com isso, nem os sujeitos, nem os sentidos, e, conseqüentemente, nem o discurso, já estão prontos e acabados.

Dessa forma, os discursos estão sempre se constituindo; há um movimento constante do simbólico e da história. Existe uma tensão constante entre paráfrase e polissemia, estabelecendo a possibilidade de os sentidos e os sujeitos poderem ser, sempre, outros, já que dependem de como são afetados pela língua e de como se inscrevem na história. Esse fato ocasiona a “formação”, em sua extensão metodológica, e reitera métodos já cristalizados. Pelo processo parafrástico, a metodologia e a produtividade mantêm o sujeito num retorno fiel ao mesmo espaço do dizer, produzindo a variedade do mesmo.

O sujeito, com sua capacidade criadora que implica a ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, faz intervir o distinto, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua. Irrompem, assim, sentidos opostos. Para distinguir as características do discurso do sujeito, é preciso que se coloque em conflito o já produzido e o que vai instituir-se: passar do irrealizado ao plausível, do não sentido ao sentido.

Desse ponto, é possível que se considere a afirmação de que a paráfrase é o estopim do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem suporte no saber discursivo; e a polissemia é a matriz da linguagem, uma vez que ela é a própria circunstância de existência dos discursos. Contudo, se os sentidos e os sujeitos não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer. O movimento entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo discurso é ideologicamente considerado, pois na língua que a ideologia se materializa. Sendo assim, o espaço onde se trabalha a língua, a ideologia e o discurso.

Entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe a compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos ideologicamente assinalados, já que o sujeito e os sentidos, pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente, na busca entre o que é efêmero e o que se eterniza.

Em síntese, o sujeito se “utiliza” da paráfrase, em um processo inconsciente. Não percebe tudo o que está à sua volta, pois não controla os sentidos, já postos. Segundo ORLANDI (2002 p.37), o acontecimento discursivo é o movimento da paráfrase e da polissemia. A configuração histórica da língua possibilita “novos significados” para o sujeito “estabelecer” os discursos que derivam sempre em sentidos diferentes, caracterizados por sujeitos movidos a praticar o discurso no meio social em que vivem. A polissemia e a paráfrase fornecem ao sujeito a sensação, “a utopia” precisa de que o discurso nasce nele, tem o efeito de sentido que ele quer, e que esse discurso lhe pertence.

Dessa forma, ao apresentar a “prática discursiva” do sujeito, Orlandi (2002, p. 37) conceitua que ele se constitui no dizer, “no mesmo e no diferente” (ORLANDI, 2002, p. 36); seu discurso está sujeito a interpretações. As expressões e as palavras do sujeito estão em probabilidade de entendimento, com a possibilidade de imprecisão que “expõe” o sujeito (re)significando, e gerando “efeitos de sentido” (ORLANDI, 2002, p. 36). Nesse contexto, a prática discursiva do professor readaptado gera seus efeitos de sentido, expondo o significado e (re)significando a atuação do professor readaptado no ambiente da escola.

## **CAPÍTULO 2. A REALIDADE DA READAPTAÇÃO: RECONFIGURANDO A IDENTIDADE DO SUJEITO PROFESSOR**

Em uma definição introdutória, o termo readaptação refere-se ao direito de exercer uma função pública mais compatível com a capacidade física, intelectual ou vocacional do sujeito. De acordo com o Dicionário Michaelis online, readaptação recebe as seguintes definições:

Ato ou efeito de readaptar.

Termo jurídico: Aproveitamento de funcionário público em outra função, de acordo com sua capacidade intelectual ou habilitação.

Termo médico: Recuperação das atividades, de forma progressiva, por um paciente em convalescença.

Termo biológico: Capacidade de adaptação de um organismo a novo meio ambiente”. (DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE)

Nesta pesquisa, em particular, a readaptação está relacionada à situação em que o professor, que não consegue exercer as funções de sua área de concurso, por razões de saúde física ou mental, passa por uma perícia médica (exames), recebendo um diagnóstico segundo a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID).

Se o problema de saúde é considerado grave, o professor se aposenta, caso contrário, retorna à escola local onde já trabalhava e passa por um “desvio de função”, que atenda a suas limitações. Este professor passa, assim, a exercer outras atividades na escola, não relacionadas à docência em uma sala de aula com 30 alunos. Para que esse processo aconteça, fazem-se necessárias leis que amparem esses professores incapazes de exercerem a função designada em sua área de concurso.

No tocante à legislação sobre a readaptação, tem-se os discursos jurídicos no escalão Federal, Estadual e Municipal. O discurso jurídico da Constituição Federal, em seus artigos 37 a 41, Cap. VII da Administração Pública, Seção I, institui os direitos e deveres do servidor público. Existe a lei 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos Civis da União das Autarquias e das Fundações Públicas Federais em sua seção VII art. 24 que trata da readaptação. Segundo o artigo 24, “readaptação é a investidura do servidor em “cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica” (BRASIL, 1988, p. 45).

Segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, referente à Lei nº 1.102 de 10/10/1990, Seção X, em seus artigos 42 a 44:

[...] readaptação é a investidura em cargo compatível com a capacidade física ou mental do funcionário, verificada em inspeção médica oficial. Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a readaptação não acarretará aumento ou redução de vencimento ou remuneração do funcionário. (Lei nº 1.102 de 10 de outubro de 1990)

No artigo 26 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Campo Grande, lei complementar n. 190, de 22 de dezembro de 2011, Seção VII, “readaptação é o afastamento do servidor, de forma provisória ou definitiva, de suas funções para executar tarefas mais compatíveis com sua capacidade física e mental, com base em parecer da Perícia Médica do Município” (Lei complementar n. 190, de 22 de dezembro de 2011).

Quando o sujeito professor é diagnosticado com alguma doença física ou mental, esta é classificada segundo a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10). Estas classificações são publicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visam a padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A CID 10 fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única, à qual corresponde um código CID.

No sentido do discurso da readaptação, foram encontradas pesquisas a respeito do termo “readaptação”, porém, em áreas como engenharia e educação, a exemplo de Vieira (2013, p. 16), em sua dissertação na área da engenharia de produção, intitulada “A readaptação funcional de professores no serviço público: dramas pessoais em meio a conflitos intersubjetivos e organizacionais”. Neste trabalho de pesquisa, o autor apresenta o conceito de readaptação funcional, definido como:

[...] um procedimento utilizado pela seguridade social, de instituições públicas, empresas privadas e organizações, quando os trabalhadores, em virtude de perdas funcionais, precisam ser realocados em outras funções. A legislação que a regulamenta exige considerar as limitações e potencialidades do indivíduo, de modo a atribuir-lhe tarefas compatíveis com sua condição atual. (VIEIRA 2013, p. 16)

Em sua tese na área da educação, intitulada “Narrativas e imaginários de professoras readaptadas: rumo a uma pedagogia da observância”, Celorio (2015) aborda a readaptação, desvelando que:

[...] as narrativas de três professoras readaptadas (que não atuam mais em sala de aula) pudessem suscitar a criação de imagens simbólicas ou mesmo de imagens que levassem a outro modo de ser professora e, sobretudo, trazer à luz os imaginários e os sentidos sobre a readaptação. O pressuposto (...) era de que a readaptação poderia marcar um momento de reinvenção de si, ou ainda, que a readaptação possibilitasse um cultivo da alma de modo que elas tivessem um novo olhar sobre suas vidas e pudessem acenar para o simbolismo ali implícito. Também que a readaptação poderia permitir que elas olhassem a realidade escolar de outro modo; talvez, de maneira mais amplificada sobre estar na escola e na sala de aula. (CELORIO, 2015, p. 29)

De acordo com os discursos jurídicos, existem perspectivas distintas sobre a readaptação, o que leva à reflexão sobre a prática das leis, considerando-se o espaço profissional do professor readaptado. Esses sentidos serão melhor analisados no capítulo 3, dedicado às análises.

Nos próximos subitens, abordamos a história do professor e da Educação no Brasil, enfocando o sujeito professor readaptado.

## **2.1 Sujeito professor e a educação no Brasil**

A função de ensinar está presente há muito tempo na história da humanidade, onde se ensinava, de geração em geração, a sobreviver. No Egito antigo, a função de escriba servia para preparar o indivíduo para o domínio da técnica. No Ocidente, as instituições escolares variavam de acordo com os valores e costumes de cada cultura. Assim, a função de professor passa a buscar fundamentos científicos para uma qualificação formal, e, para atender aos pais que vão para o mercado de trabalho, a educação passou a ser entendida como função pública, tornando-se um problema nacional e governamental, como explicado a seguir:

A busca dos fundamentos científicos e de uma qualificação formal foi se estabelecendo apenas à medida que a educação passou a ser entendida como função pública, tornando-se um problema nacional e governamental. O estabelecimento da república no país é o marco para esta compreensão da formação do professor, considerada como estratégica para a construção do projeto nacional em desenvolvimento. A identidade do professor, pelo seu potencial na produção de uma determinada moral individual, crucial para o

estabelecimento ou reformulação dos objetivos econômicos, sociais e culturais definidos, torna-se um alvo efetivo por parte do estado. (SCHEIBE, 2008, p. 41)

Segundo Lawn (2000, p. 70), “a identidade do professor simboliza o sistema e a nação que o criou”, e reflete, assim, o projeto educativo da nação. Nesse processo educativo, a história do sujeito professor é necessária para o situarmos na história. Essa investigação sobre o papel do professor no Brasil remete ao entendimento de que a escola é um espaço social que tem como tarefa a organização do pensamento de novas gerações, orientada pelo exercício da cidadania e da ação consciente.

Nesse contexto, a respeito da construção histórica da identidade do sujeito professor, destacamos, de acordo com Orlandi (2002, p. 22), que “somos todos sujeitos históricos”, e nossa historicidade se faz presente em nossa identidade. Como, por exemplo, quando o Brasil era governado pela monarquia a mando do rei, segundo Saviani (2013, p. 26), “os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários espalhando-se pelas diversas regiões do território”. Nesse processo, a inserção do Brasil no mundo ocidental, por meio da colonização, deu-se em torno da educação pela catequese. Assim, os povos nativos passaram a ter acesso ao ensino baseado na fé católica que não eram os colégios, para os nativos era outra educação para o labor e cristianização.

Instituindo colégios e seminários, os jesuítas exerceram o monopólio do ensino até serem expulsos pelo Marquês de Pombal, o que, segundo Saviani (2013), constitui outro marco importante na história do professor no Brasil, como explicado a seguir:

O que confere nesse período (...) a concepção tradicional em sua vertente religiosa. A partir de 1759, através das reformas pombalinas da instrução pública, abre-se espaço para a circulação das ideias pedagógicas inspiradas no laicismo que caracterizou a visão iluminista. (SAVIANI, 2013, p. 15)

A influência iluminista se dá a partir dos portugueses residentes no exterior, como Alexandre Gusmão, Dom Luís da Cunha, Luís Antônio Verney e Sebastião José de Carvalho e Melo, que veio a ser o Marquês de Pombal. Eles foram perseguidos pela Inquisição, e, segundo Saviani (2013, p. 77), eram “acusados de judaizantes”, por terem ligação com outros países. Chamados de “estrangeiros”, eles defendiam o conhecimento, a cultura, “a difusão de novas ideias de base empirista e utilitarista”, voltada especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico.

As demarcações históricas aqui apresentadas têm caráter de situar a história da Educação no Brasil e do professor, etapa que consideramos fundamental para contextualizar a

realidade da readaptação. Da época de colonização do Brasil, vamos mencionar três períodos que, de acordo com Saviani (2013, p. 25), introduzem as ideias pedagógicas no Brasil entre 1549 e 1759: (i) o monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; (ii) a colonização e a educação no período de exploração inicial; (iii) os esforços educacionais tendo como público-alvo os indígenas, submetidos à chamada "catequese"<sup>4</sup> desenvolvida pelos missionários jesuítas que vinham ao Brasil difundir a crença cristã entre os nativos.

Nesse contexto, as vertentes religiosas e leigas da pedagogia tradicional, visam ao aumento de controle político, econômico e administrativo sobre o Brasil. No fio da história, foram muitos anos para a conquista da educação para os negros oriundos da África bem como para as mulheres, que eram totalmente submissas aos homens. Nesse período, houve um grande número de pessoas ingressando na escola e colégios, tendo em vista os subsídios de escolas públicas que chegavam da Europa.

Com o passar do tempo, surgiram movimentos com o conceito “educação popular” assumindo uma nova conotação. Nesse âmbito, o educador Paulo Freire desenvolveu um trabalho de suma importância para a área pedagógica, trazendo um aporte para a educação brasileira.

Nesse sentido, perpassando o fio histórico, temos a Constituição Federal de 1988 e as leis subsequentes, que consagraram o princípio da gestão democrática; estabeleceram a exigência de elaboração, com o concurso do corpo docente, o projeto político-pedagógico de cada escola; e determinaram a forte vinculação da escola com a respectiva comunidade. Em 9 de janeiro de 2001, foi instituído o novo PNE. Para Saviani (2013, p. 450), “com esse ato, completou-se o processo de regulamentação da LDB aprovada em 20 de dezembro de 1996, coroando, igualmente, o processo das reformas da última década do século XX”.

Para tanto, o “Estado torna-se o responsável pela elaboração das políticas educacionais, no que tange os programas e métodos referentes ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino e sua relação com a divisão do trabalho.” (PETITAT, 1994, p. 77)

Em suma, a história da educação mostra a reorganização do movimento dos educadores, pois a escola é o reflexo da sociedade, e vêm à luz às ideias pedagógicas, a defesa do ensino público de qualidade para todos.

Parafraseando Saviani (2013, p. 16), discutia-se na I Conferência Brasileira de Educação (I CBE), a necessidade de se encontrarem alternativas à pedagogia oficial, e tinha-se a ideia de formular uma pedagogia crítica, que não fosse produtivista. Em 1991, foi

---

<sup>4</sup> Ca.te.que.se – sf. 1. Ensino metódico da doutrina cristã. 2. Ensino, doutrinação.

realizada a sexta (e última) CBE. O encerramento da série das conferências brasileiras de educação sinalizava o início de uma nova fase, em que a “realidade rebelde” não entusiasmou quem acompanhou, no âmbito da comunidade educacional, a formulação e as tentativas de implantação de propostas pedagógicas críticas. Então, em 1996, com a realização do I Congresso Nacional de Educação (CONED), é promulgada a segunda Lei de diretrizes e Bases LDB (SAVIANI, 2013, p. 15).

Em meio ao contexto histórico da educação no Brasil, é relevante mencionar quais eram os parâmetros educacionais. Em 1997, o Ministério da Educação (MEC) do Brasil publica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que abordam, entre outros temas, a questão ambiental étnica, os direitos humanos e a noção de interdisciplinaridade no ensino. Estabelecendo, assim, o padrão a ser seguido por todas as escolas, seguindo a carta magna do país, que é a Constituição Federal de 1988. Os PCNs reforçam que a Educação é um direito de todos, visando ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." A Constituição Federal de 1988 diz que a Educação é dever comum da União, Estados e Municípios.

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996 criou, para o ensino fundamental e médio, um núcleo comum obrigatório em nível nacional, que abrange o estudo de língua portuguesa, matemática, física, política e social, da arte e educação física. A partir dessa proposta nacional comum, cada estado, município ou escola pôde propor seu próprio currículo, contemplando "as peculiaridades locais e a especificidade dos planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos"<sup>5</sup>.

Nesse contexto, muitos professores contribuíram e contribuem, ainda hoje, com seus pensamentos e legados para a educação brasileira. No portal do Ministério da Educação (MEC) Paulo Freire é apresentado como segue: “Paulo Freire - Paulo Reglus Neves Freire, educador pernambucano, viveu entre 1921 e 1997. Ficou conhecido pelo empenho em ensinar os mais pobres; por isso, tornou-se uma inspiração para gerações de professores”. Paulo Freire elaborou uma forma inovadora de alfabetização, “a partir de suas primeiras experiências em 1963, quando ensinou 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias, hoje levanta-se o questionamento como ensinar e obter aproveitamento na aprendizagem? Suas principais obras foram a Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Esperança (1992) e À Sombra desta Mangueira (1995)”.

---

<sup>5</sup> <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> acesso em 20/07/2016.

Outro professor em destaque, segundo o MEC, é o educador Anísio Teixeira, que “introduziu no país o conceito de escola gratuita e para todos. O educador baiano, entendia a escola como uma instituição democrática, que deveria oferecer as mesmas oportunidades a filhos da classe alta e do proletariado”. Ele defendia os fundamentos para uma educação pública, gratuita e obrigatória, porém de ideia liberal que, posteriormente, fariam parte da Constituição Federal do Brasil.

Fundou a Universidade de Brasília (UnB) e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (antigo nome da Capes). A participação de Anísio foi também fundamental na elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que definiu os rumos da educação no Brasil.<sup>6</sup>

Quando voltamos o olhar para os caminhos trilhados pelos sujeitos professores que compõem a história de cada professor, observamos que esse percurso se deu em meio às lutas de classe que, de acordo com Althusser (1985, p. 66), fazem-se presentes na história dos professores, bem como a busca pela formação (estudos de pós-graduação e cursos).

A educação sempre desempenhou o papel de mediar o conhecimento científico aos educandos. O professor, como sujeito central da escola, configurou-se como protagonista da escola, orientando diversas ações: uso das metodologias, a boa conduta da disciplina, a bom comportamento dos alunos. É a partir do papel de professor educador que se configuram os métodos de ensino e as possibilidades de disponibilizar e adaptar o aluno à dinâmica escolar.

No século XXI, os sujeitos professores vivem um verdadeiro dilema. Isso porque as leis da educação, nos novos tempos, exigem do professor que seja dinâmico, atualizado com as novas tecnologias da informação para a educação, que leia muitos livros, que receba formação pedagógica permanente, participe de palestras, cursos, projetos, que se volte para a pesquisa em nível de pós-graduação, que se cultive (teatro, cinema, entre outros). Em suma, são-lhes exigidas inúmeras atribuições e compromissos, para os quais, muitas vezes, eles não dispõem de tempo nem recursos materiais.

Como está a educação, hoje, com o sistema político e social vigente? Iniciamos a ida das crianças à escola (berçários e creches) por volta dos quatro meses de vida, quando, por exemplo, essa mãe trabalha no comércio, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT de acordo com o Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei nº 10.421, 15.4.2002) ou, se essa mãe é funcionária pública, tem direito a seis meses

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf> . Acesso em 20/07/2016.

de licença maternidade. A organização atual da educação tem início de zero a três anos, na creche; em seguida, tem a Lei nº 12.796/2013 ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade, que a criança de quatro a seis anos, vão à pré-escola (Educação Infantil); dos sete aos quatorze anos, frequentam as séries do Ensino Fundamental; finalmente, a partir dos quinze anos, ingressam no Ensino Médio. Esse é o panorama da Educação Básica no Brasil.

Em média, são dez (10) matérias no ensino básico, sendo a Língua Portuguesa e a Matemática as disciplinas de maior carga horária. O ensino fundamental I (1º ao 4º ano) tem, em média, sete disciplinas, sendo que quatro (português, matemática, geografia e história) são ministradas por um único professor – o chamado “professor de “sala”, pedagogo. O currículo escolar é extenso, e o professor faz a seleção dos conteúdos que mais lhe convêm.

As disciplinas de Ciências, Arte e Educação Física são ministradas por professores especialistas (graduados na área). Somente no ensino fundamental II há um professor especialista para cada disciplina. No Ensino Médio, ocorre uma mudança, pois se tem novas disciplinas, como Química, Física, Literatura, Filosofia, Sociologia, entre outras, todas obrigatórias. A carga horária de trabalho do professor é de aproximadamente 40h semanais ou mais.

No contexto atual, as exigências de uma sala de aula fazem com que o professor atenda as urgências Geraldi (2010, p. 54) “diante dos alunos tem que tomar decisões, agir ao mesmo tempo em que, refletindo sobre sua ação, contribui para soluções de problemas sequer ainda imaginados”, lidando com sujeitos que levam para suas vidas o que aprenderam na aula, onde cada um ajuda a construir a sociedade em que vive.

No meio escolar, a figura do professor está constantemente exposta a um grupo de 30 ou 45 alunos, onde eles também estão expostos diante dos colegas e dos professores. Para Geraldi (2010, p. 54), “no espaço do acontecimento aula enfrentamos o paradoxo de ser o lugar em que, ao mesmo tempo, nos recolhemos (...) mas também nos escondemos da direção, dos outros professores, dos coordenadores pedagógicos, enfim, do sistema escolar”. Nesse sentido, a aula é do professor e dos alunos dentro da sala, logo, a figura desse professor está “resguardada”. O mesmo não ocorre com o professor de educação física que, na maioria das vezes, ministra suas aulas na quadra esportiva da escola, onde todos que passam veem, tornando-o um professor mais vulnerável a críticas.

Nesse sentido, dentro de sala de aula existe uma cumplicidade entre professor e alunos, um convívio em que o professor ensina e aprende. Ficando a experiência que ocorre,

aquela que nos toca, aquilo que nos acontece, acontecimentos da sala de aula que são atravessados pelo que é exterior, como a proposta de ensino, as políticas e os projetos. Segundo Geraldi (2010, p. 55), “no interior da sala de aula (...) âmbito mais amplo da formação social” certamente, a experiência compartilhada entre professor e aluno reflete como está a estrutura social.

Depois de um certo tempo de serviço em sala, o professor tem muitas histórias para contar, principalmente as mudanças que, para Geraldi (2010, p. 55) “mostram um passado idealizado pela memória, principalmente em função dos fracassos do presente ou da falta de perspectivas de um futuro”. Certamente, os estudantes de hoje são diferentes daqueles de dez anos atrás, quando os objetivos de aprendizagem eram diferentes. Conseqüentemente, a relação professor-aluno se transformou. De detentor do saber, o professor se tornou mediador do conhecimento.

No entanto, para entender o que é constante nesse processo é preciso ir além de umas poucas gerações de professores e alunos. E ir além demanda outro tipo de questionamento, não mais sobre como ensinar e sobre o quê ensinar, sendo a última um contexto amplo que envolvendo o social. De acordo com Geraldi (2010, p. 56) “(...) outras perguntas surgem como: de onde vem o que ensinamos? Para quem ensinamos o que ensinamos? Para que ensinar a estes sujeitos o que ensinamos?” (...) as respostas a estas perguntas (...) são pressupostos quase nunca explicitados”.

Assim, a identidade profissional do professor se construiu ao longo da história, essencialmente, pela sua relação com o conhecimento. Ensinar e aprender demandam objetivos, e estes são conhecimentos. Nesse sentido, as características identitárias da profissão professor emergem na história moderna, sob o signo da divisão entre produzir e transmitir conhecimento.

1. Ser hábil para ensinar mesmo não sendo muito dotado; 2. sua função é comunicar (e infundir) na juventude um erudição já preparada, e não retirada da própria mente (isto é, não precisa ser produzida por ele próprio); 3. para exercer sua função, tudo se lhe dá nas mãos: o quê e o como ensinar (uma partitura já composta)” (GERALDI, 2010, p. 85)

Nesse contexto, o grande desafio gira em torno de como despertar o interesse dos alunos para aprender e ter motivação em estudar. De acordo com Frifotto e Ciavatta, o visual, a imagem desperta para o lúdico, facilitando o trabalho do professor e envolvendo o aluno.

O que está posto como desafio ao conhecimento e à ação é a fragmentação do mundo e sua reunificação ilusória na sedução da imagem. A escola, que sempre lidou com o discurso articulado do pensamento cognitivo, vê-se diante de novas formas de conhecer, aparentemente mais completas porque envolvem o sentimento, a emoção, o desejo. Na presença da cultura de tendência hegemônica do visual, a escola, supostamente, moderniza-se e incorpora acriticamente a imagem como ilustração, como motivação. (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, p. 102)

Com essa motivação, entra a tecnologia, que muitos professores têm como inimiga. Com efeito, a ideia de tecnologia, quando transferida para o contexto da sala de aula, repleta de jovens aprendizes, remete aplicativos, redes sociais, jogos e vídeos. Esses recursos, que, supostamente, se tornaram aliados do ensino, não fazem parte, muitas vezes, das práticas didáticas e pedagógicas dos professores, que resistem a uma mudança recente e acelerada.

Como consequência da entrada da tecnologia em sala de aula, dentre outros motivos, a função do professor foi se transformando. Geraldi (2010) retrata o percurso histórico dessa mudança de status do professor. Na antiguidade, eram filósofos, e tinham discípulos; na época moderna, passam a ter a função de transmitir conhecimentos, no lugar social da escola; na atualidade, não são os detentores do conhecimento, mas mediadores, e basicamente se limitam a controlar o comportamento dos alunos, o que os fez perder a autoridade, ainda mais porque a tecnologia exige que se atualizem, e de uma certa forma "dispensa" a função do professor de transferir conhecimento.

## 2.2 Surgimento da readaptação

A readaptação<sup>7</sup> surge devido a uma demanda do sujeito professor que não consegue exercer a função para a qual foi designado em concurso. Essa readaptação surge na década de 1990, mas a lei está em vigor desde 29 de novembro de 1960, de acordo com o Decreto Nº 49.370 (BRASIL, 1960).

A partir da década de 1990, as transformações da vida familiar se fazem visíveis, e afetam diretamente o ambiente escolar. Na citação a seguir, Roudinesco explica a mudança de visão a respeito das organizações familiares em meados do século XX:

[...] a vida familiar apresenta-se em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas cujos hábitos sexuais e educativos são muito distantes dos nossos. Depois de terem afirmado, durante aproximadamente

---

<sup>7</sup> BECHARA, Evanildo. Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras, 2011, p. 1070. Re.a.dap.ta.ção – s.f.1. Ato ou efeito de readaptar ou remodelar (uma coisa) para ajustá-la a uma nova finalidade. 2. Aproveitamento de funcionário em função ou cargo mais compatível com sua capacidade física ou intelectual.

cinquenta anos, que a família, tal como a conhecem as sociedades modernas, não podia ser senão um desenvolvimento recente, resultado de longa e lenta evolução, os antropólogos inclinam-se agora para a convicção oposta, isto é, que a família, ao repousar sobre a união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada de um homem, de uma mulher e de seus filhos, é um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedades. (LÉVI-STRAUSS, 1956 apud ROUDINESCO, 2002, p. 10)

Com isso, a reformulação da família está presente diretamente no ambiente escolar com seus deveres e seus direitos. Como sujeitos oriundos de um sistema político, econômico e social que não lhe permite lidar com questões básicas da sociedade em sala de aula, uma vez que se encontra na linha de produção, o professor vê-se na posição de cumprir deveres, mesmo que não possa exigir direitos.

É assim que nos deparamos com a data do dia das mães. A professora de Artes leva um cartão para ser decorado, mas um aluno começa a chorar, e o professor não sabe como proceder, pois o aluno lhe diz que sua mãe é separada de seu pai, mora longe, e que não o vê há 6 anos. Outro aluno se recusa a fazer o trabalho, mas o professor diz que “vale nota”. Constrangido, o aluno afirma que sua mãe faleceu e ele não tem para quem dar o cartão. O professor insiste para o aluno escrever o cartão para a avó, tia, madrinha, etc.

Nesse contexto, o assunto da sexualidade, o professor “perde o chão”:

Para além do ridículo das cruzadas, das especializações e dos preconceitos, será preciso efetivamente admitir um dia que os filhos de pais homossexuais carregam, como outros, mas muito mais que os outros, o traço singular de um destino difícil. E será preciso admitir também que os pais homossexuais são diferentes dos outros pais. Eis por que nossa sociedade deve aceitar que eles existem tais como são. Ela deve lhes conceder os mesmos direitos. E não é obrigando-se a serem "normais" que os homossexuais conseguirão provar sua aptidão a criar seus filhos. Pois, ao buscarem convencer aqueles que os cercam de que seus filhos nunca se tornarão homossexuais, eles se arriscam a lhes dar, de si próprios, uma imagem desastrosa. Todos os pais têm o desejo de que seus filhos sejam ao mesmo tempo idênticos a eles e diferentes. Daí uma situação inextricável na qual a revolta e a separação são tão necessárias quanto a adesão a valores comuns, até mesmo a uma certa nostalgia de um passado idealizado. Como consequência, os filhos herdaram em seu inconsciente da infância de seus pais, de seu desejo e de sua história o mesmo que de uma diferença sexual. E, quando são adotados ou oriundos de uma procriação assistida, que dissocia a reprodução biológica do ato sexual e do parentesco social, não saem incólumes das perturbações ligadas a seu nascimento. E aliás foi de fato para se proporcionar a ilusão de uma possível erradicação dessa dissociação que a ordem social sempre buscou mascarar as origens daqueles que haviam sofrido tais desordens. (ROUDINESCO, 2002, p. 10)

Dessa forma, a relação sujeito professor e aluno muitas vezes é afetada quando é mencionada a questão da família, religião, entre outros temas que despertam os conflitos de gerações ou de posição sujeito dentro do histórico e simbólico.

A tecnologia também é outro ponto que gera muita discussão e transtorno em sala de aula. O manejo e uso de aparelhos tecnológicos, como celulares e tablets, em relação à aprendizagem, são complexos na realidade da escola pública. Existe uma resistência quanto a seu uso em sala de aula, pelo fato do desconhecimento e apego ao sistema tradicional ao qual o sistema escolar é submetido.

O conflito dentro de sala de aula em suas “condições de produção” gera frustração para o professor que lida com esse aluno, pois, são sujeito-de-direito, assim, esse aluno tem pensamentos e valores totalmente diferentes em relação às tecnologias e à vida escolar. Há estudos científicos sobre o assunto que não chegam ao professor, porém o discurso institucional diz que é disponibilizado. Como foi relatado neste trabalho, o professor está na linha de produção e é sabido por todos que essa força de trabalho é assalariada.

Em meio ao trabalho que acaba gerando um estresse, o sujeito professor procura um profissional da saúde que, após uma investigação com exames, chega a um diagnóstico de doença, física ou mental, por meio da CID<sup>8</sup>.

Uma lei surge devido a uma demanda, portanto a readaptação vem para o professor na década de 1990, mas a lei da readaptação está desde 1960<sup>9</sup>, a Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 Seção VII da Readaptação.

Há, ainda, o Estatuto do Servidor Público estadual do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990. Seção X, da Readaptação. E a lei municipal LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, Seção VII, que trata sobre a Readaptação.

Tem-se, ainda, a questão do trabalho, a trajetória do sujeito, a constituição de vida em relação ao trabalho.

Apesar das afirmações de vários teóricos de que o trabalho teria perdido a sua centralidade na vida humano-societária na contemporaneidade, esta

---

<sup>8</sup> A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, frequentemente designada pela sigla CID ou ICD (do inglês *International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems*) fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código, que contém até 6 caracteres. Tais categorias podem incluir um conjunto de doenças semelhantes. [http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2007/1819\\_2007.htm](http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2007/1819_2007.htm). Acesso em 01/08/2016.

<sup>9</sup> Com a Lei Nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

atividade ainda se mostra “uma categoria central neste processo de autoconstrução” [...] a produção do homem pelo homem, pois o homem é o único ser que cria a si próprio, que se autoconstrói, sendo o trabalho uma categoria central neste processo de autoconstrução. (VIEIRA 2013, p. 26 apud LIMA, 2003, p. 14)

Dessa maneira, temos que a interpretação não é mero gesto de decodificação, em que o sujeito professor readaptado em relação ao aspecto social, político e pedagógico voltado para o trabalho, fala e o sentido está pronto, posto e acabado. Não é apenas apreensão do sentido. E apesar de parecer algo subjetivo, a interpretação pela AD não “é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social” (ORLANDI, 2012, p. 47). Em suma, o sentido estabilizado da palavra trabalho é o de dever e missão cumprida. Não se alcançando isso, surge uma certa frustração por parte do sujeito professor.

### **2.3 Sujeito professor readaptado**

O sujeito professor readaptado, como já dito anteriormente, é aquele que, por motivos sérios de saúde, fica incapaz de exercer as funções para as quais foi selecionado. Afastado dessas funções pelo poder público, passa a desempenhar outras atividades, segundo recomendação médica.

O discurso sobre o número de professores readaptados que permeia o ambiente escolar vem crescendo. Segundo pesquisa realizada em 2009 pelo Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP) sobre a saúde dos profissionais da educação pública de Campo Grande Mato Grosso do Sul, na rede municipal, 2% dos professores são readaptados, 20% não são readaptados e 78% não responderam. Este número elevado de professores não respondentes pode se dever a uma certa insegurança em afirmar a condição de professor readaptado.

Para relembrar o conceito dicionarizado da readaptação o Dicionário Houaiss, “readaptação” é assim definida: sf (re+adaptação) 1- s.f. Ato ou efeito de readaptar. Medicina. Retomada progressiva da atividade por um convalescente. Em outra referência, o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2011, p. 1070), Evanildo Bechara assim define readaptação: “sf (re:a.dap.ta.ção) s.f. 1 Ato ou efeito de readaptar ou remodelar (uma coisa) para ajustá-la a uma nova finalidade. 2 Aproveitamento de funcionário em função ou cargo mais compatível com sua capacidade física ou intelectual”.

De acordo com essa definição, em sua posição-sujeito, o professor readaptado passa a exercer outras atividades, a critério médico. Essa transição tem seus trâmites legais, seguindo as formalidades do processo para se chegar à readaptação.

Assim, a saúde do professor, carregada dessa historicidade, se agrava. Em meio a esse contexto, tem-se a escola, entendida como aparelho ideológico de estado (ALTHUSSER, 1999, p. 68), que, muitas vezes, não sabe “o que fazer” com esse sujeito professor readaptado. Existem, efetivamente, leis que podem resguardar esse professor: a Lei Federal nº 8.112/1990 em sua seção VII art. 24, a Lei Estadual nº 1.102 de 10/10/1990 Seção X, Art. 42, e a Lei Municipal (lei complementar) nº 190, de 22 de dezembro de 2011, seção VII, Art. 26, que estabelece que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins: “respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.”

Mas, nem sempre o professor-readaptado consegue fazer algo que lhe dê prazer (possa gostar do que faz e se sentir útil) no exercício de determinadas funções, como inspetor, auxiliar, ajudante, em espaços como biblioteca, sala de leitura, coordenação, secretária, etc. As condições de trabalho do readaptado, em alguns casos, deixa o sujeito professor isolado em alguma sala, ou exercendo alguma atividade que não lhe proporcione prazer. Mas, mesmo não se identificando com o trabalho que lhe foi designado, ele precisa voltar para a escola e se “readaptar” e, com isso, enfrentar a “nova” atribuição, motivada por diversas razões.

Mesmo na posição de sujeito professor readaptado, sua função social continua sendo a de contribuir com a educação, seja com projetos, grupos, trabalho individual, monitoramento, roda de conversa, enfim, atividades que incluam os sujeitos que integram a escola (alunos, professores, pais, secretarias, bibliotecários, merendeiras, guardas, entre outros), favorecendo uma consciência interna, e assim convivendo e integrando sua relação com o outro.

Com isso, o reconhecimento de seu trabalho e de sua função na escola tem que partir do próprio sujeito, pois, a afirmação de sua identidade como pensador e estudioso se reafirmará em instâncias maiores. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), no art. 6710, os sistemas de ensino devem promover a valorização dos profissionais da educação, por exemplo, por meio de “condições adequadas de trabalho”. Porém, a mesma

---

<sup>10</sup> Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III – piso salarial profissional; IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – condições adequadas de trabalho.

lei que garante o direito na prática social torna esse sujeito em sua forma histórica a entrar em contradição, pois é livre e submisso ao mesmo tempo. A esse respeito, Orlandi afirma:

[...] a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma libertação sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta a língua para sabê-la. (ORLANDI, 2013, p. 50)

Com isso, o sujeito leva em si a carga histórica, e isso se reflete em suas ações. Nesse sentido, o número de professores readaptados aumenta pela pressão que ele sofre de todo um sistema. Os sujeitos professores readaptados discursam sobre sua atual situação de readaptação, sabendo que esse discurso traz consigo uma carga histórica. Com o sentido do discurso do sujeito e sua historicidade, também integram a análise “os espaços (institucionais e/ou discursivos) nos quais são inscritos (temas, objetos, sujeitos, discursos, espaços)” (RODRIGUES, 2001, p. 56). Desse modo, objeto do discurso e objeto de mundo caminham juntos.

Com o rompimento da estrutura do sujeito professor, surge o discurso do sujeito professor readaptado e seus sentidos. Segundo Rodrigues (2001, p. 59), “os discursos e seus objetos estão ligados/relacionados aos espaços sociais e históricos dos sujeitos, mas não são equivalentes em si, razão pela qual se faz necessário dizer ou especificar do que se está e enunciando”, considerando-se a historicidade desse sujeito professor readaptado.

Nesse sentido, o funcionamento do discurso do/sobre esse professor readaptado do ensino público, sustentado pelo princípio da heterogeneidade de discursos, as diferentes formações discursivas que os atravessam, as relações que estabelecem entre elas e “o discurso tem um duplo caráter, de acordo com o campo em que se inscreva ou em que se constitui”, (RODRIGUES, 2011, p. 52). Com esse discurso e essa historicidade, pode-se identificar a formação ideológica desse sujeito, isto é, uma posição dada no interior de uma conjuntura sócio-histórica, que determina o que se pode dizer ou não. Assim, os sentidos sempre são determinados ideologicamente, tudo que se diz tem um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isso não está nas palavras em si, mas no movimento do discurso.

Dessa maneira, a historicidade do professor readaptado reflete-se no discurso da sociedade a seu respeito, nas leis que o assistem, seus direitos e deveres tal como são discursivizados. Nesse sentido, Ribeiro aborda a construção social a respeito da organização escolar em que o professor está inserido:

[...] construção social da organização escolar brasileira atual (...) preocupados a ponto de não conseguirem mais conviver com eles (problemas encontrados nas escolas) sem efetivamente se engajarem no processo árduo, longo e até arriscado (...) problemas enfrentados na educação escolar exigem uma compreensão rigorosa de sua raiz econômica, bem como uma reação coletiva organizada com vistas à destruição de um tipo de estrutura econômica, política e social, vale dizer, de sociedade, e à construção de um novo tipo; reação essa que é expressão de um compromisso político consequente com as preocupações educacionais-escolares. (RIBEIRO, 2001, p. 151)

Partindo do princípio de que o sujeito é histórico, o fato é que ele é efeito de discurso que sofre as determinações de diferentes formas-sujeito em sua historicidade, e em relação às diferentes formas de poder. Quando se refere à construção ideológica e histórica desse sujeito, temos “Aparelhos Ideológicos de Estado”, que, segundo Althusser (1985, p. 68), encontram-se no domínio “religioso (sistema de diferentes igrejas), escolar (sistema de diferentes escolas públicas e privadas), familiar, jurídico, político (diferentes partidos), sindical, informação (imprensa, rádio, televisão, etc.), cultural (letras, artes, esportes, etc.)”. Então, uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas sociais.

Dito isso, vejamos o que se passa com os sujeitos que vivenciam uma representação do mundo determinada (religião, sindicato, escola, moral, etc.), cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, a ideologia se compara com a relação imaginária e com as relações reais.

Nessas relações, a historicidade do sujeito encontra eco em um certo discurso, e em uma certa ideologia. Uma análise do discurso do/sobre esse professor readaptado e o número crescente de professores readaptados na comunidade escolar não se dá aleatoriamente, pois traz em seu bojo conflitos, tais como os de gerações, não porque não queiram compreender a geração atual, mas porque, muitas vezes, não conseguem fazê-lo. Assim sendo, esses conflitos permeiam o ambiente escolar. Eles afetam diretamente os sujeitos e seus discursos, atravessados pela historicidade.

Nesse sentido, o sujeito professor readaptado, inclusas as circunstâncias vivenciadas no ambiente escolar, que remetem a fatos sociais, os inúmeros aspectos do discurso da readaptação traz os sentidos desse discurso, e suas condições de produção, compreendendo a diversidade de efeitos de sentidos existentes em seus discursos. Assim, em meio ao contexto escolar encontrando-se o professor readaptado que vive em um “entre-lugares”, buscando sua identidade dentro e fora da escola, para ser reconhecido como professor pelo outro. Mas, para esse reconhecimento acontecer, precisa sobreviver em meio ao preconceito encontrado no cotidiano, como por exemplo não ter voz ativa dentro da escola.

### **CAPÍTULO 3. OS SENTIDOS DE READAPTAÇÃO NO DISCURSO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS**

Neste capítulo, apresentamos o procedimento metodológico da pesquisa, baseado na aplicação de um questionário, os critérios de construção do corpus e tratamento dos dados, a saber, as respostas ao questionário. Em seguida, apresentamos um relatório de campo e, finalmente, analisamos os enunciados selecionados, acerca dos sentidos de readaptação no enunciados-repostas do corpus.

Nessa direção, analisar o discurso de readaptação do professor implica estabelecer uma relação entre o que é discursivizado sobre o “sentido” (ORLANDI, 2002, p. 9) da palavra readaptação e a prática discursiva sobre a readaptação do sujeito professor na escola, considerando-se, ainda, os outros sujeitos envolvidos, como veremos adiante.

Como relação ao procedimento metodológico adotado na pesquisa, foi elaborado um questionário, composto por 25 questões dissertativas para diretora (DIR), coordenadora (COORD), professor (PROF), professor readaptado (REA), auxiliar de serviços diversos (AUX) e 28 questões para a médica psiquiatra (MED) e a farmacêutica (FAR) constante nos Anexos da dissertação. O período de aplicação dos questionários se deu entre julho e outubro de 2015. O questionário versava sobre o discurso do/sobre o sujeito professor readaptado, tendo por objetivo analisar a representação discursiva dos respondentes sobre a readaptação, ou seja, o sujeito-professor readaptado na comunidade escolar.

Com relação ao público entrevistado, tem-se um total de 16 (dezesesseis) respondentes, sendo 5 (cinco) do sexo masculino e 11 (onze) do sexo feminino. Os respondentes se dividem entre diretora (DIR), coordenadora (COORD), professor (PROF), professor readaptado (REA), auxiliar de serviços diversos (AUX), médica psiquiatra (MED) e farmacêutica (FAR).

Procedemos deste modo por entendermos que fazem parte da comunidade escolar: a diretora, que promove a gestão do espaço escolar; a coordenadora que interage com os professores na área pedagógica; os professores que convivem diariamente com os colegas e alunos na dinâmica da sala de aula; os professores readaptados que, no ambiente escolar, se “adaptam” a outra atividade, refletindo o fazer escolar de uma readaptação; o auxiliar de serviços diversos, que lida com todos os sujeitos da comunidade escolar; a médica psiquiatra que atende o plano de saúde do município, sabendo-se que, de acordo com pesquisas realizadas em 2010 pela ACP (Associação dos Professores de Campo Grande), o maior número de professores readaptados é diagnosticado com problemas metais; a farmacêutica,

profissional procurada pela automedicação, pois, antes de procurar um médico, os professores buscam uma farmácia.

Vale ressaltar que os respondentes não tiveram seus nomes identificados na pesquisa, por questões éticas da pesquisa.

Com relação ao tratamento dos dados, os enunciados foram enumerados com o auxílio de um código, para identificar a categoria entrevistada – DIR (Diretora), PROF (professor), REA (professor readaptado), FA (farmacêutica), MED (Médica Psiquiatra), AD (Administrativo) e AUX (Auxiliar de serviços gerais) –, e o sexo – M (masculino), F (feminino).

Feita a coleta do corpus, demos início ao tratamento dos dados. Foi realizada, primeiramente, a leitura das respostas de cada questionário, para apreensão dos dados relevantes. Após essa etapa, realizamos um recorte dos enunciados a serem analisados, agrupando-os em dezenove categorias temáticas, a saber: 1) recomeço; 2) capacidade e incapacidade; 3) “mil e uma utilidades”; 4) estrutura física da escola; 5) relacionamento interpessoal; 6) reconfiguração da identidade; 7) papel e lugar do professor readaptado; 8) o sentido de readaptação para o professor readaptado; 9) a posição discursiva do professor readaptado na escola; 10) o discurso de autoridade da escola; 11) a escola e a família no processo de readaptação; 12) as práticas sociais na readaptação; 13) o sentido de “brincadeira”; 14) questões de gênero; 15) o sentido de “doente”; 16) autoridade e autonomia; 17) o profissional de saúde; 18) a quantidade de professores readaptados; 19) a frustração.

Essas categorias foram assim concebidas para deixar em evidencia a multiplicidade de sentidos sobre a readaptação e a sua complexidade. Esclarecemos que esse agrupamento está relacionado às perguntas, mas não seguem a ordem exata em que aparecem no questionário. Também é importante destacar que o mesmo questionário foi aplicado a todos os sujeitos envolvidos no espaço escolar onde foi realizada a experiência.

### **3.1 Relato de campo: a aplicação dos questionários**

Com relação à aplicação dos questionários, cheguei à escola municipal que foi objeto da pesquisa no dia 09 de julho de 2015, às 14 horas. A escola funcionava normalmente, e a diretora me recebeu. Esclareci o motivo da entrevista e apresentei o documento que me identificava como sendo aluna pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Foi informado à diretora que seriam solicitados alguns colaboradores de cada posição-sujeito, sendo professores, professores readaptados, coordenadores, serviços gerais e as duas

diretoras. Expliquei que os entrevistados seriam escolhidos de forma aleatória. Também responderam ao questionário elaborado pela pesquisadora e supervisionado pela orientadora uma farmacêutica (atendente em uma farmácia) e uma médica psiquiatra (que atua no Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande-IMPCG).

A diretora concordou com a pesquisa, e disse que iria providenciar os voluntários para responder ao questionário e informar a data em que poderia ser realizado o trabalho. No mês de outubro de 2015, foram vários retornos até a escola para saber que dia seria a entrevista, finalmente agendada para 15 de outubro de 2015.

No primeiro contato, a diretora esclareceu que o quadro de docentes é composto por 135 professores, sendo 82 efetivos, destes, 5 Mestres e 53 contratados. A escola tem um quadro discente de 2.988 alunos, conta com cinco coordenadoras e duas diretoras. A escola municipal tem vinte quatro salas de aula e atende no período matutino (pré-escola ao 9º ano), vespertino (pré-escola ao 9º ano), e noturno (Educação de Jovens e Adultos-EJA).

Na data combinada, 15 de outubro, foi preciso esperar até que toda escola já estivesse organizada e em ordem, pois era o momento de entrada dos alunos do período vespertino. Depois conversei com a coordenadora, para verificar os professores que responderiam ao questionário. Quando encontrei 6 professores que responderiam ao questionário, expliquei sobre a seriedade da pesquisa e disse que poderiam ficar à vontade para responder. Mesmo com toda boa vontade dos participantes envolvidos na pesquisa, percebe-se que na escola há um fazer ordinário que não deve ser quebrado, porque as regras estão impostas pelas posições sujeito que cada sujeito desempenha na escola.

Outro fato observado é que um professor readaptado se propôs a responder, mas, de repente, chegou à sala dos professores nervoso e suado, olhou para mim e disse que não seria possível responder, pois não conseguiria. Observei que havia começado a responder a lápis, depois fui informada que este professor vai à escola municipal simplesmente para dormir, porque toma medicamentos fortes e, se ficar em casa, tenta suicídio. Então, vai à escola e dorme em algum lugar (coordenação, almoxarifado). Quando toca o sinal, a coordenadora ou a diretora o chamam. Enquanto esperava, para que os voluntários respondessem ao questionário, observei como estavam silêncio, logo depois duas coordenadoras adentraram a sala dos professores para responderem ao questionário. Uma dessas coordenadoras leu a pergunta em voz alta e disse que determinadas situações, abordadas no questionário, já haviam sido presenciadas na escola.

Deve ser observada com atenção essa situação que possibilita a reflexão, já que a pesquisa perpassa uma linha tênue entre a readaptação do professor em relação ao seu

trabalho. Será que existe uma “sensação”, por parte do professor, de impotência perante seu trabalho?

No período noturno, retornei à escola municipal para entrevistar quatro professores. Ocorreu como no período vespertino. Encontrei os voluntários na sala dos professores, expliquei a importância da pesquisa e entreguei um questionário para cada professor. Todos começaram a responder e o silêncio só foi quebrado por uma senhora que perguntou se alguém queria comprar pão de mel. Todos responderam que não, e continuaram a responder. Em seguida, as duas diretoras adentraram a sala, houve o cumprimento e todos presentes pegaram os questionários para responderem, porém, algumas vezes eram interrompidas para atender a algum assunto da escola.

No que diz respeito ao questionário, sobre a entrevista, o que foi observado é que uma parte dos sujeitos fez observação verbal sobre o grande número de perguntas e que as perguntas exigiam respostas descritivas. Três entrevistados não responderam, a aplicação do questionário levou em torno de uma a duas horas. O que se observou foi certo cuidado ao responder ao questionário, mas responderam às perguntas sem nenhum problema de identificação ou restrição ao colocarem sua opinião.

A seguir, passamos às análises dos discursos sobre readaptação do professor para compreender seus efeitos de sentido. Analisamos os enunciados retirados do questionário aplicado, constante dos Anexos da dissertação.

### **3.2 Readaptação: o sentido de recomeço**

Considerando a existência de diversas práticas de violência contra o professor, tanto no Brasil quanto no mundo, colocamos em cena o discurso do/sobre o professor readaptado, com análises que são sensíveis ao social, histórico e simbólico porque fornecem sentidos oriundos daquele que estão à frente da formação da sociedade: o professor. Levando-se em conta a dinâmica escolar, na qual o professor se posiciona, percebe-se que há muitas possibilidades de o professor ficar doente e ser encaminhado para o processo de readaptação, o que se reflete em novos afazeres escolares.

A seguir, transcrevemos os enunciados recortados<sup>11</sup> dos questionários<sup>12</sup>, relativos à relação de paráfrase entre readaptação e recomeço.

---

<sup>11</sup> Optamos por não inserir a questão referente ao enunciado-resposta transcrito, a fim de não limitar a análise. Essa opção mostrou-se mais produtiva, pelo fato de que certos efeitos de sentido (re)apareciam em diferentes questões.

- (5) “Adaptar-se a nova função.” (PROF, M)  
 (6) “Recomeçar.” (PROF, M)  
 (27) “Adaptar-se para outra função, reordenar.” (PROF, M)  
 (71) “Um recomeço” (PROF, F)  
 (136) “Em um outro nicho da escola.” (REA, F)  
 (160) “Se adaptar a algo novo ou adaptar-se a uma situação, porém já conhecida, porém de uma forma diferente.” (DIR, F)  
 (186) “Adaptar-se a algo novo.” (DIR, F)  
 (207) “Quando por algum motivo talvez saí de desenvolver um trabalho, passo para outro setor desenvolvendo outra atividade diferente na mesma empresa.” (REA, F)  
 (265) “É um aproveitamento do servidor público em nova função.” (PROF, F)

Pode-se dizer que, em todos esses enunciados, estabelece-se uma relação de paráfrase, partindo de um sentido principal de que readaptação<sup>13</sup> é o desempenho (exercer e praticar), como nos enunciados (5), (6), (27), (71) e (136), que traz uma remodelação para se ajustar a uma nova finalidade.

O sentido de recomeço remete ao reconhecimento de tentar apontar o caminho certo, que não é fácil, nem para a escola nem para o professor que precisa recomeçar, uma vez que os discursos de verdades, já normatizados pela/na escola, revelam-se no ordinário do sujeito institucionalizado.

De fato, esses enunciados marcam a incidência de uma anterioridade do dizer, o da “comunidade escolar e social”, enquanto definição que temos nos enunciados (160), (186), (207) e (265) a “readaptar-se” pelos professores que convivem com o professor readaptado e os que vivem como readaptados. Nessa vivência, no entanto, muitos não têm conhecimento a respeito do que, verdadeiramente, seja readaptação, como vemos nos efeitos de sentido do subitem a seguir.

### 3.3 Readaptação: capacidade e incapacidade

Diante da readaptação, o professor consegue reconhecer a sua capacidade e incapacidade? Nesse contexto, os enunciados a seguir discursam que:

- (50) “Hoje aparentemente um processo de equívoco ou descuido. Embora não tenha grande conhecimento de causa”. (PROF, M)

<sup>12</sup> Os números localizados entre parênteses referem-se a cada enunciado-resposta do corpus, assim enumerado no momento do tratamento dos dados.

<sup>13</sup> As definições utilizadas pelo dicionário denotam sentidos de determinada época, mas que não são os únicos. Não é a fonte dos sentidos (BECHARA, 2011, p. 1070).

- (88) “Uma condição de recuperar-se sem perder o vínculo empregatício (garantia)”. (PROF, M)  
 (108) “Alguns capazes e outros incapazes para o desempenho da função”. (PROF, M)

Observa-se, no enunciado (50), o posicionamento de um sujeito que se mostra alheio ao problema enfrentado pelo outro, em relação aos sentidos expressos em “equivoco” e “descuido”, que remetem ao sujeito que não procurou ajuda. Mesmo que esse discurso demonstre que seu produtor “não tenha grande conhecimento de causa” sobre o sujeito professor readaptado, o sentido de desconhecimento sobre o outro se faz presente, na medida em que esses sujeitos trabalham na mesma escola.

Assim, podemos ver que “equivoco” e “recomeçar” são normatizações das práticas sociais. Igualmente, o equivoco evoca o erro por parte de instâncias superiores, mas a sensação que o sujeito professor tem é sua, por não conseguir ter domínio de sala, por ficar estressado, por trabalhar em várias escolas, daí advindo o adoecimento. Com essa discursividade, podemos nos perguntar: como um professor não sabe da existência de outros professores doentes na escola? É o modo como o sujeito se insere na comunidade escolar, onde existe a necessidade da constituição do sujeito pelo reconhecimento de si em relação ao outro. Por isso, pode-se dizer que, a alegação de “não conhecimento de causa” aponta para um silenciamento (ORLANDI, 2007), retratado em um contexto histórico em que a realidade cotidiana é vivenciada com ardor pelos professores que estão em sala de aula.

Já no enunciado (88), a forma verbal “recupera-se” representa um ponto incomum na readaptação, como se fosse possível uma melhora que deixasse o readaptado em um quadro estável. No entanto, isso não acontece, pois as recaídas são constantes, como podemos verificar na resposta da psiquiatra à pergunta 27:

- (309) “27: Depois no processo de readaptação o professor (paciente) tem seu quadro clínico restabelecido? Se sim ou não. Comente.  
 Resposta: Na psiquiatria não. O paciente mantém o tratamento, em sua maioria, e o quadro clínico pode apresentar variações e às vezes o paciente não está bem até mesmo para trabalhar como readaptado” (MED, F)

No enunciado da médica entrevistada, podemos perceber o discurso que sustenta a improbabilidade de o sujeito professor readaptado se recuperar por completo, uma vez que a recaída representa discursivamente uma parte constituinte desse sujeito.

Complementarmente, o enunciado (108) apresenta os termos “capaz/incapaz”, enquanto adjetivos para qualificar quem consegue e quem não consegue exercer a função de professor, aproximando sentidos de inclusão e exclusão do sujeito professor readaptado.

Nessa perspectiva, os efeitos de sentido de desconhecimento, por parte dos outros sujeitos que convivem com o professor readaptado, acabam sendo velados quando o professor readaptado acaba se impondo em suas práticas não-discursivas, para não sofrer preconceito. No entanto, nem sempre os sujeitos nessa posição conseguem se impor, o que acaba (re)criando discursos que o identifiquem como uma pessoa “esquecida”.

### **3.4 Readaptação: sentidos de “mil e uma utilidades” sobre o professor readaptado**

E (135) “Estou apta a trabalhar, não na função do meu concurso e sim de uma outra área dentro da educação.” (REA, F)

E (186) “Adequar-se conforme as necessidades.” (REA, F)

E (225) “Desempenhar função que não é a mesma em que fui efetivada com o concurso público. Uma vez impossibilitada de desenvolver a atividade de origem.” (REA, F)

E (279) “Um período em que o profissional pudesse trabalhar de forma a se recuperar do estresse que o levou a adoecer sem novos prejuízos a sua saúde ocorram da mesma fonte estressora.” (MED, F)

Nesses enunciados, podemos observar que o modo como os respondentes definem readaptação remete a sentidos que colocam o professor readaptado como um sujeito disponível para quase todos os setores da escola. Desse modo, quando o sujeito está no papel de readaptado, mesmo tendo relações que transmitem uma impressão de serem igualitárias, acaba sofrendo por conta da pressão social que envolve os discursos e também as reivindicações referentes às classes sociais representadas na sociedade. Nesse viés, o professor, nessa posição, discursiviza a necessidade de fazer-se respeitar, impor respeito diante do outro, e obter reconhecimento.

Nesse aspecto, a readaptação é definida numa relação social (trabalho); parte da origem de que o sujeito gera e faz suas condições de atividades (trabalho) no dia a dia e sempre em relação a outrem. O sujeito se faz presente nos papéis sociais para exercer as suas atividades do cotidiano, uma vez que a escola necessita de vários sujeitos para o desempenho de suas atribuições. Temos, então, que o sujeito professor readaptado tende a ser colocado em outras funções, como se fosse um profissional “mil e uma utilidades”.

Nessa direção de sentido, o discurso dessa posição-sujeito é constituído pelo discurso de direito que, segundo Orlandi (2002, p. 51), submete o sujeito, mas ao mesmo tempo o apresenta como livre e responsável. Esse sujeito sente-se, portanto, responsável pelo seu novo

estado de readaptar-se e os discursos sobre o professor readaptado tendem a significar o modo como o sujeito age em sua prática discursiva escolar.

Em contraste aos sentidos que vão sendo atribuídos a esse sujeito, percebemos que a estrutura física da escola também influencia os modos de significação desse sujeito, como veremos nas análises do próximo subitem.

### 3.5 Readaptação e a estrutura física da escola

Nesse subitem, agrupamos enunciados que mantêm relações de sentido de readaptação com a estrutura física da instituição escolar.

- (1) “A estrutura física não está adequada para desenvolver um bom trabalho”. (PROF, M)
- (2) “Faltam equipamento para desenvolver certas atividades”. (PROF, M)
- (25) “condições mínimas de trabalho”. (PROF, M)
- (46) “A escola por vezes é crua.” (PROF, M)
- (47) “Lembra a estrutura hospitalar dentro desse modelo de educação capitalista quantitativo.” (PROF, M)
- (68) “Mediano, pois falta até mesmo o básico, que é calor demais e tem salas sem ventilação.” (PROF, F)
- (234) “Não tenho ambiente de trabalho adequado, sem sala, móveis inadequados. A cada ano ambiente diferente para exercer minha atividade” (REA, F)

Nesses enunciados, podemos observar que a atribuição da readaptação à estrutura física da escola carrega um sentido negativo, o que nos permite afirmar que as condições de trabalho submetem o sujeito às constantes lutas para sobreviver aos problemas encontrados no cotidiano escolar. Ao discursivizar sobre a estrutura física da escola, observa-se que o professor enfrenta dificuldades, levando-se em conta itens básicos, como quadro, giz, ventilação, iluminação, banheiros e bebedouros. Desse modo, o professor readaptado, como no enunciado (234), não consegue encontrar-se em “seu” ambiente de trabalho, assim, vem a insegurança e o medo, o que é denotado pela opção de alguns entrevistados em responderem ao questionário a lápis.

- (285) “Sim. Pacientes ansiosos, com fobia não se sentem bem em locais muito fechados. As vezes a falta de um local fixo para o professor readaptado trabalhar gera muita insegurança; número de banheiros tbem pode comprometer”. (MED, F)

O sentido de medo e incerteza é reforçado no enunciado (285), produzido pela médica, em que o sentido simbólico da luta de classes está presente. Em contraponto, surgem os enunciados:

- (155) “Acredito que tem muito a melhorar, porém temos uma boa estrutura das 28 salas de aula 25 estão pintadas” (DIR, F)  
 (156) “É uma escola limpa, na medida do possível, pois estamos num bairro de periferia Estrutura física boa” (DIR, F)  
 (183) “A estrutura física da escola é boa” (DIR, F)

Conforme os enunciados acima, o sentido de elite/operário “periferia” dentro da representação discursiva da estrutura física está intrínseco às condições de produção. Com isso, o papel do Estado não pode ser ignorado, uma vez que a responsabilidade recai sobre a escola, logo, em sua posição de sujeito de estado e articulador simbólico-político, o gestor (diretor) desempenha o papel de representar o discurso de melhorias, ou seja, de boas condições físicas da escola.

Além disso, a posição do gestor em relação à estrutura física da escola tem a função de articular simbolicamente, representando o Estado junto à comunidade escolar e, com isso, somos levados a pensar inicialmente na configuração/posição dos sujeitos gestor, professor e professor readaptado e, na disposição do espaço que esses sujeitos ocupam, nas formas de significação produzidas pela falha, que remete o sujeito professor readaptado a estar no entre-lugar (BHABHA, 1998), que é o tempo que esse sujeito professor readaptado leva para se encontrar na escola e se sentir útil.

Em consentimento a esses sentidos que vão sendo concedidos ao sujeito readaptado, entendemos que o relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho tem influência nas formas de significação desse sujeito, como veremos na sequência.

### **3.6 Readaptação e relacionamento interpessoal**

- (132) “Graças a Deus tenho um bom relacionamento com as colegas de trabalho” (REA, F)  
 (235) “Ótimo, em meu trabalho os colegas não fazem distinção devido minha função” (REA, F)  
 (204) “Tranquilo pois sou antiga na escola e sempre procuro me relacionar bem com todos” (REA, F)

Nesses enunciados, a significação não é neutra, pois marca a incidência de um já-dito, relacionado a uma questão de identidade. Em (235), o sujeito se identifica no sentido de igualdade, utilizando o termo “distinção”, por não sofrer preconceito como os outros colegas

readaptados, devido a sua função de trabalhar na secretaria da escola e, com isso, a formação imaginária do outro se faz presente. Nesse sentido, a identidade do outro transcende e desliza por muitas significações, construindo a imagem da readaptação como um espaço de: falta de identidade, medo, insegurança, trauma, solidão, doença, entre outros.

Além disso, há uma preocupação em reafirmar sua posição religiosa (132) “Graças a Deus”. A insistência em colocar a readaptação como uma situação que é enfrentada sem dificuldades também aparece em (204), onde a professora readaptada diz encarar com tranquilidade a relação com os outros sujeitos da escola. Aparece aí a “relação de força” (ORLANDI, 2002): por ser “antiga” na escola, tem mais poder de escolha, como por exemplo onde quer ficar (biblioteca, secretaria, etc.).

Por essa perspectiva, os sujeitos readaptados lutam por sua aceitação na escola para desempenhar sua nova função, o que nos remete à condição da linguagem como incompletude, e isso representa movimento, deslocamento e ruptura, relacionados à memória, ao tempo e a historicidade do sujeito.

Já para os professores não readaptados, a representação discursiva sobre o relacionamento interpessoal com os colegas readaptados denota uma visão negativa e os conflitos existentes, como em (26):

(26) “Pouco agradável”. (PROF, M)

(48) “Agradável, embora deva ser considerado que é um ‘ambiente de trabalho’”. (PROF, M)

(69) “terrível... muita conversa desnecessária, muitos relatórios desnecessários, muita cobrança absurda.”. (PROF, F)

(86) “Salvo raras exceções me relaciono bem com meus colegas”. (PROF, M)

Esses enunciados indicam que, por ser um ambiente de trabalho, o relacionamento interpessoal com readaptados não deva ser agradável. Assim como em (48), esse enunciado intervém na construção de sentido do ambiente de trabalho. Também nos enunciados (26), (69) e (86), a representação negativa é supera a positiva. Isso denota como esses sujeitos vivenciam a representação das condições de produção de trabalho no contexto escolar. Nesse sentido, Pêcheux (1988) define que:

Considerando que o poder é um dos efeitos de sentido da posição sujeito para as condições de produção, as próprias representações discursivas são constituídas pela discursividade em que esteja em jogo o efeito de poder de relações sempre tensas. (PÊCHEUX, 1988, p. 160)

Essa relação de poder muda conforme a posição do sujeito, como nos enunciados a seguir:

- (3) “vejo como um ambiente alegre”. (PROF, M)  
 (105) “Bem relacionado com os colegas de trabalho”. (PROF, M)

Conforme os enunciados anteriores, a avaliação positiva do sujeito remete à identidade do professor de que, mesmo sendo um ambiente de trabalho, simbolicamente, existe desgaste, conflito, etc., ressaltando pontos contrários à maioria dos entrevistados. Em contraponto, os discursos da gestão escolar como representantes do Estado tentam a neutralidade, mas, como a linguagem é opaca, temos o enunciado (157), que traz a conjunção “embora”, remetendo aos conflitos existentes.

- (157) “É um ambiente acolhedor. Embora as pessoas muitas vezes pensam de maneira diferente, mas com objetivos comuns p/ que a escola tenha sucesso” (DIR, F)

O fato discursivo semelhante acontece com discursos do Estado ao se referir à escola enquanto representação pública dirigida pelo Estado. Já para o discurso de um sujeito médica psiquiatra que atende professores readaptados:

- (286) “Comentam que existem colegas querendo ajudá-los entretanto sentem-se como alvos de brincadeiras ou piadas de mal gosto” (MED, F)

Sabe-se que o argumento do enunciado acima é de um sujeito que não convive na escola, e portanto, traz os sentidos não neutralizados, isto é, as relações e ações dos sujeitos que convivem no ambiente escolar. Por mais que o apoio ao professor readaptado esteja presente, o fato de estar doente é motivo de piada, a exemplo do relato de uma professora readaptada, publicado em uma rede social: “meu problema está na minha cabeça, não nos meus sapatos #usosaltoaltosim”. As piadas de mau gosto trazem o sentido de “brincadeira” para a sociedade, no entanto, esse sentido é atualizado quanto ao significado na relação social e no contexto em que esse professor readaptado se encontra.

Em conformidade com os sentidos mencionados anteriormente, no próximo subitem, a relação desse professor readaptado com o meio social escolar faz pulsar a representação discursiva de identidade que se perde no processo de readaptação, sendo necessária uma (re)construção de identidade do sujeito readaptado.

### 3.7 Readaptações: reconfiguração da identidade

Ponderando-se que a identidade do sujeito pulsa em seu discurso, na medida em que somos seres sócio-históricos e, simbolicamente, porque os sentidos emanam dos sujeitos advindos da comunidade escolar ou que lidam com pessoas desse meio, os sujeitos professores readaptados argumentam a respeito de sua identidade como professores e seres reconhecidos como tais no contexto escolar.

- (133) “Sim, A escola necessitava de um funcionário nesta área e eu me adaptei.” (REA, F)  
 (205) “Não acredito que haja reconhecimento” (REA, F)  
 (206) “Sempre um ‘quebra galho” (REA, F)

Nesse sentido, o discurso do professor readaptado apresenta uma ausência do/sobre o reconhecimento, e com isso, intensifica-se a perda da identidade, que o desmotiva a interagir com as atividades escolares, como eventos e reuniões. Em alegações como “não o convidam” ou “o que ele vai fazer na reunião se não está dentro de sala de aula?”, materializa-se um discurso sobre o não reconhecimento da identidade do professor enquanto tal, gerando um conflito que, em última instância, leva esse sujeito professor readaptado ao desequilíbrio e à desestabilização de seu quadro clínico. Considerando-se que o professor readaptado precisa dialogar com a gestão escolar para conseguir se encontrar na escola como profissional, temos os enunciados:

- (49) “Existe um reconhecimento público e político. Não há projetos ou programas visíveis e qualitativos de reconhecimento e bonificação do professor.” (PROF, M)  
 (26) “Nenhum reconhecimento”. (PROF, M)  
 (70) “Não, somente por parte dos alunos.” (PROF, F)  
 (106) “Depende muito do seu grau de afetividade com os companheiros de trabalho.” (PROF, M)  
 (158) “Por estar na direção e ~~ma~~ temos que manter a escola organizada a função às vezes temos que ser mais firmes p/ que a legislação seja cumprida” (DIR, F)  
 (185) “Ocorreu de forma parcial. Nem todos reconhecem e nem sempre reconhecem” (DIR, F)

Nessas circunstâncias, em que o sujeito constrói sua identidade pelo trabalho que exerce, há alguém em situação de reconhecimento de si em relação ao outro. Mesmo nas relações que transmitem uma impressão de serem igualitárias, devido à pressão social que

engloba nos discursos as reivindicações representadas nas relações sociais, é necessário fazer-se respeitar, impor-se o respeito perante outrem.

Essa contradição se faz presente na construção sintática do enunciado (49), no qual o primeiro enunciado, introduzido pelo verbo “existir”, entra em relação antagônica com o segundo enunciado, por meio da negação (“Não há projetos...”), o que indica o não reconhecimento da identidade do professor em sua nova condição – a de professor readaptado –, em meio ao reconhecimento oficial, isto é, na esfera política pública.

Esse verdadeiro conflito identitário aparece no enunciado (106), que elucida a relação autonomia/autoridade como uma troca, uma negociação, ao abordar a relação com o outro. Já no enunciado (70), a respondente, professora, revela que existe um reconhecimento por parte dos alunos, o que representa a afetividade no grau de hierarquia na escola.

No discurso da gestão escolar, o enunciado (158) faz surgir o equívoco, ao instalar a tensão entre ser a representante do Estado, que cumpre as normas e leis do aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1985) “escola”, e reconhecer/respeitar a identidade do readaptado enquanto professor.

Já o posicionamento do sujeito que está fora da escola, nesse caso, uma enfermeira, reflete um aspecto importante, já que esse sujeito atende o professor readaptado, como no enunciado a seguir:

(254) “Não são. São tratados como se não fossem mais úteis” (FAR, F)

A respeito desse enunciado, a indagação sobre o não reconhecimento do professor readaptado remete à memória discursiva, discutida no primeiro capítulo da dissertação (subitem 1.3), que promove o efeito de sentido de que o professor colabora para a sociedade exercendo seu papel de mediador, porém, se fica doente, não é reconhecido e excluído das funções que envolvem o trabalho escolar, como os projetos que envolvem grupos de alunos.

O enunciado (288), a seguir, produzido pela médica psiquiatra que atende o sujeito professor readaptado, confirma que, em seu sistema econômico vigente, a escola não tem espaço, nem reconhecimento para esse sujeito, salvo alguns, que têm uma função sobre “certas responsabilidades”, ainda que estas não lhe garantam o reconhecimento necessário como professor.

(288) “Grande maioria os colegas fazem comentários. Entretanto dependendo da patologia psiquiátrica a crítica ou outra forma de comentário

não pode ser bem interpretado, podendo gerar consequências desagradáveis”  
(MED, F)

Nessa condição, o sujeito readaptado enfrenta diariamente a luta para se reinventar e provar, no ambiente escolar, seu posicionamento, demarcando seu espaço e tendo seu “papel” dentro da escola. Entendemos que o relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho tem influência nas formas de significação desse sujeito, como veremos nas análises do próximo subitem.

### **3.8 Representação discursiva sobre o papel e o lugar do professor readaptado**

A lei que ampara e dá direitos e deveres ao professor readaptado garante que esse sujeito transite nas dependências da escola (biblioteca, secretaria, coordenação, etc.), mas não lhe concede o direito de ser readaptado em outros lugares, como, por exemplo, a Secretaria do município. Sendo assim, os discursos a respeito do professor se restringem ao espaço, físico e simbólico, da escola.

(8) “Exercer funções ligadas ao pedagógico”. (PROF, M)  
(29) “Apoio pedagógico para outros professores” (PROF, M)

De acordo com esses enunciados, o discurso do outro é de mediação, pois é a condição a que o sujeito está submetido, muitas vezes em uma posição com a qual não se identifica, por exemplo, no almoxarifado ou na biblioteca, sem diálogo com a gestão escolar. Nessa condição, o sujeito não readaptado se esquece e fala pelo outro que está readaptado.

Nesse sentido, sob o efeito das condições de produção em que o sujeito está inserido, o enunciado (134) – “Sim, mas na função na secretaria e pelo meu perfil, não faço mudanças.” (REA, F) –, traz ao discurso do professor readaptado a questão operária, as condições de produção em que ele se insere, que, muitas vezes, não possibilita a todos os profissionais a autonomia.

Inerente à autonomia, o professor readaptado em suas condições de trabalho precisa estabelecer um diálogo com a direção escolar, ainda mais diante da desvalorização social à qual ele está exposto no meio escolar.

Em contraponto, a gestão escolar afirma que o professor readaptado muitas vezes não tem lugar na escola, e que encaixar esse professor de maneira que atenda às exigências da escola e respeite os limites desse sujeito torna-se uma tarefa difícil, como se pode observar

pelo enunciado (159): “Às vezes sim. Temos pessoas com bastante tempo na escola, que são resistentes a mudanças e por isso temos que fazer um convencimento antes” (DIR, F). O discurso da gestão escolar se apropria do poder de “convencimento”, utilizando o recurso da antecipação “antes”, ligada ao interdiscurso e à memória discursiva, mas os sentidos são configurados “dentro da lei” de que a readaptação resolve o problema do professor e da comunidade escolar. No entanto, esse argumento não procede, uma vez que o professor readaptado reside no processo de busca pela identidade, adaptação e reconhecimento.

A busca por uma outra identidade é constante, pois existe uma apropriação do dizer do professor readaptado pelo outro – gestor (diretor, coordenador), professor –, que fala por ele, não obstante a lei que lhe garante autonomia. Mesmo assim, no ambiente escolar, esse sujeito permanece em lugares onde “preenche espaços vazios”, não onde realmente se identifica para desenvolver seu trabalho depois de uma readaptação. Assim, ele fica na biblioteca e não tem perfil para estar lá, e isso muitas vezes agrava seu estado de saúde. É o que sugere o enunciado (287), a seguir:

(287) “Existem algumas funções em que os professores readaptados exercem que os reconhecem e até lhes conferem certas responsabilidades (auxiliares administrativos, biblioteca) porém, existem outros professores que ficam sem função específica de forma a preencher espaços vazios que possam surgir”. (MED, F)

Assim, mediante o exposto, o sujeito professor readaptado tem em seu imaginário que as condições de trabalho são nomeadas pelo próprio sistema e que cabe a ele desempenhar seu papel social, sobrecarregando o sentido que o outro atribui para esse sujeito readaptado, como vamos abordar no próximo subitem.

### **3.9 Os sentidos do termo “readaptação” para/sobre o sujeito readaptado**

Enquanto modo de nomeação, o termo “readaptação”, para aqueles que se encontram nessa condição, é considerado inadequado para alguns, como se pode observar nos enunciados a seguir:

(51) “Em um projeto político de organização capitalista...mudar o nome seria eficiente pra que? Pra quem?” (PROF, M)

(7) “Não acredito que seja adequado porque o readaptado apaga um pouco a sua identidade do professor”. (PROF, M)

(28) “Não é adequado, pois ele ainda pode participar do processo de educação na escola em que está lotado”. (PROF, M)

Conforme os enunciados (51), (7) e (28), os sentidos são de tensão discursiva: mudar o termo readaptado, sendo que a ordem escolar continua a mesma. São criadas representações “idearias” no discurso da sociedade vigente, de que aquele que se encontra na linha de frente, (os professores), que dão conta dos sentidos discursivos de readaptação, o que interessa é que os problemas discursivos não cheguem às instâncias superiores, pois os discursos de conflitos podem atrapalhar a harmonia nas condições de produção escolar, e não devem aparecer para a sociedade.

No sentido de desconhecimento da condição do outro, no enunciado (255) – “Não. Deveriam não usar este termo, pois parece que estão sendo tratados como incapaz” (FAR, F) –, o sujeito não reconhece o sentido de “readaptação” não é adequado, pois o sujeito readaptado é julgado “incapaz” para o cargo que assumiu ao tomar posse, porém pode exercer outras funções na escola.

Em contraponto, os enunciados a seguir reconhecem o termo “readaptado”:

(137) “Sim, é um termo adequado; Qdo isso aconteceu na minha vida, fiquei triste, tb tive vergonha, mas depois, com tratamento psicoterápico, eu entendi o que estava ocorrendo e aceitei. A escola tb precisava dos meus serviços e percebi útil.” (REA, F)

(227) “É adequado pois o professor está em tratamento e tem condições de desenvolver outra atividade dentro da escola. É justo que ele aceite ficar trabalhando em outra função” (REA, F)

Para (137), o termo é “adequado”, mas é atualizado o sentido de “tabu” e “preconceito” que a readaptação representa para esse sujeito, apreendendo-se, nessas condições de produção, que o verbo “aceitei” remete ao efeito de sentido de imposição.

De acordo com o enunciado (227), o adjetivo “justo” e o verbo “aceitar” atualizam o efeito de sentido de imposição para o professor readaptado, que não pode se expressar, pois existe uma pressão sobre suas ações, como, por exemplo o preconceito de que esse sujeito readaptado não consegue fazer nada.

(161) “Sim. Pois ele irá se adequar a outro fazer no qual não estava habituado a fazer, porém num ambiente já conhecido” (DIR, F)

(187) “Reabilitado seria melhor. O cargo continua sendo de professor, mas sua função muda, o que acarreta o desenvolvimento de outras habilidades” (DIR, F)

Conforme o discurso da gestão escolar, no enunciado (161), o adjetivo “conhecido” confirma, para o sujeito gestor, a ideia de que o professor readaptado conhece o ambiente escolar, mas, de fato, este vai exercer uma função desconhecida, a qual nunca exercera antes. E quanto à nova função? Ao assumi-la, esse professor não sabe o que fazer em um ambiente novo, diferente da sala de aula, onde já sabia lidar com os alunos. No novo espaço, ele tem que aprender a lidar com outras situações. O respondente do enunciado (187), uma diretora, pode até sugerir mudar o nome para “reabilitado”, porém, para o professor readaptado, os efeitos de sentido não serão afetados.

Há, ainda, o sentido de readaptação como subterfúgio para evitar o trabalho em sala de aula, como neste enunciado:

(109) “Sim, pois tem vários readaptados que forçam sua readaptação para sair fora da sala de aula.” (PROF, M)

Com base nesse enunciado, em uma situação normal de perfeita saúde, em sã consciência, quem “gosta” de ficar doente? Assim, percebe-se, por este enunciado, a posição de um colega que enuncia de modo desfavorável, ou ainda, que não aceita o discurso do outro, revelando uma resistência à realidade da readaptação, corroborada pela insistência “Sim, pois...”. Desse modo, apreende-se que a valorização das ações do professor readaptado não acontece, porque existe uma hierarquia construída pelas duas posições-sujeito (professor – professor readaptado), onde o professor tem o “poder” de estar em sala e o professor readaptado não tem a voz ativa, ficando muitas vezes isolado em um canto da escola.

Percebe-se que os profissionais da educação não são valorizados, não há uma preocupação com a saúde desse profissional. O discurso é institucionalizado, é um jogo de forças. O gestor escolar é resistente, reivindica a sua posição sujeito no discurso; é ele quem “comanda”. E nesse contexto, a situação de um professor que não está mais em sala de aula pode ser considerada uma quebra de contrato de boa convivência entre os membros da escola. Isso sugere, para o sujeito readaptado, a perda de identidade, reconhecimento e espaço.

### **3.10 Readaptação: a posição discursiva do sujeito professor readaptado e sua representação no ambiente escolar**

Analisemos, inicialmente, o seguinte enunciado:

(53) “A escola é o ambiente mais adequado para a readaptação?”. (PROF, M)

Em conformidade com esse enunciado, o “ambiente” escolar, dependendo do sujeito professor readaptado, não é muito favorável para a readaptação, dadas as condições que esse professor encontra na escola, tais como ser agredido verbalmente, ser ignorado, ambiente de trabalho em más condições, não ter materiais básicos para executar suas atividades, não ter salas arejadas, trabalhar com um número reduzido de alunos e/ou não contar com o “apoio” do gestor escolar para fazer um boletim de ocorrência para responsabilizar a família de uma criança ou adolescente que o ameaça.

Nesse caso, as práticas discursivas em relação ao trabalho do professor na escola muitas vezes não apresenta as condições adequadas de trabalho, assim, o professor necessita mudar sua dinâmica com relação à prática discursiva, para atender às mudanças da escola contemporânea, pois “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” (PÊCHEUX, 2002, p. 56). Isso permite a reflexão acerca da geração de sujeitos que surgem dos discursos que circulam.

(111) “Fazer tudo o que a escola necessita dependendo do grau da saúde do readaptado.” (PROF, M)

De acordo com o enunciado (111), a construção histórica da identidade do sujeito readaptado condiz com a conjuntura dada a partir de uma posição determinada pelo discurso do/sobre o professor readaptado. Já o enunciado (290) – “Depende muito da patologia que ele apresenta, e o motivo do adoecimento (MED, F) –, que indica que o professor é responsável por algumas substituições em sala de aula, atividades em grupos menores, trabalhar na secretaria ajudando no preparo dos materiais didáticos” (MED, F) traz a reconstrução dos discursos, e também permite a ressignificação dos sentidos, pois o que está na Lei nem sempre “significa” (ORLANDI, 2002, p. 53) como deveria.

(162) “Acredito que continuaria com o objetivo de participar no sucesso escolar, porém deverá levar em conta o CID”. (DIR, F)

De acordo com o enunciado (162), o sentido de “readaptação” é fundamentado nas condições de produção históricas dos sujeitos, remetendo à noção de “sucesso escolar”. Desse modo, esse discurso, produzido pela gestão escolar, remete à memória dos discursos historicamente produzidos a respeito da função do professor, isto é, de seu papel social, se é

valorizado ou não, ou seja, o professor readaptado pode até ter “vontade” de participar das atividades e projetos propostos na escola, porém deve-se considerar a condição física e mental desse professor.

Portanto, a representação discursiva atribuída pelo outro, sobre se há ou não valorização do sujeito professor readaptado no ambiente escolar, remete a uma identidade situada no entre-lugar (BHABHA, 1998, p. 15), em uma zona instável, uma vez que esse profissional não é reconhecido como professor pela comunidade.

(112) “Ajudar um pouco de tudo que a escola necessitar.” (PROF, M)

(9) “Ele pode trabalhar em funções pedagógicas (sala de recurso, sala de leitura, reforço)”. (PROF, M)

(164) “Projetos com os alunos” (DIR, F)

No enunciado (E112), o trecho “ajudar um pouco de tudo (...)” marca a entrada do dizer do outro, professor, demarcando, por meio do verbo “ajudar”, que o professor readaptado pode permanecer onde for necessário, sem levar-se em consideração as aptidões ou gostos desse profissional. No enunciado (9), a formulação “funções pedagógicas” indica que, para alguns professores, atuar na parte pedagógica da escola é uma opção, mas não se pode dizer que o mesmo se dá para todos. De acordo com o enunciado (164), “Projetos com os alunos”, é preciso considerar o CID de cada professor readaptado e sua facilidade em lidar com a função designada.

Outro ponto do discurso ressalta a possibilidade de o professor readaptado atuar em outras secretarias, como o enunciado (140) – “Não necessariamente” (REA, F) –, que traz como efeito de sentido que o professor readaptado não precisa trabalhar somente na escola, abrindo um leque de possibilidades. Em conformidade a isso, o enunciado (210) – “Não, mas onde ele sentir-se bem” (REA, F) – reafirma a possibilidade de o professor readaptado poder atuar em outras secretarias do município.

Desse modo, o enunciado (229) – “Mesmo o professor trabalhando somente no administrativo ele terá contato com aluno sempre. Escola procura colocar os readaptados nos setores administrativos” (REA, F) –, como dito anteriormente, depende do CID do professor. Esse sentido aparece no discurso da médica psiquiatra, que lida diretamente com o readaptado:

(291) “Não. Vai depender da doença apresentada. Na doença mental, psíquica às vezes o paciente desenvolve traumas da sala de aula e quando estão longe dela sentem-se mais seguros”. (MED, F)

Assim, a representação discursiva da posição sujeito professor em relação à posição sujeito professor readaptado ainda apresenta outra possibilidade de atuação para esse profissional. Conforme o enunciado (31) – “Apoio pedagógico para outros professores”. (PROF, M) –, o emprego do termo “apoio” remete à Lei Federal<sup>14</sup>, bem como ao amparo legal da Lei Estadual<sup>15</sup> e da Lei Municipal<sup>16</sup>, ou seja, de leis que “apoiam” e dão direitos, sustentam, auxiliam e protegem.

Mas, na prática, o professor readaptado permanece onde há vaga, senão é obrigado a aguardar uma vaga em alguma escola que possa recebê-lo. Em outros casos, ele permanece no almoxarifado, ou outro lugar onde não “atrapalhe”, limitando-se a cumprir suas horas de trabalho. Se esse professor readaptado não se impõe, estabelecendo um diálogo com o gestor, seu quadro de saúde pode se agravar.

(141) “Como já falei, dependendo do CID dele. Eu por exemplo não posso. Não consigo – tenho pânico. Qto mais longe do aluno e dos conflitos desse aluno com os professores e coordenadores, melhor.” (REA, F)

De acordo com o enunciado (141), o sujeito reforça o que diz (“como já falei”) e, quando questionado sobre a melhor atividade que o sujeito readaptado poderia desenvolver na escola, responde: (142) “Eu já comentei sobre isso – depende dos (Exemplos) problemas do professor.” (REA, F). Por esses dizeres, o entrevistado demonstra ansiedade ou nervosismo, desencadeando a construção dos sentidos que são reconhecidos pelos conflitos vivenciados na escola.

Entretanto, quando o sujeito readaptado ocupa um lugar de “poder”, atuando como professor, titubear não entra em questão: (73) “Palestrar como complementação dos conteúdos trabalhados em sala de aula” (PROF, F). Nesse enunciado, o entrevistado demonstra segurança e vai direto ao ponto. Nesse sentido, “complementação” significaria, por exemplo, reforço escolar. A falta de reflexão não o leva ao lugar do outro. Já para o entrevistado seguinte: (56) “Se isto possa contribuir para a saúde física-mental deste profissional, por que não?” (PROF, M), o uso da conjunção “se” indica uma condição sobre o modo como se deve agir na prática discursiva escolar. O questionamento final – “por que não?” –, ironia ou não, remete à normatização da prática social, assim, normatiza pela escola que se revela no ordinário do sujeito institucionalizado.

<sup>14</sup> Constituição Federal em seus Artigos 37 ao 41, temos a lei 8.112/1990 Art. 24.

<sup>15</sup> Lei 1.102 de 10/10/1990, Seção X, em seus artigos 42 ao 44.

<sup>16</sup> Lei complementar n. 190, de 22/12/2011 da Seção VII da Readaptação.

Em (92) – “Isso depende bastante das causas de seu afastamento, mas é possível, sim.” (PROF, M) –, o termo “bastante” é investido de um valor performático que depende muito do motivo pelo qual esse sujeito ficou doente, bem como da doença propriamente dita. Em seguida, a conjunção “mas” traz um efeito de sentido polissêmico, colocando esse professor doente de volta às atividades da sala de aula. Observa-se, nessa contradição, que a incompletude caracteriza o discurso sobre o readaptado: é doente, mas pode voltar para a sala de aula. É nesse sentido que a língua é sujeita à falha, e a ideologia é um ritual com irregularidades.

O discurso da posição-sujeito professor readaptado entra em contradição com o discurso do Estado, uma vez que este, por lei, deve assegurar condições de trabalho adequadas ao professor. Por meio das leis, novos efeitos de sentido são criados, pois não fica claro o que “são condições de trabalho adequadas”. Em meio a isso, analisamos, no próximo subitem, os discursos de autoridade do Estado a respeito do professor readaptado.

### **3.11 Readaptação: os discursos de autoridade do Estado que ditam os direitos e deveres da posição sujeito professor readaptado**

O discurso dessa posição-sujeito é composto pelo discurso de direito. Segundo Orlandi (2002, p. 51), “uma relação de dependência sustentada pelos direitos e deveres do sujeito, imposta pelo capitalismo em detrimento da lei que valia até a Idade Média, a lei de Deus”. Esse discurso jurídico leva à estabilização e apagamento (COSTA, 2014, p. 171), como trocar uma palavra por outra, pelo procedimento de metáfora. É nesse ponto que acontece o deslize dos sentidos. Nesse tópicos, analisamos as respostas ao questionamento: Os direitos do professor readaptado são os mesmos de um professor não readaptado? Para análise, selecionamos enunciados que encerram sentidos de silêncio, formação imaginária e autoridade.

(293) “Não sei (não tenho conhecimento). Acho muito específico esta pergunta” (MED, F)

(58) “Não sei responder” (PROF, M)

O silêncio presente no enunciado (293) – “Não sei (não tenho conhecimento)” – representa algo discernível, estabelecendo, no espaço da linguagem, a política do silêncio. Isto é, o silenciamento (ORLANDI, 2007), de acordo com a posição desse sujeito que é submisso ao Estado. Já no enunciado (58), “não sei responder” expressa o não (re)conhecimento do

outro, ignora a realidade da readaptação porque existe uma relação de poder: ele está bem, ministra suas aulas; o outro, doente, não é seu problema.

(74) “Sim, são professores do mesmo jeito.” (PROF, F)

(114) “São professores da mesma forma exercendo a função ou em sala.” (PROF, M)

(143) “Sim.” (REA, F)

(294) “eu acredito que sim” (MED, F)

Esses enunciados constituem paráfrases, levando-se em conta o que se imagina a respeito do outro, professor readaptado, que não tem os mesmos direitos do professor não readaptado. Isso porque aquele não pode assumir cargo de coordenação nem de direção escolar, e também porque não tem direito a horas de planejamento escolar. Esse desconhecimento por parte dos profissionais que atuam na escola produz o efeito de um sujeito que ignora os problemas que, no entanto, se fazem presentes no cotidiano profissional.

(166) “Quase todos, somente o que difere é não (*sic*) hora de planejamento, justificando que o mesmo não precise planejar. Não pode assumir direção de escola e também não participar de seleção p/ coordenador” (DIR, F)

Os direitos e deveres da posição sujeito professor readaptado permeiam os discursos de autoridade do Estado que ditam as regras, mesmo dizendo que são professores, mas pelo fato da readaptação tem os direitos de um professor não readaptado. A posição do discurso apresenta um certo conhecimento a respeito da readaptação, sendo o oposto dos enunciados anteriores, nos quais o discurso da direção escolar representa o Estado. Esse conjunto de normas, brevemente apresentados aqui, estrutura-se como regras da Constituição Federal, Estatuto do servido público Estadual e Municipal, por meio de leis que estabelecem ordens, proibições e sentenças. Os efeitos de sentido que a lei apresenta têm outra proporção no ambiente escolar, onde esse professor readaptado não consegue encontrar seu lugar e ter reconhecimento.

### **3.12 Readaptação: a influência da escola e da família como causas do processo da readaptação**

A participação da família em apoiar o professor em sua profissão/missão é essencial para que esse sujeito tenha uma base positiva, pois, caso exista esse apoio, qualquer conflito

na escola reflete em casa. Por conta disso, a família ajuda e proporciona um equilíbrio mental. Vamos separar os seguintes enunciados, onde procuraremos analisá-los por temas: escola e família.

- (11) “Sim. A pressão diária, sobrecarga de trabalho”. (PROF, M)
- (75) “Sim, o trabalho intelectual é massificante, o barulho é constante tornando o estress mais visível.” (PROF, F)
- (213) “Sim devido ao stress do ambiente” (REA, F)
- (241) “Sim, cada vez mais o professor vem perdendo a autonomia, o respeito e os direitos para um sistema educacional que prioriza a quantidade de aprovação” (REA, F)
- (295) “Acredito que não. Apenas aqueles que são acometidos por alguma doença que os limita continuar em sala de aula” (MED, F)

Dentre os sentidos atribuídos à escola como causadora da readaptação do professor, no enunciado (32) – “Sim, um ambiente totalmente tradicional amarrados em velhos costumes e vícios de erros educacionais” (PROF, M) –, atualiza-se um discurso pela falta comunicação da escola em relação à sociedade, como por exemplo em relação ao uso das tecnologias, nas escola com computadores e internet que não alcançam a necessidade dos alunos. Já em (E11), a “pressão diária” denota a cobrança em relação ao professor, como projetos. Em (75), “o barulho é constante tornando o estress mais visível” relaciona o estado de saúde (estresse) ao barulho, e, por conseguinte, à falta de disciplina dos alunos por conta da falta de “domínio” do professor em relação a turma.

Já no enunciado (295), o autor de “acredito que não” expressa uma opinião ausentando a contribuição da escola na readaptação. Em seguida, afirma: “Apenas aqueles que são acometidos por alguma doença que os limitam continuar em sala de aula”. A “doença” à qual se refere pode surgir no convívio escolar, levando em consideração o conflito entre professores e alunos, bem como atividades repetitivas como escrever na lousa, entre outros. O lugar de interpretação (ORLANDI, 2002, p. 59) do sujeito que enuncia coloca o dito em relação ao não dito. Na posição de médica, a entrevistada que ouve os relatos não convive no ambiente escolar e seu discurso reflete sua posição muitas vezes de silêncio, mas o interdiscurso vem como alteridade discursiva, pois existe o outro, nesse caso o Estado.

Temos, também, no enunciado (213) – “Sim devido ao stress do ambiente” – a atribuição ao estresse. O enunciado (241) – “Sim, cada vez mais o professor vem perdendo a autonomia, o respeito e os direitos para um sistema educacional que prioriza a quantidade de aprovação” – deixa claro que o ambiente escolar é um lugar em constante tensão, “resistência” para com as instâncias de hierarquia que foram normatizadas pelo Estado.

O país viveu décadas de cerceamento das práticas discursivas e não discursivas no período político da “ditadura” e, talvez por isso, em sua prática discursiva escolar, os sujeitos defendem tanto o “domínio” e o “controle” do outro. Ao mesmo tempo em que o sujeito rejeita o que é imposto como autoridade, ele necessita de parâmetros de autoridade na escola, como controle de sala de aula, domínio dos conteúdos, para se significar para o outro na mesma proporção da instituição escolar.

(116) “Se tiver uma família sem parâmetros sim.” (PROF, M)

(167) “O ambiente escolar às vezes contribui p/ readaptar, porém de acordo com a experiência do dia a dia percebo que muitos trazem uma grande contribuição de sua vivencia fora do ambiente escolar, principalmente família” (DIR, F)

(168) “Sim. Percebo que muitos vem com problemas familiares anteriores aos problemas escolares, em muitos casos a escola era só a gota d’água faltava p/ derramar” (DIR, F)

(296) “Pode contribuir sim. Até porque é ambiente no qual ele está inserido e onde ele encontra suporte para desempenhar suas atividades diárias” (MED, F)

Nesses enunciados, parte dos entrevistados colocam a família como ponto de partida para se ter uma base de apoio para a valorização do professor readaptado, uma vez que, em questão de igualdade e reconhecimento, isso não ocorre na escola.

Os enunciados (116), (167), (168) e (296) materializam a relação simbólica da família (ROUDISNESCO, 2003). Em (296) – “Sim. Percebo que muitos vêm com problemas familiares anteriores aos problemas escolares, em muitos casos a escola era só a gota que faltava p/ derramar” –, tem-se o discurso da gestão que acompanha os professores readaptados. A esse respeito, uma diretora relatou alguns casos de professores que ficaram doentes, como uma professora cujo esposo é obsessivo por organização: em sua casa, tudo tinha que ter etiqueta, perguntava se tinha apertado demais a torneira, pois estragava; muitas vezes a professora chegava na escola e tinha que voltar em casa para conferir as torneiras. Na família é muito importante que se tenha equilíbrio porque isso reflete na escola, local de trabalho do professor onde os sujeitos vivenciam e é nessa vivência que nasce a relação e que transforma esse sujeito, mesmo que o espaço social em si não represente o real e sim o simbólico.

O enunciado (191) – “Sim” (DIR, F) – expressa o consentimento de que a família influencia no processo de readaptação, discurso proferido pela direção escolar. Porém, temos que ponderar, uma vez que, conforme o enunciado (214) – “Nem sempre” (REA, F) –, leva em consideração que tanto a escola como a família são lugares de conflitos. Analisando os

enunciados da Diretora (168) – “Sim. Percebo que muitos vêm com problemas familiares anteriores aos problemas escolares, em muitos casos a escola era só a gota d’ faltava p/ derramar” – e da médica – “Pode contribuir sim. Até porque é ambiente no qual ele está inserido e onde ele encontra suporte para desempenhar suas atividades diárias” –, observa-se que ambos os discursos remetem a readaptação ao bojo familiar: “a escola era só a gota de faltava p/ derramar”; “é ambiente no qual ele está inserido e onde ele encontra suporte para desempenhar suas atividades diárias”. Desse modo, esses enunciados referem-se à família como suporte, base, porém essa família é o reflexo da sociedade onde está inserida, sendo esta regida por forças e controles que ditam normas e condutas.

### 3.13 Readaptação: sentidos de “práticas sociais” sobre o professor readaptado

No questionário, uma das perguntas abordava a posição sujeito professor readaptado em relação às práticas sociais escolares. A questão era: “O sujeito professor readaptado participa dos eventos e projetos escolares?”.

- (272) “Não, pois até os professores readaptados se isolam em suas “novas tarefas” esquecendo sua verdadeira essência.” (PROF, M)  
 (94) “Não me lembro de ter observado algo semelhante em nenhum caso.” (PROF, M)

O enunciado (272) “Não, pois até os professores readaptados se isolam” introduz uma explicação (“pois”) e estabelece uma gradação, por meio do articulador “até”, como se dissesse: “se os professores já não participam, imagine os readaptados”, de onde se depreende que, apesar do esforço dos readaptados em se integrarem, eles se “isolam (...) esquecendo sua verdadeira essência”. O sujeito entrevistado dá ênfase, por meio das aspas, às “novas tarefas” dos professores readaptados, como uma forma de ironia/desabafo.

Já no enunciado (94) – “Não me lembro (...)” –, a posição sujeito em relação ao outro é tão indiferente que sua presença passa despercebida. É como se o professor readaptado não existisse, e o entrevistado ainda afirma que não observou “nenhum caso” semelhante em todos eventos e projetos da escola.

A respeito da mesma questão, os professores readaptados responderam:

- (215) “Não, isso é o que realmente falta em toda escola” (REA, F)  
 (232) “Muitas vezes não, eles acham que os readaptados não devem participar, os professores muitas vezes são esquecidos e deixados de lado” (REA, F)

(242) “Não, apenas é colocado em um local em que precisa de um funcionário, pra ‘tapar buraco” (REA, F)

Podemos analisar a ausência do envolvimento do professor readaptado nos eventos escolares no enunciado (215), “realmente falta”, e também em (232), “eles acham que os readaptados não devem participar, os professores muitas vezes são esquecidos e deixados de lado”. Esse fato discursivo, inserido nesse acontecimento, chama a atenção por dizer respeito ao real funcionamento da escola. O readaptado está na escola, mas só é solicitado para (242) “tapar buraco”. Os efeitos metafóricos desse enunciado indicam a falta de convívio do professor readaptado com os demais professores da escola.

Já o enunciado (193), produzido pela gestão escolar, afirma: “Nem sempre. Alguns professores readaptados reclamam que alguns colegas não tem uma boa aceitação em relação a eles” (DIR, F). O fato discursivo que o pronome “alguns” traz é a não aceitação dos demais colegas de trabalho em relação ao professor readaptado, cabendo muitas vezes à gestão dialogar com a equipe de professores.

Esses enunciados negam a participação de readaptados nos projetos e eventos, já os enunciados a seguir afirmam:

(117) “Sim, em algumas escolas os readaptados elaboram projetos envolvendo os alunos no pedagógico.” (PROF, M)

(144) “Sim, pois esse professor já estará ocupando uma posição e poderá desempenhar sua função como outro professor ou funcionário da escola.” (PROF, F)

(169) “Uma parcela sim outros acham que são “encostados” que não querem trabalhar” (DIR, F)

(278) “Acredito que sim” (AUX, F)

(297) “Em sua maioria sim” (MED, F)

(60) “Depende da instituição” (PROF, M)

O uso do modalizador “algumas”, no enunciado (117), restringe a participação dos professores readaptados. Em (144), a afirmação “sim” é seguida de uma explicação (“pois”), buscando reafirmar sua identidade e justificando que é “como outro professor ou funcionário da escola”. Já para a gestão escolar (169), “uma parcela” ou seja, uma pequena parte, se envolve nos eventos da escola, em contraposição a outros, qualificados de “encostados”, sinônimo de “não querem trabalhar”.

O entrevistado do enunciado (278) não expressa conhecimento sobre o fato, ou ainda, emite uma crença não fundamentada (“acredito”). Em (297), expressa-se que uma parte dos readaptados não participa, o que indica que são de alguma forma excluídos. A ideia de incerteza também aparece em (60), enunciado por um professor que atribui a responsabilidade

pela participação do professor à escola. Ocorre que a escola faz parte do Estado que funciona conforme o sistema capitalista, em que as condições de produção do discurso na escola não favorecem o diálogo, a tolerância, a preocupação com o sujeito em si. O que se tem na escola são parâmetros, métodos que devem ser seguidos, reproduzidos estruturalmente.

E quando se trata da posição de sujeito do professor readaptado, em relação às práticas discursivas da instituição (escola), no caso de uma greve, uma votação, como esse sujeito se define? Os enunciados a seguir apresentam o discurso do/sobre esse professor readaptado:

(34) “Deve aderir, pois ele é professor, terá o mesmo direito que os outros professores, principalmente quando conseguirem os objetivos procurados pela greve, não deve se esconder atrás de seu problema de saúde pois é, um e continua sendo um formador de opinião.” (PROF, M)

(279) “Ele tem que continuar a defender a categoria na qual ele faz parte” (AUX, F)

O espaço do professor readaptado é ponto de partida para reflexão significativa, concebido e encontrado no âmbito do enunciado (34) “pois ele é professor”, reafirmando-se a identidade do sujeito professor, perdida, entretanto, diante da realidade da readaptação. A afirmação “defender a categoria na qual ele faz parte”, no enunciado (279) é, de uma certa forma, um incentivo ao professor readaptado para estar junto na luta, porém, nem sempre esse professor consegue expor sua opinião, ir a uma caminhada ou até mesmo votar, mas deve ser consultado e participar com igualdade, sendo respeitado.

Já no enunciado (61) – “Nossa, o que lhe for mais adequado: Por vezes percorre o universo político, mas e qual o posicionamento real desse profissional” (PROF, M) –, chama a atenção a interjeição “nossa”, com sentido de admiração. E o entrevistado continua dizendo: “Por vezes percorre o universo político”, fazendo referência à gestão, que influencia nas decisões de muitos professores; é um poder político-simbólico, onde circulam os vários sentidos, inclusive de desconhecimento do outro: “qual o posicionamento real desse profissional”. Por mais que assuma uma posição, no espaço simbólico, esse sujeito não sabe a respeito desse professor readaptado.

Outro entrevistado diz: (14) “Não. Geralmente acompanha a maioria ou a direção”. (PROF, M). O uso do advérbio “não” aponta para o sentido de que o professor readaptado simplesmente segue os outros, sem ter sua própria opinião. Ao analisar as práticas discursivas desse sujeito readaptado nas condições de produção escolar, verifica-se que elas se resumem ao cumprimento de regras construídas historicamente: “geralmente acompanha a maioria ou a direção”, indicando-se por aí a falta de autonomia do readaptado.

Assim, a prática discursiva das condições de produção escolar no que diz respeito ao professor readaptado do sistema de expropriação do trabalho traz a falta de diálogo que existe no ambiente escolar.

Já o enunciado (76) – “Ele deve agir conforme a maioria aderir.” (PROF, F) - impõe a posição desse sujeito readaptado. O efeito de sentido de “deve agir” expressa ordem, advertência, de doutrinação construída no processo histórico, onde a reflexão pedagógica não faz parte da prática discursiva do sujeito.

O sistema tem a característica de impor leis que devem ser seguidas sem discussão, assim, o processo de diálogo não efetiva a prática discursiva em assuntos culturais, comportamentais, políticos e econômicos, entre outros, que são práticas de convivência que mudam as práticas sociais.

Já no enunciado (95) – “Ao meu ver os professores nessa situação ficam ‘encima (*sic*) do muro’ e na maioria dos casos não a derem a paralizações, talvez receosos quanto alguma represália.” (PROF, M) –, a força discursiva vem e subordina as ações do readaptado, tendo em vista a estrutura hierárquica da escola e da sociedade pelo senso comum, de que o sujeito é submisso, deve receber e acatar ordens sem contestação, surgindo a sensação de medo em expor sua opinião.

Temos, ainda, representações discursivas sobre a postura adotada pelo sujeito professor readaptado em condições de produção de significação política, como nos enunciados a seguir:

(216) “O professor readaptado deve conhecer as leis que o amparam, antes de tomar alguma posição” (REA, F)

(233) “Pois ele ainda está na ativa” (REA, F)

(243) “Na maioria das vezes o professor decide continuar suas atividades na escola, durante a greve, pois é livre para tomar decisões” (REA, F)

A respeito da afirmação “deve conhecer as leis”, em (216), devemos nos lembrar que, para a análise do discurso, o sujeito é ao mesmo tempo livre e submisso. Já no enunciado (233), a respeito da afirmação “ele ainda está na ativa”, há a construção de sentidos de relações de poder, de ter autorização para escolher, agir em relação à posição-sujeito. No enunciado (243), “Na maioria das vezes o professor decide continuar suas atividades na escola, durante a greve”, essas ações são tomadas para não causar constrangimento, humilhação e denegrir a imagem do professor readaptado.

No enunciado (267) – “Acho que deveriam seguir as regras de acordo com a função exercida no momento” (AUX, F), o desconhecimento remete ao lugar da interpretação, sendo

o sujeito histórico ao refletir sobre “seguir as regras de acordo com a função exercida no momento”. Se a função do concurso é ser professor, a do readaptado é ser auxiliar de coordenação, biblioteca ou secretaria. Ele se encontra em outro lugar de atuação, no entanto, a lei rege sua função como professor.

Já o enunciado (194) “Cada professor deve se posicionar da maneira que entender ser a melhor. A decisão é do professor, independente se ele é readaptado ou não” (DIR, F) é produzido pela gestão escolar que representa a escola, instituição organizada em torno de suas relações conflituosas e heterogêneas. Ao dizer “Cada professor deve se posicionar”, o entrevistado indica que tomar uma posição é necessário. Existe uma liberdade de escolha, mas também existe um aspecto político que leva esse professor readaptado a tomar partido.

Nesse sentido, o posicionamento é influenciado pelo meio em que esse professor readaptado está inserido, meio esse que muitas vezes não se tem um diálogo para inclusão desse sujeito, mas discursos a seu respeito com justificativas de “brincadeira” que causam constrangimento.

### **3.14 Readaptação: sentidos de “brincadeira” sobre o professor readaptado**

(15) “Sim. Por exemplo: Só cumprindo horário; Não faz nada”. (PROF, M)

(77) “Claro que sim, em forma de brincadeira.” (PROF, F)

(119) “Depende pois tem alguns readaptados não fazem nada só vão cumprir horário.” (PROF, M)

No convívio social do ambiente escolar, o sujeito professor readaptado é afetado por estar doente e enfrentar as “chacotas” dos colegas piorando sua situação emocional, como o enunciado (15) “Só cumprindo horário” o adjetivo “só” elucida esse sujeito readaptado remetendo a solidão de um ofício que não exerce mais, tendo a sensação de impotência “não faz nada” o uso do pronome indefinido “nada” remete a coisa nenhuma e sem valor esse é o sentido do discurso ouvido pelo professor readaptado. No enunciado (77) “Claro que sim” evidência que o tratamento em relação ao readaptado é uma “forma de brincadeira” a leviandade com a readaptação é visível no ambiente escolar. Estando o professor no “entre-lugar” para Bhabha (1998, p. 15), vivemos um sentimento de iminência constante de presente e no desassossego do *pós* que não seria “nem um novo horizonte nem o abandono do passado” (BHABHA, 1998, p. 16), essa é uma observação da instabilidade do lugar do sujeito.

Uma inconsistência que passa pela geopolítica desde as peculiaridades das classes sociais até as questões de gênero.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre – lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p.16).

Esses entre – lugares são o que passa por um processo que no movimento histórico seria o que considera os substratos do que é cultural, ou seja, do que sobra do que é civilizado, mas também é (re)significado, pois o sujeito vê no futuro sempre promessas de desenvolvimento também no desalento. O entre – lugar é espacial e não obstante entre presente e passado, é uma indagação mais complexa, pois se trata da Geopolítica. O sujeito encontra-se em uma “fronteira”. O recorte balizador desse limiar cultural do sujeito é o novo.

O desconhecido para tratar de divisão de classes e de gêneros em relação ao “como” o sujeito se instala no movimento histórico que o conduz e isso é algo que traz ansiedade tanto aos pesquisadores quanto ao sujeito em suas condições de produção.

Nesse sentido estando o professor readaptado no entre – lugar o enunciado (119) “Depende pois tem alguns readaptados não fazem nada só vão cumprir horário” o uso do verbo “depende” traz a subordinação, estar sob o domínio, e os que não conseguem atender à demanda do sistema é o sujeito fragilizado, incapaz, estigmatizado, aquele que desistiu, “não fazem nada” não tendo o apoio que precisa dos colegas de trabalho, da gestão e dos órgãos públicos competentes, se veem isolados e não percebem a mudança que desejam para que sejam reconhecidos e respeitados.

(217) “muitos comentários como por exemplo: “vou ao psiquiatra” (REA, F)  
 (244) “Já ocorreu com alguns colegas porém não aconteceu comigo. Acredito que pessoas que tem essa atitude acreditam que o readaptado procurou alguma doença para se afastar da sala de aula” (REA, F)  
 (146) “Creio sim. Eu mesma já fiz, não pelo motivo de ser ou estar readaptada, mas porque o profissional não fazia nada, e, não queria fazer nada que era solicitado pra ele, além de faltar sem justificativa.” (REA, F)

No que concerne o discurso do enunciado (217), “vou” do verbo “ir” indica o deslocamento desse sujeito para buscar ajuda com o “psiquiatra” médico que trata de pacientes com problemas mentais e isso é visto com muito preconceito, pois quem vai ao psiquiatra é “louco”. Desse modo só procuram ajuda quando não aguentam mais, enquanto isso vão remediando até mesmo com automedicação.

Já o enunciado (244), “Já ocorreu com alguns colegas porém não aconteceu comigo” ocorreu vem do verbo “ocorrer” passa a ter existência real onde o sujeito identifica “o dito e o não dito que prove a formação imaginária” que de acordo com (GOMES, 2006, p. 624) “apresenta-se como base constituinte das condições de produção do discurso” diante disso o sujeito professor readaptado sente-se inibido em relação aos outros professores não readaptados, em seguida temos a conjunção “porém” que restringe o sentido de que o sujeito que enuncia nega que já passou por alguma situação constrangedora em forma de “brincadeira” feita pelos colegas de trabalho.

Em consentimento a isso o enunciado (146) “Creio sim. Eu mesma já fiz, não pelo motivo de ser ou estar readaptada, mas porque o profissional não fazia nada, e, não queria fazer nada que era solicitado pra ele, além de faltar sem justificativa.” Apresenta o sentido de que os sujeitos falam em nome do sistema pois, são condicionados “não queria fazer nada que era solicitado pra ele, além de faltar sem justificativa” não existe reconhecimento da profissão, nem procuram saber o que de fato está acontecendo com o professor readaptado o “fazia nada” verbo “fazer” que indica a ação e o substantivo masculino “nada” remete a não motivação desse professore readaptado.

Para o sujeito que convive com esse professor readaptado e todos os outros profissionais da escola é o auxiliar de serviços diversos como o enunciado (268) “Sim. São conhecidos como os “morcegos” (não fazem nada)” (AUX, F), “morcegos” quando comparados com esse animal, remete o sentido de que não trabalham e ganham o salário como outro professor que está em sala de aula e reforça o “não fazem nada” não reconhecem nem identificam o que esse professor readaptado faz na escola. Portanto, é necessário que haja por parte da gestão escolar dialogar com esse sujeito readaptado, apoiar e designar funções para o mesmo.

Já no enunciado (171) “Sim, em alguns casos dizendo “Eu também já estou querendo um lugar p/ me encostar” Embora não seja a maioria com esse tipo de comentário” (F8, p1, G, F, 10/2015) traz o sentido simbólico do discurso que trabalha a base da produção discursiva do sujeito, e como gestão afirma a existência de comentários a respeito do readaptado. Porém existe um “silenciamento” (ORLANDI, 2007, p. 27), por parte da escola, o problema acontece, mas ninguém toma providências.

O enunciado (195) “Sim alguns fazem. Normalmente os professores readaptados reclamam que os demais professores fazem comentários que diminuem a sua importância ou a relevância do seu trabalho na escola” (DIR, F), parte da diretora da escola onde afirma que “professores fazem comentários” e esses comentários sobre os readaptados, parte da imagem

que cada um constitui a respeito desse sujeito readaptado. Os sujeitos procuram na memória discursiva, “o que fala antes” (ORLANDI, 2002, p.31), que no sujeito permaneceu o significado para ele/nele que readaptação vem definida pela instituição a qual o sujeito é subordinado e também o interdiscurso que permeia a âmbito escolar a respeito do readaptado de “não valorização” desse sujeito.

Os enunciados (298) “Não tive esse tipo de relato” (MED, F.) e (62) “Nunca presenciei nada nesse sentido” (PROF, M) não é suficiente pensar o silenciamento é preciso compreender a linguagem, entender o silêncio para além de sua dimensão política, o sujeito que está na posição de médica psiquiatra afirma que “Nunca” presenciou “nada” no sentido de “brincadeira” existe o silêncio em utilizar o advérbio “nunca” sendo o discurso, por sua vez um discurso representado pelo sistema político. Também no enunciado (62) vindo de um professor não readaptado o advérbio “nunca” se faz presente e remete ao silenciamento por parte do sujeito que convive no ambiente escolar com professores readaptados.

Em meio a esse “silenciamento” Orlandi (2007, p. 29) “compreender (...) o silêncio para além de sua dimensão política” o número crescente de professores que ficam doentes nas escolas aumenta a cada ano. E precisam ser remanejados para exercer outras atividades. Em meio a essas vivências na escola surge o objeto de estudo desta pesquisa, como são construídos os efeitos de sentidos do sujeito professor readaptado.

Nessa perspectiva faz-se necessário mostrar o problema, discuti-lo dentro da academia na expectativa de entender como se constroem os sentidos do discurso do/sobre o sujeito professor readaptado, as novas identidades que surgem com a readaptação, na tentativa de elaboração de políticas públicas em instâncias legislativas e executivas que possam contribuir com a melhora na qualidade de vida do sujeito professor. Para Pêcheux (1988, p. 163), é “num dado momento (...) discurso se rompe” assim, nessa ruptura onde a língua é opaca e nas fissuras do discurso do sujeito que depreende para analisar o discurso, a posição e uma possível identidade constituída a partir da readaptação, tendo como fundamento que a relação linguagem, pensamento e mundo não são unívocos e que a produção do sentido encontra-se no entremeio da língua com a história.

Nesse sentido é a ideologia que enfatiza a readaptação, que justifica as “brincadeiras” com os professores readaptados em detrimento da relação de poder e observamos que a docência é feminina o quadro de professores o número de mulheres é bem maior, na escola onde realizamos a entrevista 80% dos professores são mulheres. Refletindo sobre a representação discursiva em relação à questão do gênero na readaptação o próximo subitem traz a relação de gênero com a docência.

### 3.15 Readaptação: a relação de “gênero” e o sujeito professor readaptado

(36) “Não, independe do gênero.” (PROF, M)

(15) “Qualquer profissional está sujeito em adoecer”. (PROF, M)

(97) “Não! Tanto homens quantos mulheres estão sujeitos às condições que podem causar um afastamento das funções.” (PROF, M)

Nos enunciados acima o questionamento foi “se a readaptação tem alguma relação com gênero?” os discursos e os sentidos se deslocam no contexto da realidade escolar e constituem outros discursos através da linguagem, considerando esta perspectiva como a mulher significa no seu papel socialmente, sabendo que nem o discurso e o sujeito são transparentes. Nos enunciados (36), o advérbio “não” expressar uma negação da readaptação com o gênero feminino, o enunciado (15) traz o pronome “qualquer” se refere a homem e mulher, o enunciado (97) “Não! Tanto homens quantos mulheres” a pontuação “!” enfatiza que a readaptação não tem relação com gênero.

Nesse sentido, o enunciado (269) “Não. Embora todos os professores readaptados aqui são mulheres” (AUX, F.), também nega, mas usa conjunção “embora” para definir que os professores readaptados são mulheres, afirmando que a docência é feminina o enunciado (147) “Não sei, mas à maioria são mulheres” (REA, F), também temos uma conjunção “mas” que em contraponto diz que a maioria é de mulheres.

Isso se dá com as mudanças de ordem social e o sistema econômico vigente no país a mulher vai para o mercado de trabalho como mão de obra “acessível” economicamente poder e submissão têm as classificações criadas pela sociedade que atribui valores, como por exemplo, a figura feminina que teve uma trajetória constatada e indeferida de esquecimento, a história das mulheres a partir de 1970, que começa a impulsionar-se na história, apoiada a um crescimento do feminismo, incorporando os discursos às contribuições da história social.

Nos enunciados analisados acima, os sentidos atribuídos, as formações imaginárias dos sujeitos, ainda mostram os conceitos formados, do “homem” em relação à “mulher” e viria daí as interpretações do senso comum da razão de que a docência é mais feminina por isso, tem um número maior de professores do sexo feminino.

No enunciado (172) da gestora escolar “Temos mais mulheres readaptadas, porém a maioria do quadro docente, também são mulheres, então não dá p/ dizer que tem relação com gênero” (DIR, F.), direciona que o maior número é de mulheres, e isso se confirma com o enunciado (218) de uma professora readaptada “Sim, as mulheres tem muito mais obrigações

(quando casada)” (REA, F) remete ao discurso de que a “obrigação” é do sujeito mulher e ressalta re-significando a noção ideológica desse sujeito a partir da consideração da linguagem.

Nesse sentido “quando casada” remete ao dever de cuidar do lar somente da mulher, isso é garantido através do papel da memória tratado, pois o sujeito é histórico e as marcas ideológicas que o atravessam estão presentes nos discursos. Quando olhamos para a sociedade vemos a mulher resistindo a preconceitos assim, o discurso estabelecido e sedimentado através do tempo e a readaptação surge para esse sujeito em meio ao real significado de estar readaptado mesmo que isso seja silenciado.

Temos os enunciados (244) de uma professora readaptada “Sim, as mulheres são mais propícias, principalmente os psicológicos, devido a carga maior de atividades em relação ao homem.” (REA, F), quando refere-se a “carga maior” são as atividades que na sociedade são atribuídas a mulher (cuidar da casa e todas atividades domesticas, mesmo trabalhando fora) no enunciado (299) da médica psiquiatra diz “Observo que existem mais mulheres readaptadas do que homem”. (MED, F) os discursos e os sentidos se deslocam e com isso constituem outros discursos através da linguagem, considerando esta perspectiva como a mulher significa no seu papel socialmente, sabendo que o discurso nem o sujeito são transparentes.

A prática social da mulher vai interferindo diretamente no outro onde os sentidos têm uma relação determinada do sujeito, “afetado pela língua com a história” (ORLANDI, 2002, p. 47) que foi a mudança no discurso familiar, que a mulher também chefia a casa, é uma trajetória que foi incitada pela sociedade contemporânea, na qual todos precisam lutar pela sobrevivência.

A prática discursiva de que a mulher para ser livre precisa colocar em práticas sociais a autonomia necessita impor-se; deveria fazer-se respeitar em forma de responsabilidade fora de casa, trabalhando para ter o respeito de seus pares dentro do lar, perante essa nova prática social, da busca da mulher pelo sustento da família, há dentro da família a ausência dos pais no cotidiano dos filhos.

Essa prática também transformou o trajeto do discurso da readaptação com relação a história, temos os filhos que uma parte do dia estudam e o restante do dia ficam aos cuidados de outras pessoas (babá, cursos, projetos) que não são seus pais ou responsáveis, muitas vezes isso gera uma desestabilização da rotina de convívio familiar, exigindo mais atenção dos pais para com seus filhos, não existindo esse cuidado temos novas demandas, como excesso de agressividade dos filhos que é um exemplo disso, excesso de culpa por parte dos pais que

deixam seus filhos em casa para trabalhar, assim uma nova trajetória da família e da escola que é um reflexo da sociedade.

Nesse sentido, os professores tentando exercer sua “autoridade em sala” tentando cumprir as ordens e normas da sociedade e do Estado (o uso do celular em sala é um dos problemas) entrando em conflito com os alunos com isso muitos professores ficam doentes surgindo diferentes acontecimentos discursivos, outros possíveis efeitos de sentido da palavra readaptação. No próximo subitem abordaremos os efeitos de sentidos sobre o professor que está doente e readaptado.

A palavra readaptação em seus efeitos de sentido perguntamos aos entrevistados se o professor readaptado é considerado doente? Essa representação discursiva traz os seguintes discursos:

(37) “acredito que não, pois ainda tem, seu valor na escola e pode ajudar no pedagógico.” (PROF, M)

(16) “Não. Mas, as pessoas olham com esses olhos”. (PROF, M)

A negação simbólica em relação a estar/ser doente traz o desconforto de não ser considerado útil conforme o enunciado (37) “ainda tem, seu valor” reforça a desvalorização de um professor doente. O surgimento da readaptação, a definição da CID consiste em afirmar que o professor apresenta um laudo que contém algum problema de saúde, o enunciado (16) “Não. Mas, as pessoas olham com esses olhos” a construção dos sentidos é amenizada. Nesse contexto no próximo subitem abordaremos os sentidos de ficar doente na readaptação.

### **3.16 Readaptação: sentido de “doente” sobre o sujeito-professor readaptado**

A readaptação existe e traz a memória discursiva onde produz o discurso, no contexto sócio-histórico e ideológico a respeito do sujeito professor readaptado. Assim, a partir do momento que reconhecemos aceitamos e aprendemos a lidar com respeito a readaptação, ela é desmistificada. Começando com o reconhecimento:

(64) “Creio que sim” (PROF, M)

(79) “Sim, pois não consegue desenvolver suas atribuições de “concurso”.” (PROF, F)

(121) “Sim.” (PROF, M)

(148) “Bom, esse professor tem um CID, tem algumas limitações que deve ser respeitada.” (REA, F)

(196) “Sim. O professor readaptado por motivo de doença a qual não possibilita exercer sua função de professor. Ao ser readaptado o professor

continua seu tratamento e realiza uma função que está dentro de seus limites e possibilidades” (DIR, F)

(219) “Se está readaptado é porque tem alguma doença, mas isso não quer dizer que ele está impossibilitado de trabalhar” (REA, F)

(282) “Sim, Ao ser readaptado sempre e motivo de doença” (AUX, F)

Os enunciados (64), (79), (221), (148), (196), (219) e (282) afirmam que o sujeito professor readaptado é considerado um professor doente “Se está readaptado é porque tem alguma doença” o eixo principal de que a readaptação é definida numa relação de trabalho/convivência parte do princípio de que o sujeito produz e pratica suas condições de trabalho no cotidiano e sempre em relação a alguém. O sujeito se inscreve nos papéis sociais para exercer as suas atividades diárias.

(64) “Creio que sim” (PROF, M)

(79) “Sim, pois não consegue desenvolver suas atribuições de “concurso”.” (PROF, F)

(121) “Sim.” (PROF, M)

(148) “Bom, esse professor tem um CID, tem algumas limitações que deve ser respeitada.” (REA, F)

(300) “Depende do grau de comprometimento da doença que ele foi acometido” (MED, F)

(122) “Alguns sim.” (PROF, M)

(123) “outros não.” (PROF, M)

(173) “Nem sempre no meu ponto de vista, porém pela secretaria acredito que sim maioria” (DIR, F)

No enunciado (122) “Alguns sim” discursa a respeito da posição desse sujeito se ele aparentemente/visivelmente doente, e o entrevistado continua (123) “outros não” o uso de um determinante leva o não reconhecimento do outro como também (173) “Nem sempre no meu ponto de vista” a posição do sujeito representa o seu discurso. Já nos enunciados (64), (79), (121), (148) e (300) tem-se o enunciado da posição-sujeito readaptado que invoca o discurso da delimitação pela doença do sentido social amparado por lei. A lei municipal Complementar Nº 190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011. Seção VII, da Readaptação Art. 26. Readaptação é o afastamento do servidor, de forma provisória ou definitiva, de suas funções para executar tarefas mais compatíveis com sua capacidade física e mental, com base em parecer da Perícia Médica do Município. A readaptação se alia ao amparo enquanto mecanismo ideológico, pois, amparar faz parte da construção discursiva do referente, amparar consiste em redirecionar o sentido da lei que ampara esse sujeito readaptado.

Nessa, perspectiva a lei ampara mas, não dá o suporte necessário na escola onde esse professor tem que se encontrar e readaptar-se e isso significa acionar outra região do

interdiscurso que recobre ou se recobre no processo de readaptação. Sendo em muitos casos a readaptação um mecanismo de produção de silêncio, readaptar é trabalhar o silêncio em outra instância e buscar a identidade dentro da readaptação. É, ainda, situar-se na fronteira em que o dito, o dizível e o silenciado constituem um discurso sobre a readaptação o sujeito professor readaptado que convive com seu problema de saúde, no movimento da interpretação e na produção de evidências.

Nesse contexto o discurso da representação discursiva sobre as leis que amparam o professor readaptado é constituído pelo discurso de direito, que segundo Orlandi (2002, p. 51), é uma relação de dependência conservada através dos direitos e dos deveres do sujeito que foi imposta pelo capitalismo em detrimento da lei que valia até a idade média, a lei de Deus.

(38) “Sim, mas ele deve lutar por esse espaço. (PROF, M)

(80) “Acho que sim, porque tem muita opção de trabalho numa escola.” (PROF, F)

(124) “Se ele não tiver saúde suficiente para ficar em sala, tem que ter outro local de trabalho dentro da escola para exercer a função administrativo ou pedagógico.” (PROF, M)

(174) “Na escola onde trabalho acredito que sim, mas infelizmente existe professor readaptado que não quer fazer nada” (DIR, F)

(220) “Na minha opinião toda lei é bonita somente no papel” (REA, F)

(17) “Não. Geralmente esse professor tapa os buracos existentes pela falta de funcionários”. (PROF, M)

(246) “Não, somos designadas para uma função que tem vaga na escola” (REA, F)

(301) “Nem sempre. Às vezes o professor fica sem espaço físico e até mesmo não tem atividades para aplicar” (MED, F)

O dispositivo normativo da readaptação se constitui como formulação possível, atravessado pelo discurso jurídico, para tanto, os enunciados (38) e (80) “ele deve lutar por esse espaço” o discurso sobre o outro, reconhece a identidade do professor readaptado. No Enunciado (124) “dentro da escola” de acordo com a lei o professor readaptado tem que atuar somente dentro da escola mas, existem outras secretarias “administrativo” onde poderiam atuar. Já o enunciado (174) “infelizmente existe professor readaptado que não quer fazer nada” o discurso da gestão escolar adentra o eixo principal de produtividade numa relação de trabalho a posição-diretora está numa condição de produção do discurso (ambiente escolar) e esse fator requer dela um posicionamento sobre a lei e a readaptação.

Já para o professor readaptado (220) “Na minha opinião toda lei é bonita somente no papel” que sente o desamparo no cotidiano escolar “somente” o uso do advérbio traz o sentido

de não cumprimento dando ênfase no discurso utilizado pelo sujeito trazido através da memória discursiva, pois o sujeito é impelido a falar pela língua, pela sua vivência no mundo e pela memória. Seguindo os próximos enunciados (17), (246) e (301) “tapa os buracos” o discurso da perda de identidade desse professor não tendo sentido no que faz produzindo o efeito de sentido de não lugar isso, se explicita no enunciado (246) “função que tem vaga na escola” em outras palavras, o princípio legal da identidade desse sujeito não faz presente porém, o professor readaptado precisa se impor e ver o que tem mais facilidade em desenvolver.

Em contraponto o enunciado (301) diz que “professor fica sem espaço físico (...) não tem atividades para aplicar” em muitos casos a gestão da escola de acordo com a médica entrevistada não acolhe esse readaptado pois, o mesmo é visto com um fardo. Os sujeitos readaptados são subjugados pelo outro. E nesse contexto, a “autoridade e autonomia” exercida pelo professor pode influenciar em uma readaptação? O próximo subitem aborda essa questão.

### **3.17 Readaptação: sentidos de “autoridade/autonomia” exercida pelo professor**

Os julgamentos sobre o professor readaptado ou não, são muitos como ter “autoridade/autonomia” da turma e o questionamento feito aos entrevistados foi a esse respeito, se a falta de autoridade e autonomia do professor influencia na readaptação. E os enunciados foram:

(197) “Acredito que contribua; haja vista os elevados índices de atestados médicos e readaptações por motivo de stress ou outros problemas psíquicos” (DIR, F)

(283) “Sim, porque a falta de autonomia pode causar muita frustração ao professor causando problemas psicológico” (AUX, F)

(302) “Sim. Vem aumentando o número de readaptações devido esses conflitos” (MED, F)

(125) “Sim, pois tem alguns professores que não tem domínio de sala.” (PROF, M)

(18) “Sim. O professor se frustra, se sente impotente em algumas situações”. (PROF, M)

(65) “A falta de e real paixão pela profissão creio que possa contribuir para o desenvolvimento de uma depressão” (PROF, M)

Nos enunciados (197), (238), (302), (125), (18) e (65) ao utilizarem o fator problemático da circunstância em que se enuncia sobre autoridade/autonomia, já que está discursivizando em condições de produção escolar, essa questão para a Análise do Discurso,

volta-se na atual conjuntura, para o sujeito: ao ser professor/ estar sujeito a adoecer/ e viver no sistema econômico vigente. Isso implica pensar na configuração da escola e a readaptação.

O fato de que o sujeito está numa posição-sujeito de professor recém formado está começando sua carreira “A falta de real paixão pela profissão” relaciona a falta de “paixão” com “contribuir para o desenvolvimento de uma depressão” discurso sobre autoridade na escola pelo princípio de que ele falta apreço por parte do sujeito ao que faz, “pois tem alguns professores que não tem domínio de sala” o sujeito aponta para o discurso político institucionalizado.

Discursivizar sobre o embate de professor e aluno principalmente em relação ao uso de aparelho tecnológico em sala “Vem aumentando o número de readaptações devido esses conflitos” reflete sobre a autoridade escolar é colocar em observação o seu trabalho enquanto autoridade na escola.

No enunciado (175) “Eu não diria autoridade ou autonomia, eu diria a falta de liderança, de domínio da turma, dele falta de conhecimento isso sim influencia na readaptação de muitos” (DIR, F) de acordo com Benveniste (2006, p.68), o pronome pessoal é a representação do homem de “eu” em oposição a “tu” e “ele”. Na constituição de todas as línguas não existe categoria de discurso mais importante que essa propriedade do pronome pessoal que introduz o sujeito no discurso.

O uso do substantivo “liderança” dá o sentido de autoridade derivado da individualidade excepcional assim, o discurso marca na história o sujeito pela sua experiência de saber individualizar, ponderar que a autoridade se articula com outros sentidos. Na formação discursiva que a posição-sujeito se inscreve “falta de conhecimento” é marcada pelo saber; o dever dizer em relação ao tempo histórico que o sujeito vivenciou e que foi trazido da memória discursiva desse sujeito sobre o sentido simbólico e político da palavra liderança. Pode-se observar a relação de sentidos (ORLANDI, 2002, p.39). O discurso do sujeito é “polissêmico” ao discurso da opressão. Nos enunciados a seguir trazem a negativa em relação a representação da falta de autoridade/autonomia na influência da readaptação:

(221) “Não. O que mais influência é o sistema de ensino falido, que nos cansa de tento nadar contra a maré” (REA F)

(236) “Não vejo desta maneira, é mesmo questão de saúde e também social” (REA, F)

(247) “Não, é gestão de saúde e sobrecarga de atividades. Independente se é professor, médico, auxiliar de serviços, etc” (REA, F)

(270) “Não. Mas é caso de saúde física e psicológica” (AUX, F)

(39) “Não, existem outros fatores que considero mais relevante para isso.” (PROF, M)

- (99) “Acredito que não. Na minha opinião, mesmo aquele que tem autoridade/autonomia está esposto e pode vir a “surtar”.” (PROF, M)  
 (149) “Não sei se é de muitos professores, mas influência aquele professor que já tem uma pré-disposição.” (REA, F)

No enunciado (221) o discurso é de uma professora readaptada “O que mais influência é o sistema de ensino falido” a posição-sujeito professor readaptado produz efeitos de sentido em seu discurso de que é preciso rever o seu “sistema” e seus objetivos políticos (ORLANDI, 2002, p. 41), do que se espera da imagem do professor com autoridade/autonomia.

Também nos enunciados (236) “questão de saúde e também social” traz para o âmbito do poder público rever o sistema educacional, (247) “sobrecarga de atividades” (270) “caso de saúde física e psicológica” (39) “outros fatores” (149) “influência aquele professor que já tem uma pré-disposição” (99) “mesmo aquele que tem autoridade/autonomia está esposto e pode vir a “surtar”. Para as posições-sujeito que estão em papéis sociais diferentes, a sentido transita em discursos que estão em constante instabilidade, “todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 2002).

Tudo isso vai contribuir para a condições em que o discurso é produzido e portanto para seu processo de significação, onde a autoridade e autonomia vem do sistema educacional e recai sobre a escola e os sujeitos que pertencem a ela no caso o pivô dessa máquina o professor e nessa perspectiva o próximo subitem aborda como o professor lida com o profissional da saúde e a auto medicação.

### **3.18 Readaptação: representação discursiva sobre “profissional da saúde” e o professor readaptado**

E sendo um dos pontos principais da construção educacional o professor fazendo parte de um sistema que cobra e exige metas a serem cumpridas muitas vezes se vê doente. O questionamento feito aos entrevistados foi: assim que percebe que está com algum problema (stress, ansiedade entre outros), o professor logo procura ajuda, ou é difícil afirmar que precisa de um profissional da saúde?

O enunciado (150) “Hoje é mais fácil perceber esses problemas e o professor pede ajuda.” (REA, F) por mais que o discurso concorde que o professor procura ajuda, ele precisa passar pelo médico (305) “passando pela avaliação médica consegue-se chegar à conclusão com mais precisão” (MED, F) e isso de uma certa forma gera constrangimento para grande maioria. Os discursos a seguir trazem em seu bojo a repressão, o medo, a angustia entre outros sentimentos negativos.

(40) “Muitos professores adiam ao máximo procurar um especialista, pois a engrenagem da educação, não pode parar, e o professor como operário dessa máquina, deve ser incansável, e quando procura já esta em um nível alto de déficit de saúde.” (PROF, M)

(271) “A maioria procura um médico, e começa com as licenças” (AUX, F)

A questão do *status* estando doente e precisando de ajuda, não procura um médico com receio do que o outro vai pensar (271) “começa com as licenças” e começa a ser visto como doente (40) “adiam ao máximo procurar um especialista, pois a engrenagem da educação, não pode parar, e o professor como operário dessa máquina, deve ser incansável, e quando procura já está em um nível alto de déficit de saúde” analisa as pontuações presentes nesse discurso logo leva o sujeito a refletir sobre o seu discurso.

Entende-se que a pontuação, é processo de retomada de frases entre outros, são gestos que produzem efeitos de sentido que não são deixados porventura pelo sujeito. Nesse sentido, para Pêcheux (1988, p. 160), os “sentidos” das palavras nos enunciados são construídos pela posição social de onde cada sujeito enuncia. Esses sentidos são organizados pelas formações ideológicas e que é por meio do sujeito e no sujeito que a “realidade” da ideologia que se apresenta.

Em consenso, Orlandi (2002, p. 30) pontua que sujeito e a conjuntura de produção de “sentidos” estão nas condições de produção, que a enunciação “abrange” outros períodos de discurso, de forma que os sentidos são produzidos na relação com o exterior ao sujeito, com o social e que por isso “utilizamos” expressões que já foram ditas em outras circunstâncias e “esperamos” que o discurso é “nosso efeito de sentido”. Para Orlandi (2002, p.31), o “interdiscurso carrega sentidos de fatos que estão marcados na história”.

(19) “As vezes o professor não aceita que está doente e por isso, demora procurar um médico”. (PROF, M)

(222) “É difícil aceitar que tem algum problema, por isso sempre há demora em procurar um profissional de saúde” (REA, F)

Nos enunciados (19) “não aceita que está doente” e (222) “É difícil aceitar” cada discurso proferido é atravessado pela historicidade de cada sujeito.

Dessa maneira, nas formações discursivas, que é todo discurso plantado em uma formação discursiva, não tem discurso puro, há uma ramificação de discursos construídos a partir do que foi dito antes, sempre atravessadas pelo interdiscurso, que se “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p.160), “a luta das classes sociais” (PÊCHEUX, 1988, p. 160) é desvelada pela forma em que o papel social do sujeito é apresentado. Em

outras palavras, a luta das classes sociais colabora diretamente para que as palavras alterem de sentido dependendo da posição ideológica das quais são proferidas, são atribuídos sentidos às palavras ou expressões que são proferidas “igualmente” em relação com a ideologia do sujeito que emprega as palavras.

- (257) “Não. Até descobrirem passaram por vários tratamentos” (FAR, F)  
 (256) “Não procura. Somente quando estão no limite máximo é que recorrem à um tratamento” (FAR, F)  
 (284) “Não, porque muitos tem dificuldade de aceitar que estão doente” (AUX, F)  
 (303) “A maioria demora para procurar ajuda e já suportaram uma carga bastante elevada de estresse” (MED, F)

O espaço simbólico ao qual o sujeito professor está inserido cobra através de um sistema que faz acreditar que o sujeito consegue transformar o mundo e quando isso não acontece iniciam-se as frustrações levando esse profissional adoecer seguem alguns fragmentos dos discursos dos respondentes (257) “Até descobrirem passaram por vários tratamentos” (256) “Não procura. Somente quando estão no limite máximo é que recorrem à um tratamento” (284) “dificuldade de aceitar que estão doente” (303) “A maioria demora para procurar ajuda” para o sujeito professor ainda é um problema buscar ajuda médica por vários fatores um dele é o preconceito onde o acontecimento discursivo é o movimento da paráfrase e da polissemia que está ligado no movimento histórico da língua que possibilitam “novos sentidos” para o sujeito.

“Construir” os discursos que resultam sempre em sentidos diversos marcados por sujeitos levados a discursivizar na prática cotidiana que muitos professores que procuram um médico como o psiquiatra por exemplo é considerado como “doido” então, para evitar esse tipo de constrangimento e não entrar nesse embate preferem não ir ao médico até que muitas vezes a situação se complica.

Quando o professor é readaptado ele tem CID - Classificação Internacional de Doenças e o questionamento para os entrevistados foi: existe uma necessidade de afirmar que se está readaptado para evitar comentários constrangedores? A posição do sujeito que convive no espaço escolar em relação a readaptação e a prática social segue os seguintes enunciados:

- (177) “Este tipo de comentário já ouvi “está readaptada p/ trabalhar, mas p/ fazer o mestrado não” (DIR, F)  
 (249) “Apenas como procedimento burocrático de passar pela perícia médica de cada órgão” (REA, F)  
 (41) “Jamais, pois nenhum outro professor deve se meter em julgamentos de outras áreas.” (PROF, M)

No enunciado (177) “está readaptada p/ trabalhar, mas p/ fazer o mestrado não” o laudo é considerado um verdadeiro “tabu” ninguém comenta (41) “Jamais, pois nenhum outro professor deve se meter em pre-julgamentos de outras áreas” o uso da pontuação demarca a posição do outro e fala sobre si (249) “Apenas como procedimento burocrático de passar pela perícia médica de cada órgão” quando refere a “perícia” é um médico especialista que examina e emite o laudo, no problema de saúde.

- (20) “~~Para~~O professor readaptado sente a necessidade de reafirmar que está doente. Então, fala sempre da doença, dos remédios”. (PROF, M)
- (272) “oculto” (AUX, F)
- (126) “Não a dependendo do caráter de cada professor.” (PROF, M)

O qual vai ser examinado fica constrangido mas, se não vai pode acarretar sofrimento para as pessoas que convivem (20) “~~Para~~O professor readaptado sente a necessidade de reafirmar que está doente. Então, fala sempre da doença, dos remédios” titubear leva ao erro e nesse discurso o sujeito se identifica e afirma a necessidade do readaptado em “reafirmar” isso (126) “Não a dependente do caráter de cada professor” a intimidação em relação ao outro apresenta a prática social do sujeito (272) “oculto” a forma de receio pois, o professor readaptado é coagido e constrangido por sua situação de doente.

- (83) “Complicado de falar, mas existe uma contradição dentre os colegas de trabalho que comentam sobre os “readaptado”.” (PROF. F)
- (101) “De fato percebo que muitos colegas se sentem mal e comentam ou espontaneamente ou são arguidos sobre as causas das suas condições na escola.” (PROF. M)
- (151) “Não. Eu não preciso disso no ambiente de trabalho. Isso acontece na perícia médica.” (REA, F)
- (223) “Sim, por este motivo o profissional tem que se impor é o que eu faço” (REA. F)
- (238) “É bastante difícil agente sempre ouve falar não está bem, está louca. Causa sim um constrangimento e as vezes incomoda agente” (REA. F)
- (249) “Apenas como procedimento burocrático de passar pela perícia médica de cada órgão” (REA. F)
- (304) “Sim. A capacidade do professor readaptado fica muito exposta e alvo de comentários” (MED, F)
- (306) “Sim. O perito é um profissional capacitado para avaliar a capacidade laborativa daquele paciente de acordo com a patologia apresentada” (MED. F)

Na perspectiva da materialidade histórica, os enunciados (83), (101), (151), (223), (238), (249), (304) e (306) sobre o sujeito readaptado que permanece no estado de dependência do sistema capitalista refletindo sobre a realidade que se torna possível

compreender o papel social que o professor desempenha na escola é objeto de controle social, tem uma função de “aparelho ideológico de estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 25), e o sujeito reproduz, sem perceber, a ideia de não pertencimento ao seu trabalho.

No caso da readaptação “ouve falar não está bem, está louca” “readaptado fica muito exposta e alvo de comentários” o readaptado é alvo de comentários constrangedores pelo não pertencimento ao ambiente escolar, na perícia a exposição e o incomodo também são difíceis de lidar “procedimento burocrático de passar pela perícia médica de cada órgão” a problematização em relação a discussão a respeito do que seja a readaptação no espaço social relacionado ao adoecimento desse sujeito professor.

### **3.19 Readaptação: representação discursiva sobre a “quantidade” de professores readaptados na escola**

O fato discursivo, inserido na Representação discursiva sobre a quantidade de professores readaptados na escola e o que fazer para minimizar isso foi questionado aos respondentes.

(42) “Acima de 6. Dar melhores condições de trabalho, estrutura da escola, material pedagógico, quebrar amarras tradicionais, valorizar o profissional e respeito a profissão. (PROF, M)

(21) “No total 13 (escola 1 = 11 professores, escola 2= 2 professores”. (PROF, M)

(22) “Poderia diminuir a quantidade de alunos por sala; melhorar a estrutura física e diminuir os trabalhos burocráticos”. (PROF, M)

(66) “Não possuo esta informação” (PROF, M)

(84) “(...) Diminuir quantidade de relatórios sobre o mesmo assunto, aplicar mais punições aos alunos” (PROF, F)

Os enunciados (42) “melhores condições de trabalho (...)quebrar amarras tradicionais”, (21) “No total 13”, (22) “diminuir a quantidade de alunos por sala” e (84) “Diminuir quantidade de relatórios” expressam as condições de trabalho a serem mudadas

Vele ressaltar novamente, que o discurso da posição-sujeito professor entra em contradição com o discurso do Estado, uma vez que o Estado assegura condições de trabalho “adequadas” ao professor por meio das leis, novos efeitos de sentido são criados, pois não fica claro o que são condições de trabalho “adequadas”. As práticas discursivas que são consideradas práticas de condições de trabalho adequadas, visto que é o que está acontecendo na prática discursiva da escola atual, “todo discurso marca a probabilidade de uma desestruturação-reestruturação” (PÊCHEUX, 2002, p. 56), e isso possibilita a reflexão sobre qual é a geração de sujeitos que surgem dos discursos que circulam.

Já o enunciado (66) “Não possuo esta informação” traz o desconhecimento do outro onde convive no ambiente escolar mas, é indiferente aos professores readaptados. Em contraponto os enunciados a seguir reflete a presença desse professor readaptado.

- (127) “São 10.” (MED, F)
- (129) “melhores condições de trabalho.” (PROF, M)
- (178) “Atualmente 12, difícil de responder o que fazer p/ diminuir, pois na maioria existem problemas anteriores aos escolares” (DIR, F)
- (201) “Atualmente há 11 professores readaptados este ano. Melhorar as condições de trabalho dos professores, minimizaria os problemas de saúde relacionados a profissão” (DIR, F)
- (258) “Uns 6” (FAR, F)

O discurso (178) “problemas anteriores aos escolares” a posição-sujeito discursiviza que a falta de estrutura familiar provoca a desestabilização do professor. A família representa na sociedade uma estrutura desestabilizada que assim como a escola sofre os efeitos de sentido da (re) configuração de readaptação. Os números de readaptados (127) “São 10”, (178) “Atualmente 12”, (258) “Uns 6”, (201) “Atualmente há 11” apresentam a probabilidade de incerteza “uns” de aumento “atualmente” em relação ao número de professores readaptados e isso está relacionado a (129) “melhores condições de trabalho”.

Os problemas encontrados nos professores readaptados foram elencados pela gestão escolar (179) “A- coluna, B – Alergia, C – Ansiedade, D – Ansiedade, E - Psiquiátrico, F – Psiquiátrico, G – Psiquiátrico, H – pânico, I – Pânico, J – Alergia, ortopedia, L - Fono ” (F8, p5, G, F, 10/2015) a qualidade de vida do professor influência em sua saúde, uma vez que não tendo uma boa alimentação, tempo para descansar, praticar esportes devido ao modo que vive trabalhando em três ou mais escola de dois a três turnos leva esse sujeito a adoecer.

O enunciado (224) “Na minha opinião é impossível diminuir esse número pois teria que mudar todo o sistema” (REA, F) mediante o exposto o sujeito professor readaptado se depara com as condições de trabalho que são nomeadas pelo próprio sistema e que cabe a ele desempenhar o papel social enfraquecido pela própria necessidade do sistema capitalista.

### **3.20 Readaptação: representação discursiva de “minimizar” o número de professores readaptados**

A seguir, transcrevemos os enunciados a respeito de como minimizar o número de readaptados:

- (239) “Segurança nas escolas, salas com menos alunos. Alunos com transtornos emocionais. Família ser mais participativa na escola etc” (REA, F)  
 (250) “Não é possível minimizar” (REA, F)  
 (259) “Ter um profissional na área da saúde para orientá-los” (FAR, F)  
 (307) “É algo muito subjetivo porém que seria efetivo – mais respeito entre as pessoas” (MED, F)

O número de readaptado é grande e os que já estão readaptados participam de projetos porém, a insegurança e a descrença na educação é visível (250) “Não é possível minimizar” em contrapartida (259) “Ter um profissional na área da saúde para orientá-los”, (307) “mais respeito entre as pessoas” com orientação e suporte por parte de órgãos superiores seria efeito.

Observamos os efeitos social e político do sistema econômico vigente que aponta para os principais acontecimentos políticos e históricos que influenciam na readaptação e (re) direciona o saber/poder discursivo do professor em relação ao espaço social da escola e por consequência na sociedade, pois os discursos atravessam as instituições.

E essas instituições são a representação discursiva do Estado que está distante das práticas sociais da escola em relação ao aumento do número de professores readaptados, questionamos os entrevistados quanto a influência do sistema atual vigente para a readaptação. Os discursos foram:

- (43) “Com certeza, pois ainda a estrutura é precária, as diretrizes amarradas ao tradicionalismo, e marginalização do profissional da educação.” (PROF, M)  
 (23) “Sim. O sistema educacional atual tirou a autoridade dos professores”. (PROF, M)

De acordo com os enunciados (43) e (23), refletem e afirmam que o sistema atual vigente contribui (43) “diretrizes amarradas ao tradicionalismo”, (23) “tirou a autoridade dos professores” pelo efeito discursivo, na expectativa da posição sujeito professor, a autoridade do professor só representa força discursiva se o professor mantiver a sua função de “agente repressor” (ALTHUSSER, 1985), nas condições de produção “ambiente”, que dentro da escola.

- (85) “Sim, porque o professor está sendo desvalorizado demais.” (PROF, F)  
 (180) “Sim. O professor muitas vezes por acreditar que o que recebe não é suficiente, acabam pegando uma quantidade muito grande de aulas nº elevado de aluno por sala” (DIR, F)  
 (202) “De certa forma, sim. Se pensarmos que as salas de aula estão super lotadas sendo que há muitas obras paradas impedindo a melhor distribuição dos alunos. Também por causa da baixa remuneração muitos professores têm suas cargas horárias semanais muito extensas” (DIR, F)

No enunciado (85) “desvalorizado demais” e (180) “O professor muitas vezes por acreditar que o que recebe não é suficiente” discurso da gestão escolar representando o discurso do sistema em que está inserida, se o professor “pega” muitas aulas é um sujeito submisso ao sistema e reproduz o mesmo em contraponto outra gestora escolar diz (202) “por causa da baixa remuneração muitos professores têm suas cargas horárias semanais muito extensas” a falta de valorização reflete na saúde do sujeito professor.

(225) “Sim. Por falta de investimento concreto na educação e na sociedade” (REA, F)

(240) “Sim em alguns aspectos tem influência, questão de segurança salas super lotadas, estatuto da criança e adolescente que alunos não respeitam professores” (REA, F)

(251) “Se for problemas psicológico, claro que sim. O sistema educacional é arcaico, prioriza o discente, seus direitos e não tem deveres. A solução de todos os problemas está para professores resolver” (REA, F)

(308) “Sim. Tudo envolve o professor, desde os problemas próprios, familiares até as cobranças, metas da escola; o comportamento dos alunos em sala de aula” (MED, F)

O fato discursivo, inserido nesse acontecimento chama a atenção para como é o funcionamento do sistema atual, e continuam com os fragmentos dos entrevistados a respeito dos conflitos (225) “falta de investimento concreto na educação e na sociedade” (240) “questão de segurança salas super lotadas, estatuto da criança e adolescente que alunos não respeitam professores”, (251) “educacional é arcaico, prioriza o discente, seus direitos e não tem deveres” e (308) “o comportamento dos alunos em sala de aula” os alunos por sua vez infringem as leis e “desobedecem” refletindo a prática discursiva de condutas sociais de falta de consciência do jovem, no entendimento da sociedade, em que faz parte provocam em pais e educadores conflitos sociais e doenças psicológicas.

Os pais e os educadores se sentem culpados e vitimados pela violência discursiva do jovem, ou pelos efeitos que o poder discursivo dos jovens ganhou com as leis de proteção e a falta de estrutura social. A carência de estrutura social em cuidar para que o jovem se desenvolva social e psicologicamente faz com que ele sofra marginalização, porque a sociedade elabora leis de proteção ao jovem, contudo não o inclui socialmente e sim, o exclui pelo sistema educacional existente.

O sentido de conflito, presente em um forte imaginário social, sustenta os sentidos atribuídos à posição sujeito professor readaptado. A questão colocada aos entrevistados fora: a readaptação supre a necessidade (de atuar na escola), ou somente gera mais frustrações?

Nesse sentido, podemos observar o discurso de sujeitos professores que compartilham atualmente a ideia que a profissão de professor é um “bico” para complementar a renda. Alguns anúncios publicitários, em particular de faculdades privadas, promovem a ideia de que o curso de licenciatura “serve” para complementar a renda mensal, criando o efeito de sentido de que permite quitar as contas, sugerindo, desse modo, o lugar que a educação ocupa em nosso país.

### **3.21 Readaptação: sentido de “atuar na escola” ou “gerar mais frustrações” ao professor readaptado**

E os discursos foram:

(44) “Gera mais frustrações, pois o profissional não designa sua função de professor e muitas vezes desenvolvem trabalhos de outras áreas.” (PROF, M)

(45) “O profissional readaptado não deixou de ser professor, ele deve contribuir para o desenvolvimento pedagógico da escola, pois tem uma visão fora da sala de aula, ampliando sua e sabe as angustias dos professores.” (PROF, M)

(24) “As vezes desempenhar funções que não agrada gosta, se sente frustrado e isso faz com que, as vezes, fique doente novamente”. (PROF, M)

(67) “Creio que os processos precisam ser avaliados caso a caso tendo como prioridade a saúde do profissional que será readaptado” (PROF, M)

Ao analisar (44), “Gera mais frustrações”, os efeitos de sentido do enunciado sobre o discurso da readaptação do professor direcionam para a capacidade do sujeito se (re) adaptar, de provar o diferente, diante da necessidade criar saídas para conviver no ambiente escolar, (45) “tem uma visão fora da sala de aula”, o poder discursivo do professor readaptado pode ser efetivado a partir do momento em que ele se torna “acessível” por parte do professor, em situações em que participa da comunidade escolar para auxiliar e ajudar no desenvolvimento da aprendizagem. Já o enunciado (24) “desempenhar funções que não agrada”, faz sentido ao diálogo que deve existir entre gestor e professor, (67) “os processos precisam ser avaliados caso a caso” levando em conta que cada sujeito é único e tem suas particularidade pois, é histórico.

(104) “É bastante complexo analisar de modo generalizado a condição de readaptação. Vejo casos em que os readaptados parecem de fato “viver” a comunidade escolar, e há casos em que não.” (PROF, M)

Em contrapartida o enunciado (104) “os readaptados parecem de fato “viver” a comunidade escolar”, o discurso muda conforme o contexto do sujeito o “viver” remete a superficialidade o visível do professor readaptado não levando em consideração o problemas pelos quais passam e as dificuldades que enfrentam na escola.

(153) “Depende de cada caso. Essa frustração aconteceu comigo, mas foi trabalhado com psicoterapia e essa fase já passou, não vejo mais as coisas desse modo.” (REA, F)

(154) “Ser readaptado é um outro estágio da minha vida. Estou bem assim, estou feliz e assim qualidade de vida”. (REA, F)

(309) “Na psiquiatria não. O paciente mantém o tratamento, em sua maioria, e o quadro clínico pode apresentar variações e às vezes o paciente não está bem até mesmo para trabalhar como readaptado” (MED, F)

Nesse contexto, o enunciado (153) “foi trabalhado com psicoterapia e essa fase já passou” é o discurso de uma professora readaptada que passou por muitos problemas e para conseguir “viver” na comunidade escolar precisou e precisa de ajuda, os professores readaptados vão superando seus problemas de saúde como o enunciado (154) “Ser readaptado é um outro estágio da minha vida” enfrentou questões de convivência social sendo que precisou se readaptar para ter “qualidade de vida”, em meio a esse discurso a “qualidade de vida” é que tem “tempo” sem levar em conta os medicamentos que tomam e os tratamentos que fazem pois, tem suas recaídas, o enunciado (309) “Na psiquiatria não. O paciente mantém o tratamento, em sua maioria, e o quadro clínico pode apresentar variações e às vezes o paciente não está bem até mesmo para trabalhar como readaptado” o professor readaptado “mantém o tratamento” mesmo voltando para a escola ele tem um CID e no sistema econômico vigente que influencia na educação.

(181) “Vai depender da reação do próprio sujeito, de como ele se vê, como alguém capaz de outros trabalhos ou alguém doente, assim como também a maneira como ele é visto” (DIR, F)

(182) “Precisa trabalhar a auto-estima do professor readaptado” (DIR, F)

(224) “Falando por mim, sim. Temos que nos esforçar tentando adequar as novas situações” (REA, F)

(241) “ele se sente útil” (REA, F)

(233) “Ele deve ser valorizado e precisa e precisa de espaço para que este professor” (REA, F)

(252) “Depende de cada indivíduo, cada profissional deve se adaptar na nova função para que tenha uma qualidade de vida melhor” (REA, F)

No enunciado (181) “Vai depender da reação do próprio sujeito”, observamos que a responsabilidade é inteiramente do professor readaptado, que está com (182) “Precisa

trabalhar a auto-estima” problemas não sendo compreendido na comunidade escolar o enunciado (224) “Temos que nos esforçar tentando adequar as novas situações”, é um discurso de um sujeito readaptado (241) “ele se sente útil”, (233) “Ele deve ser valorizado” os efeitos de sentido de valorização nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas são variados e podem ser revistos com a conscientização da comunidade por influência das formações ideológicas de seu grupo social no processo histórico.

Nesse sentido, o discurso de readaptação do professor é (re)significado devido às condições históricas em que foi se construindo ao longo do tempo. O discurso de readaptação do professor passa pela definição de readaptar constituída de que todo sujeito emana a lei da sobrevivência, em se adaptar, porém ao observar a readaptação instituída que foi conferida ao professor, observa-se que ela vem com prazo e não se efetiva, porque seu discurso é desprovido de prática social.

A prática social da readaptação do professor passa por duas fases, a primeira é constituída por esse professor e a segunda é instituída sobre esse sujeito, necessitando ser reconhecida pelo outro. Na sociedade atual, em que os discursos ficam apenas na enunciação, a readaptação não se efetivará de fato. É preciso se repensar o fundamento da docência e da educação para transformar a atual sociedade, assim, o discurso de readaptação do/sobre o professor passará de “tensão” de efeitos de sentidos negativos para um discurso de prática e igualdade social.

Os enunciados foram, assim, classificados por compreendermos que o acontecimento discursivo de readaptação possui sentidos e valores simbólicos para o sujeito respondente. Ou seja, o sujeito discursando de uma determinada posição atribui um sentido ou outro às palavras, conforme o efeito que a interpelação em que é submetido pela ideologia (PÊUCHEX, 1988, p. 153) o impele a discursar, produzir efeitos de sentido sobre as práticas discursivas de readaptação que são formuladas nas condições de produção na/da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa lançou-se ao desafio de analisar os sentidos de readaptação no ambiente escolar. Foi possível concluir, após as análises das respostas do questionário, que os sentidos na discursividade do/sobre o sujeito-professor readaptado, na ocupação de novos espaços e na reconfiguração de sua identidade, pode parecer uma questão que circula com os sentidos de “comum” e “normal” que a sociedade estabelece como regras sociais para sujeitos que, no entanto, estão adoecidos. Na instituição escolar, prevalecem os sentidos de manter a “ordem” e ensinar os conteúdos programados, que constituem as funções historicamente atribuídas ao professor.

A posição de readaptação é “constrangedora” para alguns sujeitos. A escola, a Câmara Municipal, a Prefeitura, a Secretaria de Educação, entre outras instâncias de poder, ou aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985), deveriam trazer à tona os discursos desses sujeitos professores readaptados, podendo conhecer a sua realidade trabalhista e social, os problemas no seu dia-a-dia profissional, os quais afetam diretamente sua saúde física e mental. Trazendo também a posição da readaptação e seu funcionamento político, econômico, social e ideológico.

Contudo, no cotidiano escolar, os sujeitos professores readaptados passam a habitar novos espaços da escola, compartilhando seus desafios de retomada em suas atividades com o mundo escolar e encontram muitas barreiras, que vão desde onde vão ficar na escola até o isolamento em algum cômodo, em que muitas vezes permanecem para simplesmente esperar o tempo passar. Portanto, nessa situação, cabe a intervenção e a visão do gestor em estabelecer um diálogo com o professor readaptado.

Somente assim pode-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constituído do homem e sua história. Conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se: “a Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre homem e a realidade natural e social.” ORLANDI (2013, p. 15)

Diante do sistema capitalista, o sujeito tem um acúmulo de trabalho, muitas vezes tendo de trabalhar em duas ou mais escolas. Além disso, precisa do transporte, de uma escola para outra e essa locomoção em sua maioria é transporte público ou congestionamentos quilométricos, não só essas preocupações, tais como: formação do sujeito professor,

capacitação, dedicação exclusiva, salário, renda familiar, residência, carga horária, ambiente de trabalho, quantidade de alunos por sala de aula, relacionamentos e agressões no ambiente de trabalho. Esses são alguns dos fatores que podem gerar futuros problemas de saúde, levando à readaptação docente.

Assim, uma das questões que se coloca é que, ao analisar tais discursos, apreende-se que o acontecimento discursivo de readaptação do professor vem deslocado pela delimitação do sentido de ficar doente e por um sentido de discurso politizado pelo direito das relações que são construídas na escola e fora dela. Esses vários sentidos são, em alguma instância, especificados como jogo de sobrevivência, em que a readaptação marca uma relação entre a crítica sobre o professor e sua força discursiva em determinadas condições de produção.

Portanto, o diálogo entre a gestão escolar e o professor é de suma importância para a compreensão desse sujeito no seu lidar docente que muitas vezes ministra aulas em várias escolas, e não tendo um diálogo pode haver desentendimento nas atividades cotidianas da escola. Também o sujeito professor dentro de seu discurso pedagógico dialogar com seu discente diante de qualquer situação isso promove um entendimento e evita problemas.

O professor readaptado precisa estabelecer uma comunicação clara e franca com a gestão escolar para que a mesma entenda seu ponto de vista e consiga compreender a sua readaptação, integrando esse professor readaptado as atividades do fazer da escola, o sujeito professor readaptado precisa expor suas ideias, objetivos e qual espaço escolar se identifica para explorar sua nova identidade de readaptado. Havendo essa comunicação e interação o funcionamento do trabalho do sujeito readaptado fluirá com tranquilidade e todos os sujeitos envolvido contribuirão para o ensino e aprendizagem dos alunos.

Assim, observa-se que é possível inferir sobre a reflexão acerca do discurso de readaptação do/sobre o sujeito professor, é que o discurso não é estabilizado. Dessa maneira, apreende-se que a palavra “readaptação” se articulou com outros sentidos vindos da experiência do sujeito de se individualizar para manter sua posição no processo que foi construído historicamente por meio da linguagem (discursivamente), na interação do sujeito com o social. É observado o “pré-construído” (PÊCHEUX, 1988, p. 164) sobre a readaptação. Porém, dadas as dificuldades nas condições de produção e reprodução do trabalho em sociedade, foi preciso, mediante a linguagem, estabelecer novos efeitos de sentidos para o acontecimento discursivo da readaptação.

De acordo com o corpus analisado (enunciados), apreende-se que só se minimiza a readaptação do/sobre o sujeito-professor se for possível considerar as condições de produção na sociedade vigente, que na realidade demandam o depender do outro. O professor depende

do discurso normatizado. O sujeito professor readaptado pontua no corpus a “discriminação” que sofre para desempenhar o seu trabalho por ser “doente”. Entendemos, assim, que o discurso do professor readaptado precisa ser ouvido no meio em que atua na comunidade escolar e para isso o mesmo necessita se encontrar com sua nova identidade e redescobrir o espaço já “conhecido” que é a escola. As relações entre os sujeitos que convivem na escola com o professor readaptado são em sua maioria tensas pela “resistência” e ao mesmo tempo “de dependência” do discurso do outro. O ambiente social é comprimido pela disputa em manter-se como autoridade e sendo útil. A escola reflete o que está na sociedade de que para se ter “autoridade e utilidade” é preciso “subordinar-se” (ORLANDI, 2002, p. 51).

Sendo o ambiente escolar um lugar em constante tensão entre as instâncias de hierarquia que foram normatizadas pelo Estado. Ao mesmo tempo em que o sujeito rejeita o que é imposto como autoridade, ele precisa de parâmetros de autoridade na escola como controle de sala de aula, controle do conteúdo, para se significar para o outro enquanto instituição escolar.

Foram ressaltados alguns sentidos de práticas discursivas do/sobre o sujeito-professor readaptado, estão definidas como: a construção dos sentidos de readaptação, os sentidos de “inexistência do outro” sobre o professor readaptado, readaptação e os sentidos de “mil e uma utilidades” sobre o professor readaptado, a valorização do professor e o discurso de críticas ao professor readaptado. Ressaltamos que no ambiente escolar há uma tensão imediata na construção da readaptação a cerca de dois sentidos o “eu” que segundo Benveniste (2006, p. 69), “quando alguém os pronuncia este alguém os assume, e o pronome eu, de elemento de um paradigma, (...) uma designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa”. Esse processo natural de toda língua é o que propicia a entrada do sujeito no discurso, nesse caso, o discurso sempre tenso da escola.

A readaptação é vista no ambiente escolar de forma “camuflada” que os segmentos da escola utilizam para passar o “domínio” sobre os alunos, que é nulo, ao professor que aparece como “dono” de sua metodologia para manter a ordem e o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem. E isso gera conflitos trazendo o professor a uma situação estressante.

Constatamos que a prática discursiva na escola é sempre cheia de sentidos e que cada posição sujeito é marcada pela resistência ao discurso do outro. Que com a mudança dos sentidos de autoridade o professor se sentindo “vítima” da autoridade que foi (re)significada foi construindo “novos” discursos de prática do convencimento ao aluno e uma aproximação para manter o controle da sala de aula. Assim, manter a autoridade do professor não é um

discurso recente e sim que ele sofreu alteração na prática discursiva com o processo de mudança da sociedade.

Outra observação, a ser feita, é sobre a constituição política que envolve a administração da escola. Na escola, o poder discursivo vem das posições sujeito. No corpus analisado, o que se observou foi a “desestabilização” do discurso de readaptação do/sobre o professor readaptado. Essa desestabilização é nomeada da posição sujeito que está em situação de hierarquia na instituição escola. É importante lembrar que a escola representa um Aparelho Ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1985), e que tem como função “controlar” as ações do sujeito.

Em relação à prática discursiva do/sobre o professor readaptado, observou-se a produção de efeitos de sentido sobre a prática discursiva de “isolamento”. O sujeito professor readaptado precisou aliar os sentidos da palavra readaptação a outros sentidos para se proteger, de certa forma, da violência discursiva no ambiente escolar e social. O sujeito professor readaptado precisou, também, apreender que no preconceito discursivo do ambiente escolar é preciso dialogar. A prática discursiva de uma política de diplomacia de “convencer” o outro, produz efeitos de sentido no sujeito de suas formações imaginárias. Há uma ilusão de que precisa mostrar que está “bem” no seu trabalho para que os discursos que circulam sobre o discurso da readaptação do professor sejam (re)significados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**/ Luis Althusser; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

------. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. In: **Revista novos rumos**. São Paulo, ano 5, n. 16, 1990, p. 91-111.

BBC. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141028\\_esporte\\_sexismo\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141028_esporte_sexismo_rm) Acesso em 29/07/2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. BH: Ed. UFMG, 1998.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa**. SP: Companhia Editora Nacional, 2011.

BRANDÃO, H. H. N. (1986). **Introdução à análise do discurso**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, Senado Federal, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais N<sup>os</sup> 1/92 a 67/2010**. Ed. Técnicas, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. N<sup>o</sup> 9394/96.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/ministeriodaeducacao> Acesso em 13/07/2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: <http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=curiosidades&id=comoSurgiu> Acesso em 13/10/2016.

BRASIL, **Lei n<sup>o</sup> 12.796/2013** ajusta a Lei n<sup>o</sup> 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.421**, de 15 de abril de 2002. Disponível em: [http://cltonline.blogspot.com/2010/02/art-392\\_17.html#ixzz4tjymWL3L](http://cltonline.blogspot.com/2010/02/art-392_17.html#ixzz4tjymWL3L) Acesso em: 25/09/2017.

BRASIL. Decreto 49.370, de 22 de novembro de 1960. Disponível em: [http://www.siaazzpm.cultura.mg.gov.br/acervo/acervo\\_gestao\\_classificacao/referencias.pdf](http://www.siaazzpm.cultura.mg.gov.br/acervo/acervo_gestao_classificacao/referencias.pdf) Acesso em: 25/09/2017.

CATANI, Denice Barbara e SILVA, Vivian Batista Da. Memória e história da profissão dos professores: as representações sobre a profissão docente nos manuais pedagógicos. In: [http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/3430-2-Ana-Maria-\\_7\\_1.pdf](http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/3430-2-Ana-Maria-_7_1.pdf). Acesso em 04/06/2016

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução: Fabiana Komesu. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CELORIO, José Aparecido. **Narrativas e Imaginários de Professoras Readaptadas: Rumo a uma Pedagogia da Observância**. 2015. 245 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

CÓDIGO CIVIL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em 29/07/2016

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2007/1819\\_2007.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2007/1819_2007.htm) Acesso em 01/08/2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2012. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, 3). Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-ASEDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-ASEDUCACAO.pdf). Acesso em 10/08/2015.

CUNHA, Carolina. <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/direitos-femininos-uma-luta-por-igualdade-e-direitos-civis.htm>, 2013. Acesso em 13/07/2016.

DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊUCHEX, Michel; ORLANDI, Eni P. **Papel da memória**. Pierre Achard [et al.] tradução e introdução: José Horta Nunes. 4ª ed. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2015.

ESTATUTO DO SERVIDOR. **Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Campo Grande**, 2011.

FEDERAL, Ministério Público. Disponível em: <http://www.turminha.mpf.mp.br/viva-a-diferenca/mulher/dia-da-mulher-a-historia-os-avancos-e-os-desafios>. Acesso em 29/07/2016.

FERREIRA, M.C. L. (2004). Análise de Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. In: **Correio da APPOA**, n.131, dez.2004, p.37-51. Acesso em 06/08/2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**. 4ª. ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GOMES, A. M. T. **O desafio da análise de discurso: os dispositivos analíticos na construção de estudos qualitativos**, R Enferm, p.620 a 225, UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

HOUAISS. **Minidicionário da língua portuguesa**. Organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de dados da língua portuguesa. 2ª ed. RJ: Ed. Objetiva, 2004. [https://www.academia.edu/4041904/An%C3%A1lise\\_de\\_Discurso](https://www.academia.edu/4041904/An%C3%A1lise_de_Discurso) Acesso em 03/08/1016.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **A constituição histórica do processo de trabalho Docente**. Universidade estadual de campinas. Faculdade de educação. Departamento de filosofia e história da educação. Tese de doutorado. p.334-334 Campinas, 2008.

LAWN, M. **Os professores e a fabricação de identidades**. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia. Lisboa: Educa, 2000.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gêneses dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. SP: Parábola Editorial, 2008.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso. (Re) ler Michel Pêcheux Hoje**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann, SP, 2003.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado. **Estatuto dos servidores civis do estado**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 2012. 1. Poder Judiciário. 2. Tribunal de Justiça – Mato Grosso do Sul. 3. Legislação. 4. Servidor público. I. Título. CDDir 341.332098171

MERI, Leila Maria. Professor-leitor: uma história de vida. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/lmmeri.pdf>. Acesso em 04/06/2016

MICHAELLIS, **Dicionário on-line**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=escola>> Acesso em 30/10/2016.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Ed. Pontes, 4ª edição, 2002.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: sujeito, Sentido e Ideologia**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 61-161.

\_\_\_\_\_. **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Trad. brasileira de Maria do Rosário Gregolin. Campinas: Unicamp/Mimeo, 2000.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. **Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos 3**. São Paulo: Cortez, 2004. PP. 353 – 392.

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS. Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM ISSN: 2238-6424 N°. 02 – Ano I – 10/2012. In: **Revista Vozes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM Minas Gerais, Brasil**. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/vozes> Acesso em 22/07/2016.

RIBEIRO, Maria Aparecida Alves. **O discurso de autoridade do/sobre o professor na/da escola**. Dissertação de Mestrado em Análise de Discurso, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Unidade de Campo Grande – MS, 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização da escola**. 17. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2001.

RIBEIRO, Paulo Silvino. O papel da mulher na sociedade. In: **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>. Acesso em 30/07/2016.

RODRIGUES, M. L. **Análise do discurso na graduação: teorias & prática**. Dourados-MS: Nicanor Coelho-Editor, 2011.

\_\_\_\_\_. **Linguagem, identidade, gênero, história**. RJ: Litteris Ed.:Quártica Premium 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Trad. A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974.

SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas, Autores Associados, 2009.

\_\_\_\_\_. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 4<sup>a</sup>. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil A herança histórica. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008. Disponível em: [http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/revista\\_retratosdaescola\\_02\\_03\\_2008\\_formacao\\_professores.pdf](http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/revista_retratosdaescola_02_03_2008_formacao_professores.pdf) acesso em: 10/05/2015

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. In: **Revista de Psicologia da UNESP**, 4(1), 2005. FATEC, Ourinhos, SP.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco Watanabe. Universidade Paulista, Campus Assis-SP, Psicologia da FCL/UNESP-Assis, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/259796046/Mulher-mercado-de-trabalho-e-as-configuracoes-familiares-do-seculo-XX-fatima-pdf> acesso em: 20/08/2016

SOUZA, Daryane Ariel; KAZMIERCZAK, Marília; COUTO, Rafaella. Volume 3, Setembro de 2012. Disponível em: [http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd\\_v32012/artigos/A6\\_Mulher\\_So\\_cidade.pdf](http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v32012/artigos/A6_Mulher_So_cidade.pdf) Acesso em 20/06/2016.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana**. trad. João Batista kreusch Petrópolis: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Liliana Alicia Lavissee. Salvador, Facom-UFBa 2010. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24421.pdf>. Acesso em 30/07/2016.

TOSOLI, Antonio Marcos Gomes. **O desafio da análise de discurso: os dispositivos analíticos na construção de estudos qualitativos**, p.620 <http://www.facenf.uerj.br/v14n4/v14n4a20.pdf> Acesso em 10/08/2016.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VIEIRA, Rosemary Carrusca. **Readaptação funcional de professores no serviço público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais**.

Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Escola de Engenharia. 2013. Belo Horizonte.

ZADINELLO, Alessandro; BRIONES, Marcia Cristina Hernández; CUNHA, Ricardo Ramos Carneiro Da. **Análise do discurso**. Pontifícia universidade católica do rio grande do sul faculdade de comunicação social –pós-graduação em comunicação social – mestrado – Porto Alegre, 2013. P. 05-14.

**ANEXOS****UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE  
NÚCLEO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO  
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS****I – QUESTIONÁRIO**

Pesquisadora: Tatiane Feitosa dos Santos

Orientador: Prof. Dra. Aline Saddi Chaves

-Por questões de ética, as informações aqui coletadas irão constituir o *corpus* da pesquisa, nenhum nome, identificação dos participantes ou informações serão divulgadas, ou seja, as informações são sigilosas e apenas serão utilizadas para análise e a elaboração do projeto de pesquisa.

-A identificação do entrevistado não é obrigatória.

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Função na escola: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo desempenha essa função? \_\_\_\_\_

É professor readaptado? Sim ( ) Não ( )

**1-**Como é seu ambiente de trabalho com relação à estrutura física?

**2-** Como é o seu ambiente de trabalho (relacionamento interpessoal)? **3-**Qual a sua opinião sobre o reconhecimento do seu trabalho? Acredita que exista, verdadeiramente, um reconhecimento?

**3-** Quando você faz alguma mudança em seu ambiente de trabalho, seus colegas levam em consideração o trabalho desenvolvido?

**4-** Defina a palavra readaptação?

**5-** Acredita que o termo readaptado é adequado ao professor, que não está mais em sala de aula por motivo de saúde, exercendo assim, outras funções? Comente.

**6-** Qual seria o papel de um professor readaptado na escola?

**7-** O professor readaptado deveria trabalhar apenas no administrativo? Comente.

**8-** Acredita que um professor readaptado ainda possa desenvolver o seu trabalho em sala de aula? Comente.

**9-** Na escola, qual seria a melhor atividade a ser desenvolvida pelo professor readaptado? Comente.

**10-** Na escola, o professor readaptado tem os mesmos direitos de um professor não readaptado? Comente.

**11-** O ambiente da escola contribui para a readaptação? Comente.

**12-** Além da escola, a família possui um fator importante para a readaptação? Comente.

**13-** Existe um diálogo e companheirismo de todo o corpo docente em envolver o professor readaptado, nos projetos e eventos da escola? Comente.

**14-** A posição do professor readaptado na escola é definida? Por exemplo: quando surge uma greve, o professor readaptado deve aderir? Ficar na escola? Em casa? Em sua opinião, qual o melhor posicionamento desse professor readaptado?

**15-** Os colegas não readaptados fazem algum comentário desagradável a respeito dos readaptados? Comente.

**16-** Na sua opinião, a readaptação tem alguma relação com gênero (homem, mulher)? (Se sim ou não, comente)

**17-** Ser professor readaptado é considerado um professor doente? Comente.

**18-** Conforme previsto na LEI COMPLEMENTAR n. 190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011. Seção VII Da Readaptação. O professor readaptado tem seu espaço para trabalhar, sendo reconhecido por isso. Essa lei é seguida? Comente.

**19-** A falta de autoridade/autonomia do professor em sala influencia na readaptação de muitos professores? Comente.

**20-** Assim que percebe que está com algum problema (stress, ansiedade entre outros), o professor logo procura um profissional da saúde, ou é difícil afirmar que precisa de ajuda? Comente.

**21-** Para o professor readaptado, existe uma necessidade de afirmar que se está readaptado (exemplo: falar sobre o laudo ou mostrar remédios), para evitar algum tipo de comentário (exemplo: diz que está doente, mas, vive no salto), que traz possíveis constrangimentos? Comente.

**22-** Em média, quantos professores readaptados tem na escola onde trabalha? O que poderia ser feito para minimizar (diminuir), o número de professores readaptados na escola? Comente.

**23-** O estado, a escola, o sistema de um modo geral tem influência, para que o número de professores readaptados aumente? Comente.

**24-** A readaptação supre a necessidade (de atuar na escola), para a qual o professor foi designado (que foi concursado), ou não somente gera mais frustrações e assim, agrava a situação levando o professor a ficar afastado da escola (pegar mais atestado)? Comente.

**25-** Caso você tenha algo a acrescentar sobre professor readaptado, favor registrar nesse espaço:

Obrigada pela participação!

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**  
**NÚCLEO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO**  
**MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**I – QUESTIONÁRIO - MÉDICO**

Pesquisadora: Tatiane Feitosa dos Santos

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Saddi Chaves

- Por questões de ética, as informações aqui coletadas irão constituir o *corpus* da pesquisa, nenhum nome, identificação dos participantes ou informações serão divulgadas, ou seja, as informações são sigilosas e apenas serão utilizadas para análise e a elaboração do projeto de pesquisa.

- A identificação do entrevistado não é obrigatória.

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Especialidade: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo desempenha essa função? \_\_\_\_\_

Diariamente, quantos professores readaptados o(a) senhor (a) atende?

\_\_\_\_\_

As perguntas a seguir são sobre o que os professores (como pacientes), relatam sobre sua posição ou condição de readaptação.

**1-** Em sua opinião a estrutura física do ambiente de trabalho (escola), tem influência na saúde física e/ou psicológica do professor? Se sim ou não. Comente.

**2-** O que os professores já com problemas de saúde (física e/ou mental) relatam sobre: o ambiente de trabalho (escola), com relação ao (relacionamento interpessoal)? Comente.

**3-** Em sua opinião os professores readaptados são reconhecidos na função que exercem na escola como readaptados? Comente.

**4-** Sobre os professores readaptados ou que estão em processo de atestados. Quando fazem alguma mudança no ambiente de trabalho, os colegas levam em consideração (fazendo sugestões e comentários positivos), sobre o trabalho desenvolvido? Comente.

**5-** Em sua opinião como definiria a palavra readaptação? Comente.

**6-** Acredita que o termo readaptado é adequado ao professor, que não está mais em sala de aula por motivo de problemas de saúde, exercendo assim, outras funções? Se sim ou não. Comente.

**7-** Em sua opinião qual seria o papel de um professor readaptado na escola?

**8-** O professor readaptado deveria trabalhar apenas no administrativo? Se sim ou não. Justifique.

**9-** Em sua opinião o professor readaptado poderia contribuir com alguma atividade em sala de aula? Se sim ou não. Comente.

**10-** Na escola, qual seria a melhor atividade a ser desenvolvida pelo professor readaptado? Comente.

**11-** Na escola, o professor readaptado tem os mesmos direitos de um professor não readaptado? Se sim ou não. Comente.

**12-** Em sua opinião, a vivência no ambiente escolar contribui para que o professor vá para um processo de readaptação? Se sim ou não. Comente.

**13-** Em seu ponto de vista, a família do professor tem uma contribuição para o processo de readaptação desse professor? Se sim ou não. Comente.

**14-** Já ouviu nos relatos se há companheirismo por parte do corpo docente em envolver o professor readaptado, nos projetos e atividades da escola? Se sim ou não Comente.

**15-** Já ouviu nos relatos se há envolvimento por parte da gestão escolar em incluir o professor readaptado, nos projetos e atividades da escola? Se sim ou não Comente.

**16-** Nos relatos os professores reclamam de comentários desagradáveis a respeito de sua posição de readaptado dentro da escola? Se sim ou não. Comente.

**17-** Em sua opinião, a readaptação tem alguma relação com gênero (homem, mulher)? Se sim ou não. Comente.

**18-** Em seu ponto de vista, ser professor readaptado é considerado um professor doente? Se sim ou não. Comente.

**19-** Conforme previsto na LEI COMPLEMENTAR n. 190, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011. Seção VII Da Readaptação. O professor readaptado tem seu espaço para trabalhar, sendo reconhecido por isso. Em sua opinião essa lei é seguida? Se sim ou não. Comente.

**20-** A falta de autoridade do professor (o conflito de gerações – professor e aluno) em sala, contribui para que o professor adoça e o processo acabe em uma readaptação? Se sim ou não. Comente.

**21-** Assim que percebe que está com algum problema relacionado à saúde (stress, ansiedade entre outros), o professor logo procura um profissional da saúde, ou é difícil admitir que precisa de ajuda? Se sim ou não. Comente.

**22-** O (a) senhor (a) já ouviu reclamações por parte do professor que é paciente, readaptado ou em fase de readaptação sobre comentários pejorativos a respeito da condição de professor readaptado no ambiente escolar? Se sim ou não. Comente.

**23-** Em sua opinião o professor consegue identificar que tipo de problema de saúde ele tem? Se ele está com esgotamento físico ou mental? Se sim ou não. Comente.

**24-** O sistema de perícia pode emitir pareceres de todas as áreas médicas? Se sim ou não. Comente.

**25-** Em sua opinião o que poderia ser feito para minimizar (diminuir), o número de professores doentes no ambiente escolar? Comente.

**26-** Em seu ponto de vista, o sistema, o estado, a família e a escola, de um modo geral, interferem, para que o número de professores doentes aumente? Se sim ou não. Comente.

**27-** Depois do processo de readaptação o professor (paciente) tem seu quadro clínico restabelecido? Se sim ou não. Comente.

**28-** Caso você tenha algo a acrescentar sobre o professor readaptado, favor registrar nesse espaço:

Obrigada pela participação!

Tatiane Feitosa dos Santos